



Francisco das Neves Alves

**Ensaios acerca da incorporação
da porção extremo-meridional da
AMÉRICA PORTUGUESA
NO SÉCULO XVIII
processo histórico e reminiscências**

**Sociedade
Portuguesa
Estudos
Século XVIII**





Ensaios acerca da incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa no século XVIII – processo histórico e reminiscências

Sociedade Portuguesa Estudos Século XVIII



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

DIRETORIA

PRESIDENTE - FRANCISCO DAS NEVES ALVES
VICE-PRESIDENTE - PEDRO ALBERTO TÁVORA BRASIL
DIRETOR DE ACERVO - MAURO NICOLA PÓVOAS
1º SECRETÁRIO - LUIZ HENRIQUE TORRES
2º SECRETÁRIO - RONALDO OLIVEIRA GERUNDO
TESOUREIRO - VALDIR BARROCO

Francisco das Neves Alves

**Ensaios acerca da
incorporação da porção
extremo-meridional da
América Portuguesa no
século XVIII – processo
histórico e reminiscências**

Sociedade
Portuguesa
Estudos
Século**XVIII**



Lisboa / Rio Grande
2021

Ficha Técnica

- Título: Ensaios acerca da incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa no século XVIII - processo histórico e reminiscências
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Capa: Matriz de São Pedro - gravura de Plínio Cesar Bernhardt (reprodução a partir do Relatório da Diretoria da SAMRIG - 1975/76)
- Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, dezembro de 2021

ISBN – 978-65-89557-43-2

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019) e à UNESP (2020). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e sessenta livros.

Índice

Umas poucas linhas iniciais.....	9
A incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa: fundamentos históricos.....	15
- Fronteiras em movimento.....	19
- A Revolta dos Dragões.....	47
- A invasão espanhola.....	73
- O conteúdo social da conquista do extremo-sul da América Portuguesa.....	113
A mais antiga comunidade sul-rio-grandense: resquícios e reminiscências do século XVIII.....	123
- Um templo como espaço social: o último resquício dos Setecentos.....	127
- Efemérides e reminiscências do século XVIII..	187
- A História revisitando os Setecentos.....	215
- Memórias do século XVIII em pedra e metal: representação monumental do ato fundador.....	231
Umas poucas linhas finais.....	265



**Umas poucas linhas
iniciais**

A povoação do Rio Grande de São Pedro está inclusa em um processo histórico mais amplo demarcado pelo avanço luso em direção ao sul da América Meridional. A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, a Coroa Portuguesa buscou ativar um importante entreposto comercial que permitisse a colocação de produtos europeus nas colônias hispânicas e delas escoassem metais preciosos. Essas práticas mercantis feriam frontalmente os princípios do pacto colonial e as autoridades espanholas jamais aceitaram aquele domínio lusitano em terras platinas, tornando-se aquela região um ponto de embate político, estratégico, diplomático e bélico entre as duas nações ibéricas.

Esse quadro de disputas era característico da época de transições típica do século XVIII, uma vez que é particularmente notável a quantidade de mudanças que se efetuaram na época setecentista, fragmentando-se tal centúria em duas partes desiguais: uma primeira, ainda que profusa em guerras dinásticas e coloniais, distinguiu-se particularmente no Ocidente por uma certa continuidade no respeitante ao desenvolvimento e paz sociais; já a segunda é mais explosiva,

caracterizada pela Revolução Industrial, o despotismo iluminado e os primórdios daquilo que se convencionaria denominar de era revolucionária¹, que progressivamente levaria ao derruir do regime vigente². Assim, continuando o processo iniciado no século anterior e seguindo os princípios já apresentados e, em certas direções já indicados, o século XVIII prepara e anuncia o mundo contemporâneo, através do desenvolvimento prodigioso das ciências, do avanço dos ideais iluministas, da fé em um progresso contínuo da humanidade e de um certo desprezo pelo passado, em uma evolução de toda a centúria que levaria a uma revolução³, na qual se defrontariam as forças de movimento e de conservação⁴, traduzindo o embate entre o moderno e o tradicional, o liberalismo e o Antigo Regime.

¹ RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 9.

² RÉMOND. René. *O Antigo Regime e a Revolução (1750-1815)*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 104-113.

³ MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. O século XVIII – o último século do Antigo Regime. In: CROUZET, M. (dir). *História geral das civilizações*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961, t. 5, p. 9-10.

⁴ MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. O século XVIII – a sociedade do século XVIII perante a Revolução. In: CROUZET, M. (dir). *História geral das civilizações*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961, t. 5, v. 2, p. 5.

Nessa época, o Brasil vivia sob o regime colonial, mas as ideias de transformação começariam a dar seus primeiros passos, o que viria a ocasionar, mais tarde, os chamados movimentos nativistas. Ainda na primeira metade do século XVIII dar-se-ia a ocupação lusa nas terras meridionais do atual território brasileiro. Visando a criar um ponto de apoio à constantemente atacada Colônia do Sacramento, a Coroa Portuguesa promoveria o empreendimento de fundar um povoado nas terras do Rio Grande de São Pedro, em 1737. A jovem colônia fundada em torno do Forte Jesus, Maria, José revelava sua primordial função de natureza estratégico-militar, defensiva em relação aos interesses lusitanos no Prata, bem como ficava manifesta a intenção da exploração econômica da região, com o aproveitamento de seus recursos naturais, notadamente o gado. Fortificar e povoar passaram a ser as palavras de ordem, no intento de garantir a legitimização das fronteiras e aquisição daquele disputado quinhão territorial.

Este livro se articula com o Estágio Pós-Doutoral realizado junto à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, sob a supervisão da Dra. Isabel Lousada. Tal Sociedade tem por objetivo o de suscitar, favorecer e coordenar estudos e

investigações relacionadas com o século XVIII e problemáticas afins, considerando todos os domínios da sua herança cultural. A instituição apresenta por missão principal servir de órgão de informação e de ligação entre os diferentes investigadores, assim como entre os diversos centros ou instituições de estudos do século XVIII. Na chancela deste livro, a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII se associou à Biblioteca Rio-Grandense, a qual tem dentre suas finalidades, a de fomentar o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes e a de atuar como produtor cultural, desenvolvendo uma ação em prol da divulgação de estudos científicos.

A publicação divide-se em duas partes, a primeira que aborda o processo histórico que marcou a formação da fronteira extremo-meridional da América Portuguesa e a segunda que enfoca as reminiscências do século XVIII que permaneceram na memória coletiva da sociedade do Rio Grande. O livro compõe-se de oito estudos, alguns retomados, outros adaptados e ainda outros originais, independentes na sua escritura, mas mantendo conexões e interfaces entre si. Por meio desta edição, a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII e a Biblioteca Rio-Grandense pretendem colaborar

para uma melhor compreensão histórica da incorporação da porção extremo-sul da América Lusitana⁵.

⁵ Em trechos citados e nos nomes de pessoas, de instituições e de publicações a grafia foi atualizada. Nas citações, optou-se em geral pela não utilização das aspas, a não ser nos casos em que havia juízo de valor.



A incorporação da porção extremo-meridional da América Portuguesa: fundamentos históricos

Ao longo do século XVIII desencadeou-se um processo histórico de ampla relevância para a formação territorial da América Portuguesa. Tal conjuntura teve sua origem ainda ao final da centúria anterior, com a fundação da Colônia do Sacramento, marco do projeto luso no intento de avançar suas possessões em direção à região platina. A partir daí acirraram-se os confrontos entre portugueses e espanhóis pelo domínio da região em disputa. Houve então um longo caminho de confrontos bélicos e acordos diplomáticos que visavam a definir os limites entre as posses lusas e hispânicas. Nesse âmbito se daria a incorporação do território extremo-meridional do Brasil à Coroa Portuguesa, fenômeno histórico marcado por avanços e recuos que marcaram a terra e a gente sulina.

As decisões tomadas a partir da guerra e da diplomacia na Europa promoveram efeitos indeléveis na América e mais especificamente no contexto da região mais ao meridional do Brasil, cuja consolidação da posse se estenderia ao longo do século XVIII, culminando nos primórdios da centúria seguinte, com a formação definitiva do território do Rio Grande do Sul. Os vaivéns dessa fronteira acompanharam as transformações no cenário

europeu, trazendo para o nascente Rio Grande vários momentos de inflexão histórica, com a Revolta dos Dragões, a invasão espanhola e os recorrentes obstáculos à fixação humana. O conjunto desses tópicos são o objeto de estudo da primeira parte deste livro.

Fronteiras em movimento

Durante a formação político-territorial da porção extremo-meridional da América Portuguesa, tal região fronteiriça foi uma daquelas que envolveu uma das mais intrincadas conjunturas de acertos e desacertos entre as partes litigantes. No Período Colonial, Portugal e Espanha digladiaram-se mutuamente, no campo diplomático e militar, em busca de estabelecer os respectivos limites que viessem a definir a posse colonial naquela disputada região. Nos primórdios da colonização da América luso-hispânica, o Tratado de Tordesilhas, em seu meridiano imaginário, estabelecia que as possessões portuguesas ficariam limitadas às terras a leste de uma linha que, traçada no atual território brasileiro, teria como seus pontos extremos, aproximadamente, as cidades de Belém, ao norte e Laguna, ao sul. As determinações de Tordesilhas acabariam por não ser efetivadas na prática, tendo em vista as amplas dificuldades para determinar-se a localização exata de sua linha imaginária. Além disso, a partir da União Ibérica e, portanto, da unificação dinástica entre as Coroas hispânica e lusa, as fronteiras na

América Meridional foram relegadas a um segundo plano.

Nessa conjuntura, a colonização lusitana ultrapassou gradativamente os limites estabelecidos a partir de Tordesilhas, passando a ocupar um território que, no futuro, viria a legitimar como de sua propriedade. Com o final do “domínio espanhol”, retornando um soberano português ao trono luso, através do movimento da Restauração e da ascensão da Dinastia de Bragança, após as complexas relações estabelecidas em busca do reconhecimento de tal independência, renasceriam também as disputas luso-hispânicas quanto a seus territórios coloniais.

Em janeiro de 1680, inaugurava-se um dos planos que se tornaria um marco da Dinastia de Bragança, ou seja, levar as fronteiras de suas possessões na América do Sul até o extremamente rendoso estuário platino. Esse projeto bragantino que se estenderia desde o século XVII até o XIX, visava a garantir para Portugal o controle ou a influência sobre duas das grandes regiões hidrográficas que envolviam as terras sul-americanas, ou seja, a Bacia Amazônica e a Bacia Platina. Fundada por Manuel Lobo, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento representava a gênese desse projeto, sendo

estabelecida próxima a Buenos Aires, em território que a Espanha já considerava como de sua absoluta e legítima posse.

As autoridades hispano-americanas jamais aceitaram aquele enclave representado pela Colônia do Sacramento, pois, apesar dos representantes lusos intentarem garantir que o único objetivo daquela seria o de buscar formar povoações e fortificações para garantir seus possíveis domínios na região, na verdade, a Colônia se transformou em ativo entreposto de comércio com a zona de colonização espanhola, introduzindo-se ali mercadorias trazidas do Velho Mundo, bem como escoando parte da produção de metais preciosos das colônias espanholas. Ficavam, assim, fortemente ameaçados os ditames do pacto colonial, ainda mais que a Grã-Bretanha - que inaugurava uma ascensão sobre Portugal a qual, com o passar do tempo, se tornaria cada vez mais incisiva - representou uma das nações que mais se aproveitou daquele comércio clandestino. A Colônia do Sacramento, nesse quadro, iria se tornar o “pomo da discórdia” entre as frentes de colonização hispânica e lusitana no extremo-sul da América Portuguesa, em expressão que se transformou em verdadeiro axioma para designar as disputas entre portugueses e espanhóis.

A Colônia do Sacramento tornou-se, assim, um alvo de constantes ameaças, cercos, invasões e destruições e, após os acordos estabelecidos na Europa, de reconstruções e reocupações até que uma nova invasão recomeçasse o ciclo. Nesse sentido, desde a guerra declarada até a menor crise ocorrida entre Portugal e Espanha, a consequência praticamente imediata na América do Sul era o confronto bélico entre as respectivas frentes de colonização, constituindo-se a Colônia na primeira povoação a estar sobre a mira dos hispano-americanos.

O ataque original à Colônia do Sacramento ocorreu já em agosto de 1680, sendo cercada, invadida e saqueada pelos espanhóis. Em maio de 1681, o Tratado Provisório, assinado em Lisboa, definia a restituição da Colônia para os portugueses. O Tratado Provisional de 7 de maio de 1681⁶ determinava a devolução da Colônia e todas as armas, artilharia, munições, ferramentas e demais apetrechos de guerra que foram apreendidos na Fortaleza e Colônia do Sacramento, restituindo-os inteiramente às autoridades lusitanas. Ficava

⁶ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1986, ano 147, n. 352, p. 914-928.

também estabelecido que os habitantes portugueses da Colônia, que haviam evadido, deveriam retornar a mesma, ficando vedada a sua permanência e/ou fixação em outras localidades da região. Além disso, Portugal não poderia aumentar o número de pessoas, nem de armas, munições ou outros apetrechos de guerra naquela localidade e, nem mesmo, enviar mercadorias de nenhum gênero enquanto durasse a controvérsia quanto à posse do território.

A preocupação espanhola com as questões que envolviam a geopolítica da região também se manifestaram no Tratado Provisional de 1681, ficando os portugueses que residissem no sítio da Colônia impedidos de molestar, solicitar, tratar e comerciar com os índios das Reduções. Também ficava determinado que, para que ficasse extirpada qualquer causa ou motivo de pouca satisfação entre as duas Coroas, o soberano português mandaria averiguar os excessos cometidos pelos moradores de São Paulo nas terras e domínios espanhóis, e lhes castigaria severamente, fazendo-os refluir e pondo em liberdade os índios, gados, mulas e demais coisas que houvessem apresado; além de proibir que dali em diante fossem executadas semelhantes

hostilidades em prejuízo da boa paz e amizade entre os dois Reinos.

Ainda em relação aquela região, o Tratado de 1681 garantia que os habitantes de Buenos Aires gozariam do uso e aproveitamento do mesmo sítio, seus gados, madeira, caça e pesca, conforme faziam antes de elevar-se aquela povoação lusa, sem qualquer impedimento de parte dos portugueses. Na mesma linha, os hispano-americanos continuariam a utilizar o porto, a enseada e fariam tudo aquilo que realizavam, na costa e na campanha, antes que aquela povoação fosse fundada, sem limitação alguma e sem que fosse necessário o consentimento, nem a licença de outra qualquer pessoa de nenhuma qualidade, pois assim teriam acordado ambos os Príncipes.

A preocupação de parte a parte – porém, de modo evidente pelas circunstâncias de então, mais marcadamente por inspiração dos hispano-americanos –, com a manutenção das determinações do pacto colonial também se fazia presente no Tratado Provisional de 1681, ficando estabelecido que as proibições de comércio por mar e por terra, assim dos castelhanos no Brasil, como dos portugueses em Buenos Aires, Peru e demais partes das Índias Ocidentais permaneceriam em sua inteira

força e vigor, e aos transgressores seriam executadas as penas estabelecidas pelas leis de um e de outro Reino irreversivelmente.

Apesar dessas determinações do Tratado de Lisboa de 1681, permaneceram as enormes e irremediáveis discórdias entre luso-brasileiros e hispano-americanos por causa da Colônia do Sacramento, e, por ocasião da Guerra da Sucessão Espanhola, conflito europeu que colocava Portugal e Espanha em posições opostas, ocorreria novo ataque à Colônia, entre 1704 e 1705. Após cinco meses de resistência, a superioridade de forças dos espanhóis levou os lusitanos a abandonar a povoação que permaneceu sob o domínio espanhol até 1715, quando seria restituída aos portugueses de acordo com o Tratado de Utrecht.

O Tratado de Paz celebrado em Utrecht a 6 de fevereiro de 1715⁷ tinha por objetivo garantir que haveria uma paz sólida e perpétua, com verdadeira e sincera amizade entre os soberanos português e espanhol, seus descendentes, sucessores e herdeiros, todos os seus Estados e vassalos; em uma pacificação

⁷ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1986, ano 147, n. 352, p. 929-947.

que deveria ser firme e observada, inviolavelmente, assim por terra, como por mar, sem permitir que uma ou outra nação cometesse alguma hostilidade em qualquer lugar e por qualquer pretexto. Em consequência dessa paz, ficariam no esquecimento todas as hostilidades que se havia cometido até aquele momento, de sorte que nenhum dos vassalos das duas Coroas teria o direito de requerer a satisfação de danos padecidos, ou por via da justiça, ou por outro qualquer caminho, nem poderiam alegar reciprocamente as perdas que experimentaram na presente guerra, esquecendo-se de todo o passado, como se não tivesse havido nenhuma interrupção na amizade que então se restabelecia.

Esse tratado de 1715 previa que, com a pacificação, se faria também a anistia para todas as pessoas, para oficiais e soldados, a não ser aqueles que tivessem tomado partido ou prestado serviços a outro Príncipe, que não os soberanos português e espanhol. Nesse sentido, todos os prisioneiros e reféns de uma e outra parte seriam restituídos prontamente e postos em liberdade sem exceção, e sem que se pedisse coisa alguma pela sua troca, ou despesas que se tivesse feito, contanto que satisfizessem as dívidas particulares que houvessem

contraído. O tratado também estipulava que as praças, castelos, cidades, lugares, territórios e campos pertencentes às duas Coroas, assim na Europa, como em qualquer outra parte do mundo, seriam restituídos inteiramente, sem reservas; de maneira que as raias e limites das duas Monarquias ficariam no mesmo estado que antes da guerra.

Quanto à fronteira extremo-sul da América Portuguesa, o Tratado de Utrecht especificava que o soberano espanhol não só restituiria à Portugal o Território e a Colônia do Sacramento, situada na margem setentrional do Rio da Prata, como também cederia, assim em seu nome, como de todos os seus descendentes, sucessores e herdeiros, toda a ação e direito que viesse a pretender ter no dito Território e Colônia, fazendo a desistência pelos termos mais fortes e mais autênticos. A devolução da povoação lusa era apresentada no tratado como uma decisão definitiva, absoluta e irrevogável, afirmando-se que a possessão sobre Sacramento era garantida a Portugal, como todos os direitos de soberania, poder absoluto e inteiro domínio, sem que a Espanha pudesse jamais perturbar a dita posse.

Mais uma vez, ficava manifesta a intenção espanhola de, apesar de ceder a Colônia do Sacramento, não abrir mão, de modo algum, de

manter as regras do pacto colonial naquela região, ficando explícito no Tratado de Utrecht que o soberano português se obrigava a não consentir que nação alguma da Europa, que não fosse a portuguesa, pudesse estabelecer, ou comerciar na dita Colônia, direta ou indiretamente, por qualquer pretexto que fosse; e muito menos dar mão e ajuda a qualquer nação estrangeira, de modo que a mesma viesse a introduzir comércio algum nos domínios que pertenciam à Coroa da Espanha, ficando o mesmo também proibido aos vassalos do Rei Português.

Ainda que determinasse a restituição da Colônia do Sacramento para Portugal, o Tratado de Utrecht de 1715 deixava em aberto a possibilidade de uma futura negociação entre as duas Coroas. Nesse sentido, era destacado, que apesar da cedência do Território e da Colônia do Sacramento aos portugueses, contudo poderia o soberano espanhol oferecer um equivalente pela dita Colônia, o qual fosse da satisfação e agrado de Portugal. Sendo aprovado o dito equivalente, ficaria Sacramento sob o domínio dos espanhóis, como se não houvesse sido restituído e cedido, porém, em caso de não aceitação, ficaria Portugal possuindo o referido Território e Colônia. Era o germen de uma política de

compensações que não se efetivaria naquele momento, mas que seria a pedra de toque do futuro Tratado de Madri.

Apesar de todas as boas intenções expressas no Tratado de Utrecht de 1715, em torno de garantir uma paz “perpétua”, os desacertos de interesses na porção meridional das possessões luso-hispânicas da América do Sul persistiam como um problema sem solução. Aquela fronteira tornava-se um foco de constantes crises e, em 1735, tendo em vista uma pouco expressiva querela diplomática ocorrida entre Portugal e Espanha, os hispano-americanos voltavam a atacar a Colônia do Sacramento, em um cerco que durou vinte e três meses. Nesse contexto, foi dado um fundamental passo para a ocupação lusitana do território ao sul do Brasil, com a fundação, em fevereiro de 1737, do Presídio Jesus-Maria-José, de onde se originaria a Povoação do Rio Grande de São Pedro, núcleo que demarcaria a origem da apropriação portuguesa sobre aquelas terras meridionais e a gênese de sua legitimação como um território lusitano. Nesse sentido, a fundação daquele povoado teria um significado essencial na futura configuração territorial brasileira, estando a criação dessa localidade em plena sintonia com a conjuntura platina de então e o forte interesse

português nessa região, servindo o Rio Grande, inicialmente, como uma ponta de lança militar-estratégica que viesse a possibilitar um apoio mais próximo e decisivo à Colônia do Sacramento.

As controvérsias quanto ao estabelecimento dos limites nas fronteiras extremo-meridionais das colônias luso-espanholas ao sul do Brasil persistiam. A partir da década de quarenta, uma nova relação dinástica permitiu que a diplomacia entre Portugal e Espanha viesse a marchar em direção a alguma medida conciliatória em relação àquela complicada questão. Tais entendimentos levariam à assinatura do Tratado de Madri. Esse acordo celebrado em 1750 caracterizava-se basicamente pelo espírito das compensações territoriais e, no que se refere àquelas fronteiras, determinava que a Colônia do Sacramento ficaria para a Espanha, recebendo Portugal os Sete Povos das Missões, região no oeste da região que viria a ser conhecida como Rio Grande do Sul, então ocupada por reduções jesuíticas espanholas.

O Tratado de Madri, no entanto, não se limitava a promover apenas uma simples troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Revelando um amplo conhecimento da geopolítica da região de parte de seus idealizadores, esse acordo buscava por fim a uma questão sem

outras soluções, ou seja, os espanhóis jamais aceitariam, como não vinham aceitando, a presença lusitana no estuário do Rio da Prata, tendo em vista as amplas possibilidades que se abria para a prática do comércio, francamente prejudicial ao pacto colonial hispânico. A compensação portuguesa, no entanto, não se limitava apenas aos Sete Povos, uma vez que, ao reconhecer o *uti possidetis*, ou seja a posse a quem efetivamente ocupa e povoá os territórios, o Tratado de Madri garantia a Portugal as vastas regiões pelas quais os luso-brasileiros avançaram em relação ao Tratado de Tordesilhas – uma imensidão de terras que compreendia parte do nordeste, do norte e o centro-oeste brasileiro, incluindo-se aí as regiões da Bacia Amazônica e aquelas onde a mineração florescia.

O Tratado de Limites das Conquistas, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750⁸ teve em seus promotores a intenção de estabelecer a palavra final nas controvérsias que cercavam os limites coloniais. Afirmava-se que, dali em diante, aquele seria o único fundamento e regra que se deveria seguir para a divisão dos dois domínios em toda a

⁸ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: Transcrições e documentos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1986, ano 147, n. 352, p. 806-855.

América e na Ásia, ficando abolidos quaisquer direito e ação que pudessem alegar as duas Coroas por motivo dos acordos anteriores. Desse modo, previa-se que, para o futuro, as decisões pretéritas a 1750 estavam sem valor e efeito, fazendo-se valer apenas a fronteira que se prescrevia nos artigos daquele tratado, como regra invariável e muito menos sujeita a controvérsias.

O Tratado de Madri detalhava em seus artigos, minuciosamente, os pontos que demarcavam os limites entre a América Portuguesa e a Hispânica, inclusive no que se refere à fronteira extremo-sul brasileira⁹. Nesse caso, a Colônia do Sacramento ficava garantida para a Espanha, bem como todo o

⁹ O Artigo IV do Tratado de Madri determinava: Os confins do domínio das duas Monarquias, principiarão na barra, que forma na costa do mar o regato, que sai ao pé do monte de Castilhos Grande, de cuja falda continuará a fronteira, buscando em linha reta o mais alto, ou cumes dos montes, cujas vertentes descem por uma parte para a costa, que corre ao norte do dito regato, ou para a Lagoa Mirim, ou *del Meni*; e pela outra para a costa, que corre do dito regato ao sul, ou para o Rio da Prata. De sorte que os cumes dos montes sirvam de rava do domínio das duas Coroas; e assim continuará a fronteira até encontrar a origem principal, e cabeceiras do Rio Negro; e por cima delas continuará até à origem principal do Rio Ibicuí, prosseguindo pelo álveo deste rio abaixo, até onde desemboca na margem oriental do Uruguai; ficando de Portugal todas as vertentes, que baixam à dita lagoa, ou ao Rio Grande de São Pedro; e da Espanha, as que baixam aos rios que vão unir-se com o da Prata.

território adjacente a ela, na margem setentrional do Rio da Prata, e as praças, portos e estabelecimentos que se compreendiam na mesma paragem; e ainda a navegação do mesmo Rio da Prata, a qual pertenceria inteiramente aos espanhóis, vindo a renunciar totalmente às mesmas o soberano luso.

Pelo tratado, ficava o monarca espanhol - e seus herdeiros e sucessores - comprometido a ceder para sempre à Coroa de Portugal tudo o que por parte da Espanha se achava ocupado, ou por qualquer título ou direito pudesse pertencer-lhe em qualquer parte das terras compreendidas desde o Monte de Castilhos Grande e sua falda meridional, e a costa de mar até a cabeceira e origem principal do Rio Ibicuí; além de ceder todas e quaisquer povoações e estabelecimentos que se tenham feito por parte da Espanha no ângulo de terras compreendido entre a margem setentrional do Rio Ibicuí e a oriental do Uruguai. A partir daí ficavam estabelecidos os diversos marcos geográficos que definiam a linha fronteiriça entre o que era português e hispânico, até os limites setentrionais brasileiros, na região amazônica.

A respeito da Colônia do Sacramento, o Tratado de Madri determinava que a mesma seria entregue por parte de Portugal, sem tirar dela mais

que a artilharia, armas, pólvora, munições e embarcações do serviço da mesma praça. Os moradores da Colônia poderiam ficar livremente nela, ou retirar-se para outras terras de domínio português, com os seus efeitos e móveis, vendendo os bens de raiz. No que tange à região dos Sete Povos das Missões, ficava estabelecido que das povoações ou aldeias na margem oriental do Rio Uruguai, sairiam os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras da Espanha; podendo levar também, os referidos índios, todos os seus bens móveis e semoventes, bem como as armas, pólvora e munições que tivessem. À Coroa Portuguesa deveriam ser entregues as povoações com todas as suas casas, igrejas e edifícios, bem como a propriedade e a posse do terreno.

O Tratado de Limites de 1750 trazia firmes determinações quanto ao respeito às fronteiras, estipulando que nenhuma pessoa poderia passar do território de uma nação para a outra, por terra nem por água, nem navegar em todo ou parte dos rios que não fossem privativos da sua nação, ou comuns, com pretexto, nem motivo algum, sem tirar primeiro a licença das autoridades competentes; os transgressores seriam processados e penalizados

com a prisão. Ainda no sentido de tirar toda a ocasião de discórdia, ficava determinado que não seria lícito, nos rios cuja navegação fosse comum, nem nas suas margens, levantar gênero algum de fortificação, nem por embarcação, nem plantar artilharia, ou por outro qualquer modo estabelecer força que pudesse impedir a livre e comum navegação.

Também no Tratado de Madri ficava expressa a vontade luso-hispânica de, ao máximo, manter intocável o pacto colonial, declarando-se que nenhuma das duas nações admitiria nos seus portos e terras da América Meridional, navios ou comerciantes, amigos ou neutrais, sabendo que tinham o intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as leis com que os dois monarcas governavam aqueles domínios. Para a pronta observância dessa determinação deveriam ambas as Cortes realizar os mais eficazes encargos aos seus respectivos Governadores, Comandantes e Justiças e, mesmo que ocorresse algum incidente ou descuido contra o prometido e estipulado, não serviria isso de prejuízo à observância perpétua e inviolável de tudo o mais que ficava regulado pelo tratado.

A conciliação como espírito orientador do acordo de 1750 ficava declarada na determinação de ajuda mútua estabelecida em um dos artigos, segundo o qual, para mais plena segurança do Tratado, convinham os dois Altos Contratantes em garantir reciprocamente toda a fronteira e adjacências dos seus domínios na América Meridional, obrigando-se cada um a auxiliar e socorrer o outro contra qualquer ataque ou invasão, até que, com efeito, ficasse na pacífica posse e uso livre e inteiro do que se pretendesse usurpar. Eram definidas as regiões onde tal reciprocidade defensiva deveria prevalecer, mas, no que se referia ao interior da América do Sul, seria indefinida essa obrigação; e, em qualquer caso de invasão, ou sublevação, cada uma das Coroas ajudaria e socorreria a outra até que se repusessem as coisas em estado pacífico. A união de luso-brasileiros e hispano-americanos para enfrentar os indígenas na Guerra Guaranítica seria a efetivação prática dessa determinação.

Assim, através do Tratado de Madri, buscava-se a solução definitiva para os problemas de fronteira na América do Sul e, objetivando-se evitar novos conflitos nesse continente, prevenia-se que, sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, em caso

de rompimento da paz entre as duas Coroas, deveriam se manter os seus respectivos vassalos, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros, como se não houvesse guerra entre os soberanos, sem fazer a menor hostilidade, nem por si sós, nem junto com seus aliados. Nessa linha, pretendia-se que o tratado fosse, com todas as suas cláusulas e determinações, de perpétuo vigor entre as duas Coroas, de tal sorte que, ainda em caso de guerra, ficaria firme e invariável durante a mesma, e depois dela, nunca se poderia refutá-lo como interrompido, nem sendo necessário revalidá-lo.

As esperanças de longevidade quanto às determinações do Tratado de Madri logo desvaneceriam. A Guerra Guaranítica, advinda da revolta dos índios que se negaram a deixar suas povoações em território que passaria a ser de posse portuguesa; os desacertos entre os demarcadores das fronteiras; a conscientização dos hispânicos de que não estariam abrindo mão de simples aldeamentos indígenas e sim de povoados de razoável estruturação urbana; e a continuidade dos interesses lusitanos em manter um domínio estratégicamente colocado em relação ao Rio da Prata foram alguns dos fatores que levaram a não efetivação daquele

tratado de 1750. As determinações de Madri acabariam sendo anuladas a partir do Tratado de El Pardo, assinado a 12 de fevereiro de 1761¹⁰. Segundo esse acordo, o Tratado de Limites da Ásia e da América celebrado em Madri, em janeiro de 1750, como todos os outros tratados ou convenções que em consequência dele se foram celebrando depois para regular as instruções dos respectivos comissários, que até então haviam sido empregadas nas demarcações dos referidos limites e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipulava que ficavam cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados.

Cessadas as determinações e o espírito conciliatório concernentes ao Tratado de Madri, os desentendimentos persistiram reinantes entre as populações das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul. Uma nova mudança dinástica quebraria a tendência de cordialidade entre as duas Coroas, que passariam a uma crescente hostilidade, colocando-se mais uma vez os interesses das nações ibéricas em posições diametralmente opostas,

¹⁰ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 158-161.

mormente no que tange às fronteiras meridionais do continente americano. A Guerra dos Sete Anos completaria esse quadro de rivalidades, uma vez que, nesse conflito, a Espanha aliou-se à França, em oposição à Inglaterra, antiga tutora de Portugal, com a qual manteria a tradicional aliança.

Mais uma vez um conflito europeu traria graves consequências para as colônias luso-espanholas da América, sendo atacada pela quarta vez a Colônia do Sacramento, então sob aposse lusitana, e, após vinte e dois dias de combate, os hispano-americanos de Buenos Aires conquistavam a Colônia, em outubro de 1862. Apesar dos acordos preliminares que dariam fim ao conflito na Europa, sendo assinada a paz, em fevereiro de 1763, e, por conseguinte, garantindo-se a restituição das terras invadidas, na América do Sul, as tropas hispano-americanas continuaram avançando sobre o território luso, ocupando os fortes de Santa Teresa e São Miguel, a povoação do Rio Grande de São Pedro e parte da margem esquerda do sangradouro da Lagoa dos Patos. Tendo em vista as determinações de devolução territorial, as autoridades hispano-americanas só devolveram a Colônia do Sacramento e negaram a restituição da povoação do Rio Grande, que permaneceria sob o domínio espanhol de 1763 a

1776. Os luso-brasileiros só viriam a reintegrar o Rio Grande às posses portuguesas através da ação militar, em abril de 1776. A reconquista do Rio Grande, serviu como pretexto para mais um protesto das autoridades espanholas na América que, uma outra vez, em 1777, partiram para retaliações e conquistas territoriais, invadindo Santa Catarina, Mato Grosso e, pela quinta vez, a Colônia do Sacramento, dessa vez completamente destruída.

A situação era francamente desfavorável para Portugal, que vivia problemas de política interna, com as mudanças promovidas a partir da "viradeira", com o afastamento do Marquês de Pombal e a ascensão de D. Maria; e externa, desfavorecida por uma falta de apoio mais decisivo e incisivo da Grã-Bretanha, sua alada no campo diplomático, naquele momento, mais preocupada com a independência de suas colônias na América do Norte. Foi nesse contexto amplamente negativo para suas pretensões que Portugal acabou assinando com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso, em outubro de 1777¹¹. De acordo com essa convenção, a Espanha, aproveitando-se do momento desfavorável que vivia

¹¹ Todas as citações referentes ao tratado foram extraídas de: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 172-174.

Portugal, conseguiu garantir para si a posse tanto da Colônia do Sacramento, quanto a manutenção da região dos Sete Povos das Missões, restituindo à Coroa Lusa apenas Santa Catarina, conquistada militarmente, mas constituindo uma zona de histórica e tradicional ocupação lusitana. A nova conjuntura internacional gerara a negação completa e absoluta do espírito conciliatório e de compensações reinante à época do Tratado de Madri.

Como era tradição dos acordos assinados no século XVIII, os ditames do Tratado de Santo Ildefonso propunham que, a partir do mesmo, haveria paz perpétua e constante, assim por mar, como por terra, em qualquer parte do mundo, entre as duas nações portuguesa e espanhola, com esquecimento total do passado e de quanto houverem obrado as duas em ofensa recíproca. Com esse fim, ratificavam-se os acordos de 1668, de 1715 e de 1763, como se estivessem inseridos naquele de 1777, palavra por palavra, em tudo aquilo que expressamente não se anulasse pelos artigos do Tratado de Santo Ildefonso, ou pelo que se houvesse de seguir para a sua execução.

Ficava demarcado no Tratado de 1777 que - como um dos principais motivos das discórdias ocorridas entre as duas Coroas vinha sendo o

estabelecimento português da Colônia do Sacramento, Ilha de S. Gabriel e outros portos e territórios que pretendera aquela nação na margem setentrional do Rio da Prata, fazendo comum com os espanhóis a navegação deste e ainda a do Uruguai - convinham os dois Altos Contratantes, pelo bem recíproco de ambas as nações e para assegurar uma paz perpétua entre as duas, que a dita navegação dos Rios da Prata e Uruguai, e os terrenos das duas margens setentrional e meridional pertenceriam privativamente à Coroa da Espanha e a seus súditos, até o lugar onde desemboca no mesmo Uruguai pela margem ocidental o Rio Pequiri ou Pepiri-guaçú, estendendo-se o domínio da Espanha na referida margem setentrional até à linha divisória, que se formaria principiando pela parte do mar no Arroio de Chuí e Forte de S. Miguel, inclusive, e seguindo as margens da Lagoa Mirim a tomar as cabeceiras ou vertentes do Rio Negro.

Ainda quanto à fronteira meridional do Brasil, o Tratado de Santo Ildefonso definia que todas as margens dos rios que desembocabavam nos da Prata e Uruguai, até à entrada neste último do Pepiri-guaçú, ficariam privativas da Coroa da Espanha, com todos os territórios que possuía e que compreendiam aqueles países, inclusa a referida Colônia do

Sacramento e seu território, a Ilha de S. Gabriel e os demais estabelecimentos, que até então tinham possuído ou pretendido possuir a Coroa de Portugal até a linha que se formaria. Nesse sentido, o soberano português garantia, em seu nome e de seus sucessores e herdeiros, que renunciava e cedia ao monarca espanhol, seus herdeiros e sucessores, qualquer ação e direito ou posse que lhe tivessem pertencido pelas determinações do Tratado de Utrecht de 1715.

Sob o argumento de evitar outro motivo de discórdias entre as duas Monarquias, – representado pela entrada da Lagoa dos Patos ou Rio Grande de São Pedro, seguindo depois suas vertentes até o Rio Jacuí, cujas duas margens e navegação tinham a pretensão de posse de ambas as Coroas – convinham pelo Tratado de Santo Ildefonso que a navegação e entrada ficassem privativamente para Portugal, estendendo-se o seu domínio pela margem meridional até o Arroio Taim, seguindo pelas margens da Lagoa Mangueira em linha reta até o mar. O tratado também determinava as posses portuguesas em direção ao centro do território do extremo-sul brasileiro, das quais ficava excluída a região dos Sete Povos, uma vez que os estabelecimentos e Missões Espanholas do próprio

Uruguai ficariam no estado em que se encontravam à época, quer seja, pertencendo à Coroa da Espanha.

Ainda no sentido de evitar maiores complicações quanto a delimitações mais contíguas, as determinações de Santo Ildefonso previam que ficariam reservadas entre os domínios de uma e outra Coroa as Lagoas Mirim e da Mangueira e as línguas de terra que medeiam entre elas e a costa do mar, sem que nenhuma das duas nações as ocupe, servindo só de separação; de sorte que nem os portugueses passassem o Arroio do Taim, linha reta ao mar até à parte meridional; nem os espanhóis, o Arroio Chuí e de S. Miguel até a parte setentrional. Nesse quadro, cedia o soberano luso à Espanha qualquer direito que pudesse ter às Guardas do Chuí e seu distrito, à Barra de Castilhos Grandes, ao Forte de S. Miguel e a tudo o mais que nela se comprehende.

A configuração territorial da fronteira extremo-meridional brasileira, porém, ainda não estava definitivamente cristalizada. A conjuntura histórica da virada do século XVIII para o XIX, com a Revolução Francesa e a posterior política napoleônica, levaram a um novo conflito bélico entre Portugal e Espanha, premidas que foram pelas respectivas pressões britânica e francesa, apesar dos

laços dinásticos de parentesco que, naquele momento, uniam as duas Coroas. Era a Guerra Peninsular de 1801, um confronto sem maiores repercussões na Europa, mas que, na América, mais uma vez levaria ao embate entre as forças luso-brasileiras e hispano-americanas; estas buscaram invadir o Mato Grosso, aquelas, a Banda Oriental e a região dos Sete Povos das Missões, obtendo pleno êxito neste último intento. Apesar da assinatura do Tratado de Badajós, ainda em 1801, o qual determinava a completa restituição das terras invadidas durante a Guerra Peninsular, Portugal manteve a sua conquista bélica no oeste sul-brasileiro, ocupada que fora por forças militares luso-brasileiras. Era a incorporação definitiva dos Sete Povos das Missões Orientais ao território da América Portuguesa.

Encerrava-se a fase dos acordos internacionais como legitimadores das possessões territoriais lusas e hispânicas em relação às suas colônias no extremo-sul da América Portuguesa. A partir das contingências advindas das revoluções burguesas, um novo contexto se anunciava, com a formação dos Estados Nacionais nas antigas posses coloniais, que se transformariam em países independentes politicamente e que passariam a gerir, por si

mesmos, suas questões de limites – ainda que as potências europeias, mormente a Inglaterra, tenham exercido decisiva influência nesse processo. A fronteira extremo-sul do Brasil se configurara muito aproximadamente com a definitiva, porém as questões lindeiras persistiriam, bem como continuava o interesse brasileiro no Prata, como uma herança lusitana e bragantina, primeiro através da anexação da Banda Oriental, transformada em Província Cisplatina, durante o Período Joanino e o Primeiro Reinado e, posteriormente, através de uma série de intervenções, características das primeiras décadas do Segundo Reinado. Somente nos primórdios da República seria estabelecida definitivamente a extrema fronteira do Brasil Meridional, através do acordo acerca de limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. A conjuntura dessa fronteira, ao ter se constituído em um espaço de profundas controvérsias e constantes disputas, exerceria decisivo papel que marcaria as peculiaridades da formação histórica sul-brasileira.

A Revolta dos Dragões

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente, ventos incessantes e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais difíceis, que levaria o lugar a receber a pecha de Barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que estivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; um abandono quase que completo por parte das autoridades governamentais; a fome sempre muito próxima, tendo em vista os grandes obstáculos ao abastecimento; e os perigos iminentes em um território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidermicamente, gerando um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-brasileiros. Era esse o ambiente vivenciado pela comunidade humana que esteve presente nas terras da porção extremo-meridional da América Portuguesa, à época do nascêdo do Rio Grande luso, a partir da fundação do povoado em torno do Presídio Jesus-Maria-José. Diante de tamanhas agruras, as insatisfações

aflorariam, surgindo pouco tempo depois, uma rebelião de cunho social e militar no alvorecer do Rio Grande do Sul.

A primeira metade do século XVIII caracterizou-se pela consolidação do processo de expansão europeia, visto que um dos pressupostos básicos para a sustentação do sistema econômico, predominante à época, era a formação de um arcabouço colonial, ocorrendo a partir disso uma série de conflitos entre diversos países europeus. As antigas nações hegemônicas – Portugal e Espanha – passaram a perder força desde o fracasso da União Ibérica e esse espaço foi sendo preenchido por outras hegemonias como a holandesa, a francesa e a inglesa. Assim, tal centúria foi profundamente marcada por guerras entre os países europeus, demonstrando a busca pela preponderância continental e os confrontos advindos das disputas coloniais. Nessa época, almejando recuperar mercados perdidos com o fim do domínio espanhol, Portugal iria eleger como um dos alvos de sua atenção na América, a expansão em direção à região platina, fundando, em 1680, a Colônia do Sacramento. A nova possessão lusitana jamais foi aceita pelas autoridades hispânicas, gerando um clima de agitação e guerra nessa zona, sendo a colônia constantemente atacada, sitiada,

invadida e destruída pelos espanhóis e, posteriormente, devolvida e reconstruída pelos portugueses para, mais adiante, reiniciar esse cílico dilema.

A partir dos repetidos ataques à Colônia do Sacramento, passaram diversas autoridades lusas a elaborar planos e estudos no sentido de promover uma ocupação das terras mais meridionais do Brasil, no atual território do Rio Grande do Sul. Somavam-se às motivações militares, na meta de melhor defender as intenções lusitanas no Prata, os interesses econômicos na região, buscando-se aproveitar em maior escala as potencialidades ali existentes. Nesse sentido, após várias incursões a essas terras, a ocupação oficial portuguesa no Rio Grande do Sul se concretizaria em 1737, com a expedição do Brigadeiro José da Silva Paes, representando a síntese dos intentos lusos na zona, quer seja, o estratégico, constituindo-se um ponto de apoio à Colônia do Sacramento, e o econômico, com os primeiros passos em direção a um aprimoramento da exploração do gado ali existente.

Assim, a formação do Presídio Jesus-Maria-José significou mais um passo da expansão colonial portuguesa em direção ao sul. O interesse luso, além da exploração do abundante gado, utilizado,

mormente, a partir da ação mineradora no centro da colônia, estava na manutenção da Colônia do Sacramento, posição de difícil defesa devido aos constantes ataques espanhóis e origem de acirradas disputas militares e diplomáticas entre as nações ibéricas. Esse processo estava ligado ao jogo de interesses na região platina, servindo aquela colônia como formidável entreposto para a prática do comércio ilícito, permitindo a entrada de produtos portugueses (e ingleses), nas possessões espanholas e a evasão de metais preciosos da Espanha, ferindo frontalmente o pacto colonial deste país.

O povoado formado no Rio Grande se constituiu no centro da dominação lusa nas terras gaúchas, estando ali localizada a representação da administração colonial através da Comandância Militar, ocupada, inicialmente, por Silva Paes e, mais tarde, por André Ribeiro Coutinho e Diogo Osório Cardoso. De modo praticamente simultâneo ao erguimento da povoação, tendo em vista a necessidade de montar-se um aparelho estratégico-defensivo, deu-se também a formação de um Regimento de Dragões na localidade. Os dragões consistiam tropas especiais que atuavam como cavalaria ou infantaria e foram originalmente enviados para servir na Colônia do Sacramento,

situação impraticável naquele momento, sendo então deslocados para o Rio Grande. O regimento teve sua gênese ainda com os dois primeiros comandantes militares, mas consolidaria sua organização com Diogo Osório Cardoso. Nessa linha, os dragões constituíam inicialmente um corpo de cavalarianos que, na intenção de seus organizadores, deveria possuir mobilidade tática e capacidade de improvisação, devendo ser capaz até de lutar como um corpo de infantes¹².

A sobrevivência dos primeiros habitantes do Rio Grande, juntamente com a dos próprios soldados, foi extremamente penosa. As maiores dificuldades estavam vinculadas à necessidade de abastecimento externo da nova possessão, às constantes intempéries, ao acesso difícil e, muitas vezes, ao abandono por parte da Coroa. Nessa sociedade, viver o dia-a-dia já era uma aventura, a incapacidade das coisas com que contavam era notória, suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé; e havia falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas

¹² CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91.

nunca era pago em dia, e, às vezes, levava anos para chegar¹³. Tal penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa Portuguesa que garantira aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária a sua manutenção e, até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só se efetivaria concretamente no caso dos militares superiores.

A crescente insatisfação levaria a um clima de descontentamento no recente povoado, culminando com a deflagração de um movimento rebelde conhecido como Revolta dos Dragões, iniciado a 5 de janeiro de 1742. Nesse momento, no dizer do “primeiro historiador gaúcho”, esteve a nascente colônia em “apertado lance”, quando os soldados negaram obediência aos seus imediatos superiores, proclamando os oficiais dentre seus próprios quadros¹⁴. Na descrição do comandante militar, Diogo Osório Cardoso, naquele dia, entre quatro e cinco da tarde, depois de rendida a guarda, juntou-se grande quantidade de soldados em um capão de mato, junto à Barra, e, dali saindo, tentaram aprisionar um cabo de esquadra. Tal militar, a

¹³ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 11.

¹⁴ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 4. ed. Petrópolis: Vozes/INL-MEC, 1978. p. 70.

cavalo, fugiu e foi dar notícia ao comandante de que algo de anormal ocorria. Segundo o governante, todas as providências foram tomadas, como o reforço da guarda do Porto, o envio de oficiais e soldados para a praça de armas e a reunião dos paisanos armados, para defesa da autoridade, mas todas elas caíram no vácuo, uma vez que ninguém deu um tiro e os soldados que estavam incumbidos de dominar o motim fizeram causa comum com os seus companheiros¹⁵.

Nessa linha, os agentes promotores da sedição refletiram em seu ato a precária situação vivida pelo conjunto da população que apoiou o movimento. As principais reclamações dos soldados estavam ligadas aos atrasos de soldos, falta de fardamentos, precariedade de gêneros alimentícios, maus tratos de parte dos superiores, controle individual absoluto, castigos corporais e não cumprimento de promessas feitas anteriormente. As reivindicações dos rebeldes eram traduzidas através de representações por eles encaminhadas e que descreviam as penúrias pelas quais passava o jovem povoado. Ao promoverem a sedição, os rebeldes redigiram um documento ao comandante militar, o “Registro de representação

¹⁵ Citado por: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul (Período Colonial)*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 119.

que fez o Corpo de Dragões ao Governador Diogo Osório Cardoso"¹⁶, promovendo uma verdadeira exposição de motivos do movimento.

Dirigindo-se ao Coronel Governador, com o "mais profundo respeito", os soldados dragões do Regimento e guarnição do estabelecimento, todos em um corpo, afirmavam não ser o seu ânimo usurpar, nem perturbar a jurisdição real, nem fazer sublevações contra a fé pública e serviço de S. M. e suas reais ordens. Diziam também que veneravam e protestavam guardar, como obedientes e leais vassalos, a defesa da sua Coroa e Estado, até perder a própria vida, como já teriam demonstrado naquele estabelecimento, desde seu princípio, apesar de estarem sofrendo, não só a falta de socorro e fardas, mas por muitas vezes a de pão de munição e outros inconvenientes que ordinariamente eram experimentados na criação de novas povoações. Assim, temerosos das possíveis e prováveis punições, os rebelados intentavam demonstrar que sua atitude fora lançada como um último recurso diante da situação lastimável em que viviam.

De acordo com os rebeldes, eles estavam obrigados da consternação das estreitas ordens e

¹⁶ Citada por: QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*: Ed. da FURG, 1987. p. 169-171.

rigorosos castigos com que se achavam oprimidos, sem o desafogo de poderem sair dos portões para fora, sem a licença dos seus oficiais e com penas de prisão e severo castigo. Alegavam também que não poderiam ter cavalos e arreios seus, sendo dado por perdido e prendendo todo o que se achasse montado ao entardecer. Eram também submetidos à obrigação de às oito horas da noite se recolherem aos quartéis, quando eram fechadas as portas, das quais eram tiradas as chaves, além de serem submetidos à mostra pela manhã, ao entardecer e à meia-noite. Acusavam ainda que as ordens eram severamente executadas por sargentos, com prisões e pancadas que os maltratavam, contrariamente às regras estabelecidas, bem como não era admitida a sua queixa contra o disposto no Regimento e nem a elaboração de algum outro requerimento que manifestasse suas insatisfações. Dessa maneira, uma das maiores queixas dos rebelados referia-se à severa disciplina e penalizações a que eram submetidos, tudo no sentido das autoridades governamentais buscarem evitar ao máximo qualquer possibilidade de deserção.

Segundo o “Registro de representação”, estava faltando pão de munição, pela pouca prevenção que houvera, de modo que se mandaram dar a cada soldado quinze espigas de milho para quinze dias e

uma abóbora para outros tantos, sendo assegurado na frente do Regimento que, em chegando farinhas, se inteiraria tudo sem desconto, mas, apesar da promessa, continuara faltando inteiramente tal mantimento. O documento destacava também que os militares, querendo encaminhar requerimento com tais reivindicações, não só não o foi admitido, como foram passadas ordens para se dar com um pau a morrer naquele que falasse nisso. Os dragões diziam ainda que se viam despidos e em suma miséria com a falta de pagamentos e fardas, impossibilitados para poderem continuar no serviço e que, quanto a isso também fizeram requerimento para que se mandasse pagar as fardas devidas, o que igualmente não foi admitido. Também não foi permitido que entrasse em requerimento o fato de ter sido usurpado o pão de munição de muitos soldados que se achavam destacados.

Queixavam-se os revoltosos que o Brigadeiro José da Silva Paes, quando no comando do estabelecimento, concedera que alguns soldados dessem outros por si, que ficassem servindo no Rio Grande, diante do que eles poderiam ir servir nas suas praças, ao que não se dera cumprimento, e ficaram servindo uns e outros. Destacavam ainda que, da mesma sorte, tinham vindo do Rio de Janeiro

alguns soldados, já com a praça, para ficarem no povoado sulino por outros que ali se achavam, e que deveriam ir servir no centro da colônia, havendo inclusive alguns despachos de Gomes Freire de Andrada, para que fossem remetidos outros para as suas praças, com a mesma obrigação ou sem ela, o que também não fora deferido. A intenção dos militares era que pudesse, ainda que ocasionalmente, serem substituídos e retirados daquele território prenhe de intempéries e perigos, com o inimigo tão próximo.

A malversação de parte das autoridades também era denunciada pelos revoltosos, ao afirmarem que, tendo se remetido da Provedoria da Fazenda do Rio de Janeiro toda a previdência de dietas para o Hospital, elas foram desviadas para outras partes, faltando à assistência e caridade dos doentes, por cuja causa notoriamente padeciam misérias excessivas. Os constantes castigos constituíam mais um dos pontos de queixas dos militares, os quais destacavam que havendo suspeita de algum soldado querer desertar, sem prova legal, o passavam a pau pelos cabos-de-esquadra, na frente do Regimento, vindo a ser remetidos para o Hospital, e depois mantidos em rigorosas prisões e galés. Ficavam eles escandalizados também de serem

maltratados com palavras injuriosas, acutilados, chegando alguns a ficar aleijados de mãos e pés. Eram também afrontados, como o caso do soldado que, chamado à casa de um capitão, na qual, a portas fechadas, foi tão maltratado por dois mascarados, com sacos de areia e calabrotes, que teve de ser levado para o Hospital. A denúncia explicitava que tais tratamentos teriam sido praticados apenas por razões particulares.

Nessa linha, os dragões afirmavam que se viam ultrajados, sem desafogo algum, passando excessivas misérias advindas da falta de vinte meses de soldos e três anos de fardas. Desse modo, diziam-se desenganados, passando a acreditar que por outro caminho não seriam atendidos, de modo que haviam tomado a resolução de se separarem em um Corpo da Obediência do Governo de seus oficiais, elegendo entre si outros, e um comandante, tanto para continuar o serviço, assim de guardas e rondas para a defesa do estabelecimento, como para, debaixo da obediência deles, se evitarem roubos, violências e outros distúrbios que pudesse acontecer aos moradores, como até então se havia observado, sem alterar novidade alguma no que tocasse a faxinas e mais disposições pertencentes à jurisdição real. Declaravam que pretendiam manter tal situação até

que lhes fossem satisfeitas inteiramente suas reivindicações quanto a soldos vencidos e fardas, além de que lhes fosse franqueado poderem andar nos seus cavalos, não só dentro da praça, mas fora dela, na forma que lhes era permitido pelas Novas Ordenanças.

Os militares almejavam ainda que pudessem ter canoas para pescar e buscar toda a mais conveniência nas vizinhanças da povoação, nos dias que fossem isentos de serviço, sem mais obrigação que a de dar parte e obediência a seus oficiais. Objetivavam que fossem isentados das mostras e de serem recolhidos aos quartéis os que com seu procedimento não dessem ocasião a isso, praticando-se com eles o que se praticava nas mais praças do Brasil, de modo que pudessem suavizar outros descômodos que padeciam no jovem povoado. Reivindicavam que se desse cumprimento aos despachos de Silva Paes a respeito das licenças e das possíveis substituições, para que não desanimassem e para que pudessem servir com mais gosto. Pediam ainda para aqueles que constasse por certidão do cirurgião e dos seus oficiais, terem queixas graves para continuar o serviço e necessitassem de mais eficazes remédios dos que se achavam na povoação, que pudessem ser remetidos ao Rio de Janeiro, antes

que ficassem incuráveis, de maneira que assim pudessem tratar da sua saúde, com obrigação de se restituírem à sua praça.

Os rebelados solicitavam também que os doentes do Hospital fossem assistidos com mais caridade e que não ocorressem desvios para outra parte das dietas que se remetiam para tal fim, como até então vinha acontecendo. Pretendiam ainda não ser castigados, como até aquele momento, pela leve presunção de quererem desertar, sem evidente prova. Por outro lado, em nome do Corpo, por crédito dele e honra da nação, requeriam e pediam que os que desertassem, roubassem, ferissem, causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, fossem logo punidos e castigados severamente, conforme a gravidade das suas culpas e as determinações das Novas Ordenanças. Nesse sentido, os rebeldes buscavam distinguir sua ação reivindicatória daquelas que pudessem ser enquadradas como efetivamente criminosas.

Finalmente, os dragões retomavam o argumento de que sua atitude constituíra medida extrema e última alternativa diante das desgraças vivenciadas. Diziam que da resolução que tomaram foram obrigados pela miséria e consternação em que se achavam, diante do que, ainda que se atribuisse o

nome de tumulto e levantamento, ou de excesso – denominações das quais discordavam – lhes fosse concedido o perdão de todas as forças que se praticavam em semelhantes casos, para que em tempo algum pudessem ser castigados nem punidos, de modo que tivessem condições de, sem temor, restituir-se à obediência de seus oficiais e continuar no real serviço com mais gosto, zelo e honra com que desejavam empregar-se nele. O receio das mais severas punições fazia com que os rebeldes arrematassem seu Registro de representação quase que se desculpando pelos seus atos, pedindo o perdão e enfatizando que acima de tudo pretendiam continuar servindo à Coroa.

Mesmo rebelados e controlando as posições oficiais, os amotinados buscaram manter a rotina de vida e as funções públicas e militares do povoado em plena execução. A partir da revolta, Diogo Osório Cardoso buscou contornar a situação e, de modo a apaziguar os ânimos, prometeu aos sediciosos que seus intentos seriam levados em conta. O comandante militar chegou a intimar a população para que todos que possuíssem dinheiro repassassem à tesouraria real, caso contrário, os que se negassem seriam considerados rebeldes perante a Coroa. Dessa maneira, reuniu as tropas e,

conclamando todos à pacificação, garantiu-lhes, *ad referendum* às autoridades centrais, que seriam totalmente atendidos em suas reivindicações, a não ser a referente à questão pecuniária, por não haver dinheiro suficiente naquele momento, além disso, ficava garantido também o perdão aos rebeldes.

Nessa ocasião, o governante manifestava-se dizendo que aceitava todas as condições apresentadas na proposta e representação que fizera o Corpo de Dragões, que se achava separado, menos a de se pagar por inteiro tanto os soldos vencidos de vinte meses como os fardamentos, por não haver no estabelecimento a providência necessária, nem se acharem esses arbitrados. Diante disso, propunha-se a por na presença de Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania, no sentido de prover inteiramente as condições e isenções expressadas e confirmar o perdão que dava aos amotinados¹⁷. Essa aceitação do comandante militar aos termos dos rebeldes só ocorreria tendo em vista a completa falta de alternativas para tomar outro tipo de providência.

Grande parte dos historiadores que abordou o tema considerou essa concessão do perdão como o

¹⁷ Citada por: CESAR, 1970, p. 123.

fato que demarcaria o encerramento do evento rebelde, no entanto, ele prosseguiu. Apesar do arrefecimento de ânimos após a atitude de Diogo Osório Cardoso, no mês seguinte, o desembarque de Silva Paes, com a função de aplacar as manifestações rebeldes, iria demonstrar que ainda havia fagulhas da rebelião dentre as cinzas, uma vez que o Brigadeiro não trouxera nem os soldos nem os mantimentos devidos, reascendendo o movimento. Foi com dificuldades que Silva Paes negociou com os rebeldes, que não pretendiam permitir que ele se afastasse, conseguindo, porém, garantir sua saída com a promessa de que iria à Santa Catarina obter recursos para satisfazer os rebelados. Em verdade, o Brigadeiro retirou-se para a Estâncie Real do Bojuru, esperando a chegada do barco que traria mantimentos e soldos. Mesmo após a entrada da embarcação, os rebeldes continuaram insatisfeitos, uma vez que só foi pago um terço do que lhes era devido. A intensificação da revolta tornou-se iminente, surgindo até a possibilidade, por parte de alguns de quebra de fidelidade e colocação dos serviços à disposição da Espanha. A pacificação ocorreria apenas a partir do momento em que os líderes do motim aceitaram as promessas de que logo receberiam os atrasados, além de ficar-lhes

garantido o completo perdão por parte das autoridades reais.

O fim da revolta ocorreu principalmente devido à falta de condições da Coroa Lusa de tomar providências mais enérgicas, esmagando os rebeldes, notadamente por tratar-se dos perigos e dos jogos de interesse envolvidos naquela região em litígio. A concessão do perdão aos rebeldes foi, entretanto, limitada a questões circunstanciais que visavam a suavizar levemente o tratamento para com os soldados. Nesse sentido, a ratificação do perdão de Osório Cardoso, feita por Gomes Freire de Andrada chamava atenção para o fato de que aquele tipo de atitude jamais deveria se repetir, pois constituiria “mau exemplo” para os demais súditos. Além disso, todas as concessões obtidas pelos amotinados foram circunscritas às condições e disponibilidades financeiras das autoridades centrais e à manutenção de determinas formas de controle sobre os militares, buscando, essencialmente, a redução dos riscos de deserção. Tais questões ficaram expressas no Registro da ratificação do perdão ao Corpo de Dragões¹⁸, datada de 3 de abril de 1742.

¹⁸ Citado por QUEIROZ, p. 172-174.

O documento de perdão da lavra de Gomes Freire de Andrada, afirmava que, diante da conta que o Coronel Comandante do estabelecimento, Diogo Osório Cardoso, dera sobre o atentado que o Corpo cometera e da representação que o mesmo fizera ao dito Coronel mostravam a desordem e crime cometido, o que teria constituído um fato em que, não só desatendera às Ordenanças de S. M., negando obediência aos oficiais, elegendo entre si quem os governasse, mas usurpara o seu real poder e escurecera o crédito na Nação Portuguesa, que em inumeráveis ocasiões teria dado estimadíssimas provas de sua constância e fidelidade. Destacava ainda que a desordem fora executada antes dos militares haverem feito representação acerca das faltas e violências que padeciam, como seria a sua obrigação, e não por tão estranho meio como obraram para lhe dar a providência que necessitava. A autoridade pública intentava manter o rigor em sua manifestação, intentando apontar o movimento como um ato criminoso, que deveria ser punido com rigor, pois, na sua concepção, os dragões não haviam seguido o caminho correto da reivindicação, entretanto, tal chance não fora dada aos militares.

Apesar desse rigorismo inicial, o governante era conhecedor dos percalços que cercavam a região e

da impossibilidade de rearranjar forças para garantir a defesa da guarnição. Desse modo, suavizaria seu discurso, explicando que, atendendo à regularidade que se havia feito depois e à forma com que fora continuando o serviço, e a que o dito Coronel prometera, em nome de S. M., perdão do excesso obrado, Gomes Freire confirmava o dito perdão. Junto de tal absolvição iam algumas determinações, pelas quais, a autoridade pública, destacando que esqueceria a violência que se executara, esperava que dali em diante viesse o Regimento a dar tão repetidas provas de sua fidelidade, que destruísse o conceito que nas mais tropas se fizera de “tão feio acontecimento”. Mesmo com essa verdadeira anistia, contra a qual não tinha muito a fazer, Andrada não deixava de qualificar o ato rebelde como violento e que servira de mau exemplo aos demais militares.

Quanto às solicitações rebeldes, a autoridade governamental mandava primeiramente que se fizesse o pagamento, empenhando a sua palavra de que, logo que na Provedoria da Fazenda Real fosse entrando algum rendimento, se iriam perfazendo os meses que restassem a dever, bem como ocorreria a promessa de envio de fardamentos e farinha. Permanecia a Coroa Lusa no campo das promessas e a garantia de que se colocaria em dia o soldo em atraso

ficaria condicionada às condições de arrecadação. No que tange a punições dos oficiais que pudessem ter cometido excessos no tratamento dos soldados, Gomes Freire ordenava que, na primeira embarcação, fosse remetido e preso um capitão, enquanto que um alferes seria mudado para o Reduto do Albardão, donde ficaria até contraordem. Garantia também que os dois soldados que haviam sido maltratados, por ordem daquele capitão, havendo a conveniência dos mesmos, poderiam retirar-se do Rio Grande.

Gomes Freire de Andrada permitiria ainda que, podendo algum soldado ter cavalo próprio, sela e arreios, sem ser de S. M., se servisse dele, não excedendo a saída de mais de uma légua a duas, sem mais armas que a sua espingarda, se fosse caçador, e para qualquer saída seria sempre com a licença dos seus oficiais. Garantia também que pudessem ter canoas e usar delas na forma que pediam, mas sem velas nas ditas embarcações, sendo necessário que as recolhessem na Guarda do Porto, sob controle de sentinela. Mandava que aos soldados que o seu claro procedimento não desse causa ao aperto de tantas revistas, se permitisse o que pediam. Declarava que, havendo permissão sua para se recolher algum soldado, se cumprisse, como também os despachos que houvesse de soldado que tivesse dado outro por

si, pudesse sair daquele povoado no extremo-sul. Mandava que se emendassem toda a desordem, se é que ela havia, nas dietas e Hospitais.

Determinava ainda o governante que não se procedesse a castigo grave sem prova, por suspeita de deserção, pois caía a infâmia no soldado e na sua família quando chegava a ser castigado pelo “abominável delito” de desertor. Finalmente, Andrada ordenava que em tudo se observasse a justiça e equidade, evitando tão grave proceder e mantendo-se a disciplina das tropas, para que diante se visse eliminada a desordem, e que todos servissem conforme as reais intenções e Ordenanças de S. M. Apesar desse manifesto sentido de anistia e de concessão, a autoridade pública atendia apenas algumas das questões circunstanciais e não eliminava em maior escala as limitações impostas aos militares no jovem povoado, pois acima de tudo, permanecia a tentativa de eliminar possíveis intenções desertoras.

Terminava, assim, - com um perdão concedido por razões circunstanciais e com as autoridades não abrindo mão do controle sobre seus subordinados - uma rebelião que não fora movida só por interesses dos militares, contando, isto sim, com o apoio de boa parte dos novos povoadores,

vinculados direta ou indiretamente com os soldados e que passavam pelo mesmo tipo de privação, constituindo-se, portanto, além de um movimento de cunho militar, em um acontecimento de significativo teor social. Aplacada a revolta, os dragões permaneceriam em suas funções estratégico-defensivas até os anos cinquenta, quando, a partir da nova conjuntura histórica advinda do Tratado de Madri e a consequente Guerra Guaranítica, o regimento seria deslocado para a localidade de Rio Pardo, a partir de onde teriam participação no processo de ampliação e integração das fronteiras meridionais da América Portuguesa, incorporando, inclusive, à sua própria denominação, como epíteto, o nome daquela comunidade, surgindo os *dragões do Rio Pardo*.

A historiografia oficial se utilizaria em larga escala do papel exercido pelos dragões, localizando-os nos mais decisivos embates entre luso-brasileiros e hispânicos. Essa versão apresentou os militares como heróis, movidos unicamente por um espírito patriótico, calcado em um altruísmo, ou ainda como verdadeiros mitos, que estariam à frente de seu próprio tempo. Diante desse contexto, torna-se importante, não a negação da real participação dos dragões nos eventos militares que marcaram a

formação das fronteiras sulinas, mas sim, ressaltar que eles foram movidos por interesses profissionais e pessoais ligados às possibilidades de ascensão social, seja dos oficiais de alta patente, futuros proprietários de terra e representantes de parte da oligarquia do Rio Grande do Sul, seja dos soldados, os quais atuaram em busca de melhores condições de vida e que, gradualmente, se vinculariam aqueles oligarcas nas tradicionais relações de clientelismo que marcaram a história sul-brasileira¹⁹.

¹⁹ Dentre os trabalhos que construíram uma visão mítica e heroica para os dragões, destacam-se: PORTO, Aurélio. O Regimento de Dragões do Rio Pardo na expansão geográfica do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. III e IV trimestres, ano VI. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1926. p. 605-634.; PORTO, Aurélio. Os Dragões de Rio Pardo. *A Federação*. Porto Alegre: 26 jul. 1928. p. 3.; OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sangue e alma do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937.; OSÓRIO, Fernando Luiz. A formação dos dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p. 173-184.; OSÓRIO, Fernando Luiz. Legenda dos Dragões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 32. Porto Alegre: IHGRGS, 1928. p. 557-565.; BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 74. 2º trimestre, ano XIX. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 217-223.; SPALDING, Walter. Os dragões do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 4º trimestre, ano XVI. Porto Alegre: Globo, 1936. p. 219-236.; SPALDING, Walter. A Revolta dos Dragões do Rio Grande. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 2. p.137-165.; e

Tal perspectiva historiográfica aplicaria uma visão reducionista acerca da Revolta dos Dragões, intentando destacá-la como um movimento de natureza exclusivamente militar. Apesar de reconhecer o sentido do espírito reivindicatório dos rebeldes, o discurso historiográfico oficial deixou de fazer referência ao fato de que a insatisfação tomava conta da sociedade como um todo, afinal, para os articuladores dessa construção discursiva não era interessante o destaque a uma sedição de cunho social marcando a gênese da história sulina. Na mesma linha, a grande ênfase foi à manutenção da ordem por parte dos rebelados, os quais teriam se lançado à luta, mas não abandonado seu papel profissional. Segundo essa concepção a rebelião teria terminado com a emissão do perdão de parte das autoridades governamentais e os acontecimentos posteriores à chegada de Silva Paes, inclusive com o recrudescimento da revolta e até uma possível ameaça de deserção e passagem para o lado da Coroa espanhola, foram simplesmente suprimidas desse tipo de narrativa. Essa visão distorcida iria contribuir profundamente para que, em termos de conhecimento geral, ou do senso comum, pouco se

ANTUNES, Deoclécio De Paranhos. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Ministério da Guerra, 1954.

soubesse acerca do movimento ocorrido no nascedouro do Rio Grande do Sul, relegando-o a um papel secundário, ou, por vezes, quase que levando a um esquecimento da Revolta dos Dragões.

A invasão espanhola

O século XVIII constituiu uma época prenhe em guerras que, tendo por epicentro a Europa, iriam espalhar suas consequências em diferentes partes do globo, originando-se um processo de mundialização dos conflitos bélicos que viriam a adensar-se nas centúrias seguintes. As questões dinásticas, a luta pela hegemonia continental e os conflitos de natureza colonial foram alguns dos fatores motores de tais guerras que serviam à consolidação das nacionalidades em vários dos países europeus. Nessa época, Portugal e Espanha haviam perdido o status de nações hegemônicas e passavam cada vez mais a atuarem como satélites de outros estados mais poderosos, no intrincado quadro das relações internacionais. De acordo com tal posição, nos diversos confrontamentos que se desencadeavam, os dois países ibéricos adotariam posições antagônicas, pois, em linhas gerais, enquanto os portugueses aliavam-se à Inglaterra, os espanhóis o faziam em relação à França, duas das nações que mais intensamente confrontavam-se pela preeminência mundial.

As várias guerras ocorridas na Europa promoviam efeitos indeléveis no continente americano onde também se digladiaram lusos e hispânicos, mormente no que tange à fronteira extremo-sul da América Portuguesa. Em 1680, a iniciativa lusa de fundação da Colônia do Sacramento, em um projeto expansionista em direção à região platina, constituiria verdadeiro momento de inflexão histórica nas relações entre os dois países ibéricos. Os espanhóis não aceitavam a possessão portuguesa, estabelecendo-se um ciclo histórico de cercos, ataques, destruições e apropriações da Colônia, com a posterior devolução aos portugueses, para mais adiante, iniciar-se novamente o processo. Tais confrontos levariam os lusitanos a buscarem fixar-se nas terras do extremo-sul do Brasil, com a fundação do povoado do Rio Grande, em 1737, com a função precípua de servir como um ponto estratégico de apoio à Colônia do Sacramento.

Desde a década de 1750, prolongando-se à seguinte, se desencadearia mais um conflito bélico europeu, com a Guerra dos Sete Anos, na qual, mais uma vez, Portugal e Espanha estariam em lados opostos. As repercussões na América não seriam diferentes e as autoridades governamentais hispânicas promoveriam outra conquista da Colônia

do Sacramento, mas, dessa vez, avançariam ainda mais sobre o território luso e, em 1763, ocupariam as fortificações de Santa Teresa e São Miguel, chegando até a Lagoa dos Patos e invadindo a povoação do Rio Grande. Ainda que as negociações de paz na Europa tenham determinado a devolução de territórios conquistados, os espanhóis o fizeram apenas em relação à Colônia do Sacramento, permanecendo com a posse da localidade do Rio Grande, a qual só viria a ser reconquistada pelos portugueses em 1776.

A fundação do povoado do Rio Grande se dera a partir do forte Jesus, Maria, José, desenvolvendo-se em seu entorno e, posteriormente, da igreja matriz de São Pedro o núcleo urbano. Os povoadores da jovem possessão lusa em terras sulinas enfrentaram as mais variadas dificuldades que passavam pelas intempéries climáticas e chegavam à enorme dificuldade de abastecimento de parte da metrópole, ficando muitas vezes os colonos abandonados à própria sorte. Além de uma série de estorvos a serem vencidos, esses primeiros habitantes defrontavam-se com um obstáculo ainda mais sério, pois, ao ocuparem um território fronteiriço e até mesmo em litígio, se deparavam com a perigosa proximidade do inimigo espanhol. Nesse sentido, o receio de uma invasão dos

hispânicos viria a constituir um dos primeiros medos coletivos dos sul-rio-grandenses e a concretização de tal fenômeno, em 1763, potencializaria significativamente esse temor.

O medo é uma sensação ambígua e inerente à natureza humana, constituindo inclusive uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. Mas, ao mesmo tempo, o medo é um inimigo mais perigoso do que todos os outros, uma vez que, coletivo, ele pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece. Assim, as reações de uma multidão tomada de pânico ou que libera subitamente sua agressividade podem resultar em grande parte da adição de emoções-choques, trazendo à tona surpreendentes formas de reagir à realidade. Tal angústia, prolongando-se, pode trazer como risco o desagregar de uma sociedade ou ainda introduzir uma dose excessiva de negatividade e de desespero²⁰. Naquele lustro inicial da década de 1760, os primeiros povoadores sulinos sentiriam concretamente o medo da invasão do adversário, desenvolvendo-se um quadro caótico e de

²⁰ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 23-25, 31 e 43.

verdadeiro pânico no seio da novel comunidade, ainda mais que a conjuntura da época representava um dos períodos mais conflituosos que a região platina conhecerá²¹.

A partir do momento em que o governador de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, levando em conta a situação conflituosa na Europa, reuniu numerosa força militar, sitiou e conquistou a Colônia do Sacramento, os receios recrudesceram ainda mais no Rio Grande. Dessa forma, era de intranquilidade a situação dos habitantes do povoado e o conhecimento da marcha de Cevallos, junto à ausência de medidas de precaução tomadas em relação à vila, estava a exasperá-los²². No final da década de cinquenta, a localidade encontrava-se completamente aberta ao inimigo, pois o forte do Estreito - Santa Ana -, que fora construído para bloquear o avanço sobre a península, achava-se completamente soterrado, e o do Porto - Jesus, Maria, José -, em ruínas. Tal situação durava já quase um decênio, e nenhuma obra de fortificação fora feita

²¹ REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteira no espaço platino. In: *História geral do Rio Grande do Sul - Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1. p. 49.

²² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777): primeira parte - a invasão espanhola - 1763 -*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1935. p. 79.

para modificá-la. Pouco antes da invasão, em agosto de 1761, como solução de emergência, o governo do Rio de Janeiro determinou a construção de um reduto ou trincheira estacada no alto do hospital, que não foi construído tendo em vista as dificuldades impostas pelas areias. Dessa forma, a vila era um local aberto e indefensável²³.

Diante de tal quadro, o governo colonial luso no Rio de Janeiro determinou ao governador do Rio Grande, coronel Elói Madureira, que tomasse as medidas defensivas necessárias a impedir a invasão do território brasileiro por forças castelhanas. No mesmo sentido, mandava que o comandante da praça de Rio Pardo, coronel Tomás Luís Osório, se deslocasse para o sul e se estabelecesse em Angostura, desfiladeiro próximo a Castilho Grande, interceptando o caminho obrigatório para quem, de Montevidéu, pretendesse atingir o Rio Grande pelo litoral²⁴. Tal empreitada, entretanto, foi de difícil execução. O comandante Osório ao invés de optar por uma linha fortificada, mais rápida e imperceptível aos espanhóis, empreendeu a

²³ QUEIROZ, p. 112.

²⁴ FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1965. p. 42.

construção de uma fortaleza, trabalho muito mais lento e facilmente identificável pelos inimigos²⁵.

Além disso, o coronel Osório enfrentaria uma série de óbices na execução da fortificação que viria a receber o nome de Santa Teresa. Ele buscou reunir diversos destacamentos e guardas avançadas, completando um corpo de quatrocentos homens, mal armados, com que seguiu para o sul, levando oito peças de bronze e duas de amiudar. No local, as obras de fortificação seguiram demoradas, não só pela natureza do terreno e falta de estacas e faxina que só havia nos matos de São Miguel, a seis léguas de distância, como também pela deficiência de pessoal. Além disso, a pequena guarnição do forte estava rota de cansaço, com as guardas e rondas repetidas e pelo trabalho de quebrar pedra, carregar faxina e romper terra. Também faltavam armas e munições, diante do que o governador no Rio Grande alegava não ter balas, nem metralha, nem ferreiros para mandar, remetendo apenas algum armamento velho e imprestável. As solicitações de socorro da parte de Tomás Osório ou não eram atendidas, ou ficavam procrastinadas. O coronel reclamava ainda da inexperiência de muitos de seus comandados, da falta de contingentes e até mesmo

²⁵ QUEIROZ, p. 112.

do pequeno número e da inépcia dos pedreiros que trabalhavam nas obras, enfatizando a grande diferença que havia na edificação da parede de uma casa e da muralha de uma fortificação²⁶.

Somava-se a tal contexto de dificuldades, a significativa superioridade numérica das forças de Cevallos, que mobilizara aproximadamente quatro mil homens para o ataque à Colônia do Sacramento, dentre os quais, mais de um quarto era de indígenas e, completa essa conquista, destinaria três mil homens bem providos de artilharia para investir contra a posição lusitana no sul das terras brasileiras²⁷. Revelava-se assim que as providências tomadas para a defesa da colônia portuguesa no Rio Grande do Sul eram menos do que precárias. Além das próprias dificuldades impostas pelo meio e pela pouca assistência das autoridades, ocorreu também uma série de desacertos entre os comandantes, havendo uma tendência geral em apontar vários erros tanto no que tange à atuação do governador Elói Madureira quanto à do coronel Osório.

²⁶ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Os espanhóis no Rio Grande. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1906*. Rio Grande: Livraria Americana, 1895. p. 223-224 e 232.

²⁷ FERREIRA FILHO, p. 42.

Dentre os principais pontos destacados como falha dos dois comandantes estaria o fato do governo do Rio de Janeiro, ainda em janeiro de 1763, ter transmitido instruções precisas e claras, tanto ao comandante de Santa Teresa quanto ao governador do Rio Grande. Ao primeiro foi ordenado que, se as forças castelhanas fossem muito superiores às suas, fizesse recolher a tempo a artilharia e as munições para o Rio Grande, retirando-se com toda a tropa até a mesma vila e passando à defesa para o lado norte. Já ao segundo, foi determinado que, na dificuldade de defender a povoação, por ser um lugar aberto, deveria ordenar, o quanto antes, a passagem para o lado norte do canal, criando fortificação para disputar ao inimigo a posse do território²⁸. Diante de tais ordens, ambos optariam por guardar segredo sobre as mesmas, sob o argumento de evitar que o pânico se espalhasse entre seus comandados²⁹.

Dessa forma, prevaleceria uma conduta carregada de indecisões da parte de ambos os comandantes. A despeito da ordem de passar a

²⁸ BARRETO, Abeillard. A ocupação espanhola do Rio Grande de São Pedro. In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979a. v. 2. p. 646.

²⁹ CESAR, 1970, p. 169.

resistência para o lado norte, Madureira permaneceu na vila sem tomar as medidas urgentes e enérgicas que a situação exigia³⁰. Nesse sentido, só às vésperas da invasão, já em abril de 1763, o governador compreendeu a gravidade da situação e reuniu na casa do governo o provedor, o tesoureiro, o escrivão da câmara, que foi convocada, e os “homens bons” da localidade, para lhes dar conhecimento das ordens emanadas do Rio de Janeiro, aproveitando a ocasião para se justificar de não o ter feito antes, a fim de não alarmar o povo e por confiar na resistência em Santa Teresa³¹. Já o coronel Tomás Osório, irresoluto, dando ordens e contraordens, oscilava entre uma retirada, que poderia ser feita em melhores condições, ou a resistência³². Indeciso, ora o comandante se dizia disposto a resistir, ora tomava medidas para a retirada, o que depois não autorizava, de maneira que tais idas e vindas, naturalmente, ao chegarem ao conhecimento da tropa, somente predispunham à indisciplina, degenerando em uma debandada quase geral, cada um tratando de obter cavalos com que garantir uma

³⁰ DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p. 188.

³¹ MONTEIRO, 1935, p. 80.

³² DOCCA, p. 188.

chegada tempestiva à vila do Rio Grande³³. Assim, vacilante e sem firmeza nas deliberações, Osório perderia a voz de comando, vindo a grassar tal desalento e desconfiança junto aos soldados, que acabariam por optar pelo caminho da deserção³⁴.

As atitudes de Tomás Luís Osório, levando à fuga de grande parte das tropas, espavoridas, em direção ao Rio Grande, rendendo-se os que permaneceram em Santa Teresa; e de Elói Madureira, adiando para a última hora a evacuação para o lado norte, contribuiriam decisivamente para que o pânico lavrasse nas terras sulinas. De acordo com tal perspectiva, eles viriam a ser identificados como os principais causadores da derrocada, o primeiro pela entrega da porta de entrada para o Rio Grande do Sul e o segundo pela incapacidade em administrar a difícil circunstância pela qual passava a colônia lusa³⁵. Dessa maneira, ambos decidiram agir

³³ BARRETO, Abeillard. Tentativas espanholas de domínio no sul do Brasil, 1741-1774. In: *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979b. v. 2. t. 2. p. 166.

³⁴ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 2.ed. Paris: Tip. de Casimir, 1839. p. 104.

³⁵ MONTEIRO, Jonatas da Costa Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

segundo os próprios arbítrios, diante da situação caótica em que se encontrava o governo do “continente”, onde cada comando agira de forma independente, sem nem mesmo se subordinar ao seu superior³⁶.

A partir da derrota em Santa Teresa, com a fuga ou a rendição das tropas, o avanço das forças de Cevallos continuou inexorável, com a marcha e fácil dominação sobre o forte de São Miguel, ficando plenamente escancaradas as portas em direção ao Rio Grande. Com as notícias da invasão, o caos começaria a tomar conta da vila. Cada qual buscando fugir da maneira que lhe fosse possível. O governador foi o primeiro a colocar-se em fuga, não aguardando a execução das medidas que poderiam minorar a intensidade da derrocada, passando o canal a 21 de abril de 1763, abandonando a população à própria sorte³⁷. Os fugitivos, em parte, embarcaram em duas sumacas, alguns apenas com a roupa do corpo, e saíram barra à fora para o Rio de Janeiro, outros ficaram na margem do norte, havendo ainda os que fugiram para Santa Catarina, por terra, em cujo trajeto muitos morreram de forme,

Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. v. 4. p. 117-118.

³⁶ QUEIROZ, p. 113.

³⁷ MONTEIRO, 1935, p. 82.

sede e cansaço e a maior parte acompanhou o governador e mais autoridades para Viamão³⁸.

A retirada de 20 a 24 de abril foi desastrosa, uma vez que no porto havia apenas duas embarcações pequenas e algumas canoas, totalmente insuficientes para a transferência de armamentos, mercadorias e centenas de pessoas. A travessia era relativamente longa, e foi dificultada pela ação adversa dos ventos, de modo que a força das armas e a do dinheiro garantiria a prioridade para os interesses da Coroa e das pessoas abastadas, ainda assim, toda a ação resultou em um grande fracasso³⁹. Todos acorriam ao porto, mas muitos não podiam prosseguir, pois o governador tinha mandado por sentinela na praia a evitar embarques. Primava o governo pelos bens reais, procurando o tesoureiro salvar o que existia nos armazéns régios, fazendo passar pequenas peças com suas carretas, barris de pólvora e caixas de balas miúdas, livros e o pouco numerário que existia nos cofres, enquanto o povo açodadamente, tentando utilizar-se dos poucos barcos existentes, já com permissão, procurava na

³⁸ RODRIGUES, p. 227.

³⁹ QUEIROZ, p. 114.

outra margem a segurança que a vila não lhes podia oferecer⁴⁰.

Tal cenário de desespero se intensificaria com a chegada dos primeiros fugitivos de Santa Teresa, o que só fez intensificar o pânico na população e a travessia para o norte, que poderia ter sido com certa ordenação e sem maiores tropeços, passou a ser realizada de forma ainda mais desorganizada e sem método⁴¹. Até mesmo a cavalhada que se conseguira salvar em Santa Teresa, junto dos soldados que também queriam passar para o lado do norte intensificou a confusão reinante na vila, pelo aumento de candidatos às poucas barcas empregadas na passagem do povo. As condições climáticas e topográficas ocasionaram a perda de mercadorias, armamentos e cavalos na passagem pelo canal. Nas águas, com os barcos pejados de gente e o que conseguiam carregar, os barqueiros procuravam passar o povo que açodadamente e aos gritos chamava por auxílio. A escassez de embarcações em condições e a desordem natural na utilização das existentes fez com que muitas ficassem inutilizadas, encalhando ou afundando⁴².

⁴⁰ MONTEIRO, 1935, p. 80-81.

⁴¹ BARRETO, 1979b, p. 166.

⁴² MONTEIRO, 1935, p. 82-83.

Alguns comandantes ainda chegaram a tentar reunir militares que passavam, buscando impor alguma ordem dentre os retirantes, entretanto, o instinto de segurança primava sobre qualquer preceito de disciplina, a desorganização implantada era completa e o povo e soldados só queriam o mais depressa possível fugir para o interior e abrigarem-se do invasor, de modo que nada atendiam. Era a plenitude da confusão, correndo o povo para as praias a procurar embarcações que os levassem, além dos gritos das mulheres, do choro das crianças e das imprecações dos homens, que mais aumentavam a desordem⁴³. Os saques foram generalizados, atacando-se tudo que estivesse pela frente, não se respeitando a propriedade privada, a da coroa ou a da igreja. Fosse para aproveitar a oportunidade da ocasião, fosse para praticar uma política de terra arrasada, visando a nada deixar ao inimigo, os roubos, as depredações e a violência de toda ordem tornaram-se generalizados na povoação. Na parte norte do canal, os acontecimentos não foram diferentes daqueles da vila, repetindo-se os roubos e os atentados contra as pessoas e as propriedades⁴⁴.

⁴³ MONTEIRO, 1935, p. 82.

⁴⁴ QUEIROZ, p. 115.

Chefiado por José de Molina, o destacamento avançado enviado por Cevallos, chegaria ao Rio Grande a 24 de abril de 1763 e encontraria a vila em abandono e destruição. Alguns poucos e pobres casais de ilhéus foram aprisionados, enquanto outras pessoas ficaram prisioneiras já embarcadas, por ter seu barco encalhado nos baixios próximos ao porto⁴⁵. A possibilidade de edificar-se uma resistência lusa no lado norte do canal não foi sequer cogitada. Desse modo, não se concentraram, na margem oposta, as forças transportadas, organizando ali a defesa, que poderia ser inexpugnável dada a ausência de uma esquadra que apoiasse as operações de terra espanholas⁴⁶. Abandonando a zona de um possível combate, o governador seguiu para Viamão, mantendo-se o êxodo desordenado, sem que a concentração das forças retirantes chegasse a resistir, quer sob as ordens diretas de Madureira, quer sob a orientação de outro qualquer oficial, a que houvesse delegado tal incumbência⁴⁷.

O misto de medo e ira no seio da multidão se voltaria contra tudo e contra todos, inclusive em relação ao próprio governador que chegou a ter a sua

⁴⁵ MONTEIRO, 1979, p. 104.

⁴⁶ BARRETO, 1979b, p. 166.

⁴⁷ BARRETO, Abeillard. *O Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985. p. 39.

vida ameaçada. Assim, grande indignação acometeria a população, de modo que, civis e soldados, ao verem o governador abandoná-los, aos brados, o insultavam, proclamando-o traidor e covarde. Um cabo de dragões chegou a alvejá-lo com uma pistola, gritando que era preciso matar os traidores e só a intervenção do provedor não permitiu que a ameaça fosse efetivada⁴⁸. Quando da chegada dos contingentes fugidos de Santa Teresa, muitos dos soldados diziam que haviam de matar o governador, por considerá-lo a causa de todas as suas desgraças⁴⁹. Já transposto o canal, vários militares tiveram de fazer escolta para garantir a vida de Elói Madureira que, na barranca norte, como no Rio Grande, tinha ainda sido ameaçada, tal o estado de desespero em que ficaram o povo e soldados pela incúria do chefe⁵⁰.

Todo aquele caos e desespero era fruto do medo da guerra e do inimigo que se aproximava, mas refletia também os longos períodos em que os habitantes locais e os soldados ficavam relegados a um verdadeiro abandono de parte das autoridades. Nesse sentido, as circunstâncias de terror serviriam

⁴⁸ MONTEIRO, 1935, p. 82.

⁴⁹ RODRIGUES, p. 226-227.

⁵⁰ MONTEIRO, 1935, p. 83.

para dar vazão àquela série de insatisfações de natureza socioeconômica, de maneira que a fome e a miséria dos soldados e colonos do Rio Grande também teriam ditado seus atos. Dessa forma, os armazéns reais foram imediatamente saqueados, soldados armados obrigaram o almoxarife a abrir-lhes as portas, dizendo que queriam vestir-se por se acharem rotos e nus⁵¹. Além disso, o próprio governador se apercebera de que tais condições de penúria só serviam para agravar o quadro de instabilidades, autorizando o tesoureiro a entregar trigo e fazendas dos armazéns reais a um oficial, para pagamento aos soldados por conta dos meses de soldo que lhes eram devidos, de modo a ver se os contentavam, promovendo a organização da defesa da passagem⁵², em uma medida desesperada, mas infrutífera em resultados.

O avanço hispânico não se restringiu ao Rio Grande, pois os espanhóis, atravessando o canal, em perseguição aos fugitivos, ocuparam a sua margem esquerda e, estabeleceram guardas em São José do Norte. Além disso, assenhorearam-se da barra rio-grandina, impedindo a passagem de quaisquer

⁵¹ QUEIROZ, p. 114.

⁵² MONTEIRO, 1935, p. 82.

embarcações⁵³. O processo de pacificação na Europa já se estabelecera desde fevereiro de 1763, mas acabou por não impedir a marcha espanhola em direção às terras sulinas. A entrada de Cevallos na vila do Rio Grande, cercado de triunfal aparato, deu-se a 12 de maio de 1763, chegando a dar a impressão de constituir o primeiro ato de uma expedição que poderia chegar até o norte do Rio Grande do Sul⁵⁴. A ação do governador de Buenos Aires no contexto das possessões lusas seria até caracterizada como uma das últimas manifestações da chama do poder espanhol no sul da América Meridional⁵⁵ e somente a determinação metropolitana mais incisiva da suspensão das armas interromperia tal expansão.

Os acontecimentos no sul despertavam a preocupação das autoridades no centro da América Portuguesa. Dessa maneira, no Rio de Janeiro, os administradores metropolitanos recebiam a notícia da invasão hispânica e da rapidez de sua marcha, temendo que a onda avassaladora, que nos pampas

⁵³ CESAR, p. 171.

⁵⁴ PINHEIRO, p. 107.

⁵⁵ ARANA, Henrique. Expedicion de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de La Plata. In: *Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em comemoração ao segundo centenário da fundação da cidade do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1937. v. 1. p. 332.

do Rio Grande se expandia, chegasse à Santa Catarina. Diante desse temor, vieram as providências de reforço das tropas que existiam pelo sul e em Santa Catarina. Além das várias medidas no sentido de guarnecer tal território, os governantes passaram a dar alguma atenção aos soldos, atrasados que estavam os pagamentos, por anos de abandono. Ainda assim, as verbas enviadas dariam apenas para pagar seis meses dos vinte e quatro devidos à tropa, sem contar os marinheiros e a peonada. Chegaria a ser de quatro a cinco anos o conjunto da dívida, e, com esse regime de calote, os dirigentes do Rio de Janeiro queriam ter tropas em condições e dedicação de gente que a falta nos pagamentos forçava a procurar ganhar a vida como o meio lhes permitia⁵⁶.

A partir de então se desencadearia o esforço lusitano na elaboração de um projeto e na efetivação de ações militares que viessem a promover a recuperação das terras sulinas. A permanência hispânica, entretanto, perduraria por mais de uma década, de modo que a reconquista portuguesa do Rio Grande só se daria em 1776. As tratativas diplomáticas e os desentendimentos entre as duas nações ibéricas continuariam servindo como fatores dos confrontos bélicos na porção extremo-

⁵⁶ MONTEIRO, 1979, p. 105 e 112.

meridional da América Portuguesa, vindo a advir ainda novos confrontos na região. A experiência de abril de 1763, com a fulminante passagem dos espanhóis por Santa Teresa e São Miguel, chegando até o Rio Grande marcaria de forma indelével a memória dos colonos sulinos, uma vez que ficara materializado e tornara-se realidade aquele que era um dos maiores medos daquela coletividade.

Muitos dos episódios que traduziram aquele ambiente de terror foram narrados na “Devassa sobre a entrega da vila do Rio Grande às tropas castelhanas”⁵⁷, que merece especial relevo⁵⁸, por constituir um dos mais inestimáveis e informativos documentos acerca da invasão espanhola de 1763. Na tentativa de apurar responsabilidades pelos atos acontecidos no território sulino, as autoridades metropolitanas promoveriam um profundo inquérito, ouvindo significativa quantidade de testemunhas. Apesar de certas contradições, idiossincrasias e incertezas patentes e/ou latentes

⁵⁷ DEVASSA sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas (1764). Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1937.

⁵⁸ BARRETO, Abeillard. Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979c, v. 2, p. 632.

nos depoimentos, dos relatos presentes na “Devassa” se originaria uma narrativa rica em detalhes sobre o aflitivo cotidiano daquele abril de 1763.

A primordial meta da “Devassa” era a apuração de culpados pela invasão das terras sulinas, de preferência no que tange às autoridades governamentais e militares. De acordo com tal perspectiva, referia-se o Auto da devassa à ocasião na qual se apoderaram os inimigos da Coroa dos fortes de Santa Teresa e São Miguel chegando até o Rio Grande e a passar o canal do norte. Visava, assim, a examinar se nestas ou em outras oportunidades tanto o governador e o coronel responsável pela fronteira extremo-sul, como os mais oficiais e soldados que estavam debaixo de seu comando actuaram com disposição, valor, zelo e fidelidade que deveriam ter e guardar, de acordo com a obrigação de seus postos. Objetivava ainda observar o caso contrário, ou seja, se aqueles faltaram a tudo, dando causa ou motivo para que os inimigos entrassem naqueles lugares sem oposição e neles causassem as desordens que experimentaram aqueles povos de que eram públicas as queixas ou se eles mesmos as teriam cometido. Diante disso, seriam tomados testemunhos e feitas as devidas

averiguações e os exames que fossem necessários para desvelar os acontecimentos na localidade⁵⁹.

O teor de uma correspondência de autoridade responsável pela apuração dos fatos revelava a série de atentados ocorridos no Rio Grande, em abril de 1763, em meio à confusão e pânico generalizados que tomavam conta da comuna. Segundo tal missiva, na ocasião não ocorreram apenas deserções, mas também a passagem de alguns militares e civis para o lado dos adversários, reconhecendo-se os luso-brasileiros como os responsáveis pelos distúrbios iniciais no Rio Grande. Dessa forma, apontava-se que alguns portugueses das tropas responsáveis pela guarnição de Santa Teresa e ainda alguns paisanos voltando-se contra a pátria não só haviam tomado partido com os inimigos, mas foram os primeiros a entrar na vila, cometendo as maiores hostilidades entre os moradores de um e outro sexo, roubando a uns e maltratando a outros, com graves injúrias e crueldades. Era ainda feita referência ao fato de que, com furor, aqueles indivíduos chegaram a cometer horrendos desacatos nos templos dedicados a Deus, além de terem causado notáveis prejuízos a real fazenda tanto nas extrações e descaminhos dos gados das suas estâncias como na ocultação de vários

⁵⁹ DEVASSA, p. 3.

efeitos que deveriam arrecadar-se por tal órgão fiscal. Ficava também explicitado que os “abomináveis delitos” de falta de obediência às ordens dos superiores em matéria tão séria, os quais, pelas suas graves circunstâncias, resultavam em não leves indícios de maquinção oculta e infidelidade da parte dos que os cometiam, como também o de sacrilégio e descaminhos da fazenda de Sua Majestade⁶⁰.

Os interrogatórios promovidos durante a “Devassa” se orientariam por uma chave de questionamentos composta de quinze perguntas dirigidas às testemunhas. A maior parte delas se referia às atuações do governador Elói Madureira, do coronel Tomás Luís Osório e dos comandados dos mesmos. Havia também referência a indevidas relações entabuladas com os adversários espanhóis. As averiguações direcionavam-se ainda a apurar os acontecimentos desencadeados no Rio Grande a partir da chegada dos soldados evadidos de Santa Teresa, quando a confusão reinante intensificou-se e foram cometidos os mais variados atentados. Dentre as maiores preocupações da investigação criminal estavam aquelas que se davam em relação aos delitos

⁶⁰ DEVASSA, p. 7.

cometidos contra a igreja, as posses da Coroa e a propriedade privada.

Levando em conta tais quesitos, as testemunhas eram submetidas a questões específicas. Uma delas buscava descobrir se, depois da derrota em Santa Teresa e da chegada dessa notícia à vila do Rio Grande, que já estava em confusão, os soldados que escaparam ou outra alguma pessoa cometeteram roubos na povoação, especialmente no templo tirando dele as imagens, vasos sagrados, ornamentos ou outras algumas alfaia dedicadas a Deus e aos seus santos e, no caso positivo, quem seriam as pessoas e que uso teriam feito de tais coisas. Perguntava-se também se aqueles mesmos indivíduos tiveram igual prática em relação aos efeitos pertencentes à Sua Majestade, entrando violentamente nos armazéns reais, arrombando suas portas ou tomado as chaves por força das mãos dos oficiais a cujo cargo estavam, não manifestando respeito, bem como se eles haviam se aproveitado de alguns gados ou cavalarias pertencentes à real fazenda sem ordem legítima de quem lhe podia dar e quantos teriam sido. Na mesma linha, questionava-se se os mesmos roubos foram cometidos nas fazendas e propriedades de algum dos moradores e homens de negócio da vila e, além disso, se outras

injúrias ou desacatos haviam sido cometidos, matando-os, ferindo-os ou espancando-os, forçando as mulheres e tirando-as a seus maridos, pais, mães, ou pessoas debaixo de cuja guarda ou tutela estivessem⁶¹.

Os testemunhos da “Devassa” revelavam o grave contexto no Rio Grande em abril de 1763, caracterizado por tumultos, agitação e violência generalizada. Comentava-se que a vila ficara em tal confusão e desordem, que todos os moradores cuidavam somente em salvar-se, ficando desamparadas suas casas e fazendas. Nesse quadro, tanto soldados como paisanos e negros pegavam o que achavam pelas casas e quebravam o que dentro delas encontravam, causando outros muitos desconcertos com o pretexto de que os inimigos não viesssem a se aproveitar de qualquer coisa que porventura lhes ficasse à disposição. Relatava-se ainda que muitos dos soldados vindos de Santa Teresa causaram também grandes desordens, por se embebedarem com muito vinho e aguardente que havia nos armazéns e tavernas, cujas pipas se achavam quebradas, além do que arrombavam portas, quebravam mesas, cadeiras e outros trastes semelhantes. Destacava-se também que eles se

⁶¹ DEVASSA, p. 6.

puseram sem obediência à pessoa alguma, dando tiros buscando acertar todos que passavam em embarcações e cobravam coisas inauditas. Apontava-se que esses mesmos soldados saquearam a vila como se fossem inimigos, entrando na igreja, nos armazéns reais, nas casas e lojas dos moradores e tirando delas o que quisessem, quebrando e deixando a perder várias coisas⁶².

No que tange especificamente à igreja matriz de São Pedro, foi explicitado que diversos soldados embebedaram-se e entraram no templo, cometendo vários desacatos. Além disso, foram extremamente recorrentes os relatos acerca de furtos de objetos sacros. Dentre os utensílios religiosos roubados apareciam um cálice sagrado, o rosário de ouro das mãos e a coroa da imagem de Nossa Senhora, variados ornamentos, coroas e resplendores que estavam nas imagens dos santos, o pálio que fora partido em duas metades, o pano da tumba de veludo preto com galão e franja de ouro, uma vara de prata da confraria do Santíssimo ou de Nossa Senhora do Rosário. Um dos relatos dizia que da igreja se furtara tudo o que havia de valor, como os vasos sagrados e a âmbula dos santos óleos, fazendo-

⁶² DEVASSA, p. 15, 32, 97, 119-120 e 165.

se deles usos profanos, caso desse recipiente, utilizado por um soldado para beber água⁶³.

No inquérito que averiguava os acontecimentos no Rio Grande, também no que diz respeito ao templo de São Pedro, destacava-se que fora encontrado em pedaços um frontal lançado na praia, do qual também se fizera usos profanos. Citava-se que alguns soldados a cavalo entraram na igreja de onde saíram com as opas da confraria do santíssimo vestidas, sendo, inclusive detalhado que um desses militares andava montado com uma opa encarnada da confraria do Santíssimo, de lã fina ou seda com a vara de prata que costumava usar o provedor, saindo a correr em sua montaria pelas ruas. Testemunhava-se ainda que chegara a tanto a insolência com que se profanara a igreja que o santo lenho foi achado em poder de um negro, metido em um tacho de sebo e pendurado ao peito do mesmo⁶⁴.

Foi descrito também que o tesoureiro da confraria de Nossa Senhora do Rosário, vinculada à igreja matriz, teve roubado de sua casa um cofre, o qual continha algumas coisas pertencentes a tal entidade, como três mantos de Nossa Senhora, um

⁶³ DEVASSA, p. 15, 18-19, 22, 32, 39-40, 44, 49, 53, 55, 59, 64, 68, 74, 76, 82, 86, 97, 101, 103, 125, 130, 134, 139, 146, 165 e 173.

⁶⁴ DEVASSA, p. 22-23, 32, 39-40 e 44.

côvado de seda de matizes e ouro que servia para fazer cortina à porta do sacrário, uma coroa de prata e a vara de prata de juiz, algumas fitas e galões, o livro das quitações das missas e outras miudezas e duas patenas douradas. Outros detalhes que foram narrados na “Devassa” referiam-se: a soldados que tiraram o manto de Nossa Senhora e o pálio da igreja e deles fizeram chinelos ou coletes para mulheres; a terem sido encontrados na caixa de um ilhéu três mantos de Nossa Senhora; a um soldado dragão que, bêbado, se pusera a atirar, fazendo por alvo a porta da igreja; e a soldados embriagados circulando pela vila usando vestes sagradas pertencentes à igreja⁶⁵.

As propriedades da coroa portuguesa também estiveram na mira da sanha e da balbúrdia que tomavam conta da vila. Os armazéns reais constituíram o principal alvo, tendo havido referências aos roubos generalizados que neles aconteceram. A entrada em tais depósitos foi forçada e realizada através do uso da violência, com armas e machados, e deles os invasores levaram tudo o que puderam, como tecidos, roupas, chapéus, farinhas, armas, entre outros. A tal respeito, foram apresentados vários testemunhos como um que descrevia a visão dos armazéns reais abertos e, nas

⁶⁵ DEVASSA, p. 65, 74, 76, 82, 86, 134, 138 e 173.

ruas, caixas e pipas arrombadas, armas e outras coisas atiradas e, por tais saques, os soldados culpavam os paisanos e estes diziam que foram os soldados. Foi também descrito um episódio pelo qual, arrombados os depósitos da coroa, neles entrava toda a casta de pessoa, tirando tudo o que neles se encontrava⁶⁶.

Nem mesmo as autoridades públicas foram poupadadas daquela avalanche de insubordinação e insatisfação, mormente no que tange aos responsáveis pelo fisco e pela armazenagem dos próprios estatais, dos quais foi exigida a abertura dos armazéns reais e que fossem franqueados os seus conteúdos. Nesse sentido, foram vítimas dos tumultos e pressionados provedor, almoxarife e tesoureiro da fazenda real e, segundo os testemunhos, tratados com violência, chegando a haver descompostura e xingamentos de ladrão e de outros nomes injuriosos. A exigência dos soldados era que lhes fossem dados os pertences dos depósitos reais, argumentando que era melhor que eles se aproveitassem de tais gêneros, do que deixá-los aos inimigos, ou ainda que precisavam vestir-se, por acharem-se rotos e nus e também argumentando que

⁶⁶ DEVASSA, p. 26, 32, 40, 44-45, 49-50, 65, 68, 77, 82, 83, 92, 101, 105, 107, 111, 115, 125, 128, 131, 139, 144, 155, 165, 167 e 173.

queriam se refazer do que careciam, por estarem destroçados da marcha e a Coroa estaria a dever-lhes. As ameaças eram veementes, caso de soldados que colocaram armas junto ao rosto de servidor, sob ameaça de morte, exigindo que lhes dessem roupas e outros utensílios. As cenas descritas chegavam a ser insólitas, caso de um funcionário que, havendo roubo e grande tumulto de gente, mormente casais das ilhas, tentou detê-los, vindo a ser atingido pelo conteúdo de um saco de cal que sobre ele foi sacudido, enchendo-lhe o rosto e a roupa de tal substância⁶⁷.

Outra propriedade real atingida pela onda de roubos foram os animais de transporte. Os testemunhos da “Devassa” registravam de modo constante o roubo principalmente de cavalos, mas também de muares. Tais delitos teriam sido praticados tanto por soldados como paisanos, havendo ainda referência aos peões. Esses roubos foram executados principalmente para promover a travessia do canal em direção ao lado norte, e também para promover a venda de tais animais. Dessa maneira, descrevia-se que cada um pegava o que podia, sem consideração se os cavalos seriam

⁶⁷ DEVASSA, p. 19, 23, 32, 44-45, 55 74, 77, 87, 99, 101, 113, 153 e 173.

reinóis ou de particulares, havendo também violência de parte dos ladrões, que deixavam indivíduos e famílias inteiras a pé e, portanto, ainda mais ao alcance do inimigo. Muitos dos colonos em fuga tiveram que lançar suas últimas posses para comprar ou alugar alguns dos cavalos que haviam sido roubados pelos soldados⁶⁸.

Os atentados não se direcionaram apenas às posses da Coroa, sendo também atacados os particulares que se viram seviciados e privados em suas propriedades e segurança individual. Era descrito na “Devassa” que os soldados que vieram de Santa Teresa roubaram tudo o que acharam dos habitantes, saqueando a vila, antecipando-se à ação dos inimigos. Eles levavam o que estivesse ao seu alcance, usando da violência contra os moradores, mercadores e homens de negócios, recaindo os furtos sobre fazendas, tecidos, baetas, pipas de vinho e aguardente, açúcar, fumo, peças de ouro e prata, algum dinheiro e cavalos e bois os quais eram levados ou inutilizados. Tais delitos se estenderam também ao lado norte do canal para onde fugiam os colonos espavoridos. Além dos próprios soldados, esses crimes foram também imputados a paisanos,

⁶⁸ DEVASSA, p. 26, 40, 45, 53, 55-56, 59, 65, 74, 77, 83, 87, 99, 101, 105, 107-108, 113, 115, 122, 125, 131, 135, 139, 144, 156 e 165.

peões e negros que, com práticas violentas, não se continham, levando tudo o que pudessem, não importando o que ou de quem fosse. Chegou a haver a possibilidade de certos proprietários, por não poder carregá-las, terem dado algumas de suas posses aos soldados, mas sempre pairava a dúvida se era lícita ou não a origem das mesmas. Fazendas de procedência suspeita também foram encontradas à venda ou nas mãos de indivíduos sem condições para obtê-las em várias localidades sulinhas⁶⁹.

Os povoadores da vila do Rio Grande que já enfrentavam os dissabores do abandono, dos erros administrativos que os colocaram naquela situação e da invasão inimiga que se avizinhava, deparavam-se também com a tropelias dos militares que deveriam ter servido para a sua defesa e transformaram-se em verdadeiros algozes. Além de terem sido atacados em suas propriedades privadas, os colonos viram ameaçadas suas integridades físicas e mesmo suas existências, tendo em vista a intensidade que a violência atingiu. De acordo com tal perspectiva, a “Devassa” descrevia que muitos soldados, sob os efeitos da embriaguez, faziam vários desatinos como

⁶⁹ DEVASSA, p. 19, 23, 26, 32, 40-41, 45, 50, 53, 56, 59, 65, 77-78, 83, 87, 93, 95, 100, 101, 105, 108, 111-112, 113, 116, 117, 125, 130, 132, 134, 135, 138, 139, 144, 146, 153, 154, 156, 159, 165, 167 e 173.

darem tiros para atemorizar. Também era explicitado que, bêbados, aqueles militares, além de darem vários tiros pelas ruas, atropelavam muitas pessoas debaixo dos cavalos e outras feriam e maltratavam com suas catanas. Um outro episódio descrito informava que os soldados armaram uma bulha em que poderia haver grande ruína por se acharem quase todos com armas de fogo já prontas a dispararem e outros com catanas, os quais tiveram de ser aparteados⁷⁰.

A segurança individual dos habitantes da vila também foi afetada com a hedionda prática de estupros e sequestros de mulheres. Foram vários os testemunhos que traziam à tona a violência contra o segmento feminino da colônia. Em um deles, destacava-se que um indivíduo trazia em sua companhia uma ilhoa com quem estava contratado para casar, mas foram interceptados por soldados, que amarraram o homem e depois de terem usado da mulher como quiseram, lhe tiraram algumas peças de ouro que levava. Em outro caso, um soldado entrara em uma casa onde se achava uma moça donzela a qual foi violentada e, como a mãe dela gritava por socorro, foi atingida pelo militar

⁷⁰ DEVASSA, p. 93, 108 e 159.

com uma catana, dando-lhe uma grande cutilada e tornando para dentro da casa⁷¹.

Ainda no que diz respeito à violência contra a mulher, houve a referência a certos soldados que haviam tirado algumas mulheres a seus pais e mães e as levaram consigo para onde quiseram. Uma das testemunhas chegou a narrar o pedido de ajuda feito da parte de um ilhéu, o qual queria tirar sua mulher do poder de um soldado. Citava-se também que soldados haviam tirado as mulheres a dois ilhéus e o episódio de um peão que trazia em sua companhia uma moça com quem estava contratado para casar, junto da mãe desta, diante do que um soldado tirou-lhe a moça e depois de “usar mal” dela, furtou ao peão umas peças de ouro e uma pistola. Houve ainda o caso de um soldado que, ao encontrar uma moça, pretendeu violentá-la e intentou roubar-lhe uma pele de carneiro a que vulgarmente chamavam de pelego que ela trazia no cavalo⁷².

As explicações para essa carga de violência contra toda e qualquer instituição, pública ou privada, e mesmo contra as pessoas, estariam vinculadas essencialmente ao sentimento de pânico e, atrelado a ele, de impunidade, que se apoderou

⁷¹ DEVASSA, p. 41e 50.

⁷² DEVASSA, p. 87, 93, 150, 159, 167 e 168.

dos colonos e, mormente dos soldados. Tais condutas poderiam até mesmo ser consideradas como uma excrescência incomum, ainda mais quando comparadas a outro fenômeno histórico, a Revolta dos Dragões. Nesse sentido, em 1742, o muito recente povoado viu-se sacudido por uma sublevação de seus militares apoiados pelos colonos, os quais mantiveram, entretanto, um caráter até certo ponto ordeiro e moderado, buscando constantemente uma conciliação em relação às autoridades governamentais. Além disso, os rebeldes intentavam deixar evidente que não pretendiam imiscuir-se com as práticas de crimes comuns, tanto que chegavam a manifestar a vontade de que aqueles que desertassem, roubassem, ferissem, causassem distúrbios e faltassem às suas obrigações, deveriam ser logo punidos e castigados severamente, conforme a lei e a gravidade das suas culpas⁷³. Passados vinte anos, a vila se viu entregue a uma crise sem precedentes, na qual grassaram em larga escala deserções, roubos, agressões, promoção de badernas, vandalismos e violências de todos os gêneros, rompimento com os deveres e funções sociais e profissionais, entre tantas outras práticas delituosas.

⁷³ ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 17.

Diante disso, a concretização de um medo muito presente no imaginário e nas vivências daqueles homens e mulheres pode ser um fator explicativo para tais condutas.

Medo, pânico, terror, ou mesmo um outro superlativo ainda mais intenso seria necessário para descrever a situação vigente na vila do Rio Grande em abril de 1763. O receio sempre presente da chegada do inimigo espanhol, de possibilidade latente, se transformaria em uma expressa realidade, mas a debandada geral das forças luso-brasileiras vindas de Santa Teresa atuaria como um fator catalisador do medo que se intensificaria inexoravelmente, uma vez que, não bastando os adversários, até mesmo os aliados passaram a ser mais uma fonte de temor. Os efeitos não poderiam ser outros com a explosão de um verdadeiro espírito de sedição contra todo o tipo de autoridade constituída, de uma súbita violência e de uma inquietude coletiva que permanecera silenciosa e até mesmo subterrânea⁷⁴.

O constante abandono das autoridades metropolitanas somado às contradições, incertezas e mesmo à fuga dos administradores locais levariam à

⁷⁴ DELUMEAU, p. 221.

sensação de um verdadeiro vazio de poder. Cresceria então o sentimento de insegurança, emanando dele as violências coletivas e a apreensão mal definida suscitada por uma vacância de poder. Desse modo, no vácuo deixado pela anulação da autoridade, viria a alojar-se toda espécie de temores que remetiam a uns tantos inimigos reais ou imaginários. Tal ausência governamental constituía um fenômeno ambíguo, já que deixava livre o caminho para forças que permaneciam comprimidas enquanto a autoridade era sólida, abrindo-se um período de permissividade. Tal fenômeno tende a criar uma vertigem e a atuar como uma ruptura com a continuidade e, logo, com a segurança. Além disso, esse vazio é portador de amanhãs incertos, gerando uma ansiedade e um enervamento que podem facilmente conduzir às agitações violentas. À ausência ou negligência dos governantes, no Rio Grande de 1763, somavam-se o medo da fome, da guerra e da miséria⁷⁵, entre outros que se avizinhavam vertiginosamente.

A realidade daquele momento consistia quase que no somatório de todos os medos. Diante de tal quadro, as agruras, as necessidades, as vicissitudes e o abandono generalizado vinham à tona com plena

⁷⁵ DELUMEAU, p. 239, 242, 250, 261 e 270.

força, e o pânico daria vazão às insatisfações de toda natureza. Não era só a presença do inimigo, eram os próprios defensores dos núcleos urbanos e das pessoas que se voltavam contra elas. O convulsionado, confuso e violento ambiente daquela ocasião abriu espaço para os comportamentos tresloucados, as atitudes desabridas e as condutas criminosas. Nada foi poupadão, nem mesmo as mais sagradas instituições, tão respeitadas até então. A igreja, a fé, a divindade, os santos, as propriedades reais e particulares, as autoridades públicas, o governo, as vidas, a moral pública, os bons costumes, o casamento, tudo sucumbiu diante da pressão e da sanha do terror. Se a convivência lado a lado com o inimigo fazia parte do cotidiano da população sul-rio-grandense desde a sua origem, originando um temor coletivo sempre presente, a invasão de 1763 daria vida a tal fantasma que continuaria a assombrar os moradores sulinos por décadas a fio até a incorporação definitiva daquela porção extremo-meridional da América Portuguesa.

O conteúdo social da conquista do extremo-sul da América Portuguesa

A conclusão do projeto lusitano de ocupação das terras meridionais do Brasil se daria em fevereiro de 1737, com a fundação do Presídio do qual se originaria o povoado, depois vila e, mais tarde, cidade do Rio Grande. A edificação de tal intento não foi uma empreitada simples. Fundamentalmente, o conceito de *uti possidetis* começava a ganhar corpo, ou seja, a posse de um território passaria a ser legitimada pela ocupação humana no mesmo. Nesse sentido, a Coroa lusa teve de empreender um esforço para ocupar as terras sulinas, deslocando populações para aquela região onde pretendia garantir a conquista. A partir daí, diversos contingentes populacionais foram enviados para o Rio Grande, passando a enfrentar uma série de obstáculos e intempéries que caracterizaram a fundação social da porção mais meridional da América Portuguesa.

A ocupação das terras que ficavam entre Laguna, em Santa Catarina, e a Colônia do Sacramento foi um projeto cogitado várias vezes, de modo a criar um baluarte estrategicamente melhor

colocado na defesa da povoação lusa no Prata, bem como de aproveitar as potencialidades econômicas dessas terras sulinhas. Nesse sentido, várias narrativas se referiram à incorporação de tal território ao império lusitano na América. Foi o caso de Manuel Jordão da Silva, aventureiro português que, ao final do século XVII, fez propostas ao rei de incumbir-se da colonização naquela região meridional, propondo-se a povoar o Rio Grande, considerado como a “terra de promissão”⁷⁶. Já em 1703, Domingos da Filgueira elaborou um roteiro de como viajar por terra de Laguna até Sacramento, no qual enaltecia a quantidade de caça existente naquelas terras, garantindo uma jornada rica em carne e sem o risco da fome⁷⁷.

Pouco depois, ainda nos primórdios dos Setecentos, o militar português Francisco Ribeiro afirmava que naquelas terras, pela grandeza, comodidade, riqueza e fertilidade, se poderia fazer um reino muito maior que o de Portugal, destacando a excessiva quantidade de gado e dando instruções

⁷⁶ Citado por BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, v. 2, p. 1280.

⁷⁷ Citado por CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 51.

para o estabelecimento das fortificações e das povoações, além de indicar a conveniência do envio de moradores para a prática da agricultura⁷⁸. Mais tarde, em 1721, o sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar considerou o Rio Grande como a melhor terra do Brasil, enfatizando a quantidade de gado, de caça e de pesca, onde seria conveniente fazer uma povoação para dar socorro à Colônia do Sacramento, embora houvesse dificuldades no acesso marítimo pela instabilidade da barra⁷⁹. Além desses, vários outros projetos se referiam às riquezas do Rio Grande e à necessidade de povoá-lo, como forma de garantir a posse daquele território na fronteira com as possessões hispânicas. Levando em conta tais potencialidades econômicas e o valor estratégico da região, a Coroa Lusa determinou a ocupação oficial daquelas terras, ato demarcado a partir da expedição chefiada por José da Silva Paes, estabelecendo o marco inicial em fevereiro de 1737.

Nessa linha, se passara da planificação à concretude. Para as autoridades metropolitanas e coloniais o fundamental era o estabelecimento de um

⁷⁸ Citado por CESAR, 1998, p. 53-58.

⁷⁹ Citado por BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1, p. 18.

ponto estratégico em terras sul-rio-grandenses, nas proximidades da barra do Rio Grande, única entrada possível, embora inconstante, ao longo da faixa litorânea. A questão essencial era implantar um sistema de fortificações para a defesa daquele território em litígio e, posteriormente, aproveitar as potencialidades econômicas. Para promover a consolidação colonial e legitimar a posse, tornava-se necessário também o deslocamento de um contingente humano para a região. As condições de existência naquela novel colônia eram, entretanto, as mais difíceis, sendo oferecido um significativo manancial de dificuldades que homens e mulheres para lá enviados tiveram de enfrentar, contrastando com as visões paradisíacas presentes nas narrativas dos cronistas anteriores a 1737.

Ainda no primeiro ano da ocupação, para a execução do projeto de construção do complexo militar, que era urgente, a única mão de obra disponível eram os soldados, os poucos paisanos que acompanhavam a expedição e alguns escravos dos oficiais. Além das demais dificuldades, havia também o risco das hostilidades de parte dos indígenas. Nessa época, os soldados viviam miseráveis de roupas, correndo o risco de andarem nus, pois seus uniformes se acabavam nas fainas

incessantes por pântanos e alagadiços. A alimentação chegou a ser racionada, consistindo essencialmente em porções de carne, pois o isolamento se agravara, com a obstrução da barra. O quadro de miséria se intensificava, faltando farinha, azeites, vinagres e roupas, passando mal os soldados, pela falta de vestimenta e alimentação inadequada diante das tantas intempéries. Assim, os soldados se deparavam com o isolamento, a solidão e o duro regime de trabalho, enquanto lutavam com as próprias forças para sobreviver às doenças, ao frio e à fome, tendo ainda de enfrentar a repressão dos comandantes, que tinham de manter a ordem e evitar as deserções⁸⁰.

Dava-se então uma contradição entre o projeto militar e de aproveitamento das potencialidades econômicas e a alocação de um contingente humano na recém-fundada colônia. Tal perspectiva ficava bem expressa na correspondência enviada por André Ribeiro Coutinho, comandante militar que substituiu o fundador Silva Paes, na qual ele definia a região conquistada como a “terra dos muitos”, pois, se havia muito gado, peixes, aves, frutas, hortaliças, madeiras; por outro lado, existia muito inseto, chuva, vento, frio, trovão, e, acima de tudo, muito trabalho,

⁸⁰ QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*: Ed. da FURG, 1987. p. 50-53.

bem como muita falta de tudo o mais para vida e para o luxo⁸¹. Nesse contexto, o que acabava por prevalecer era o quadro de precariedade, pois, se os fatores positivos dependiam da sazonalidade e dos recursos de exploração, os negativos eram bem mais constantes e efetivos.

Apesar de tantos óbices, a povoação viria a se desenvolver, agregando-se aos soldados novas levas populacionais, notadamente com a chegada de algumas mulheres, fator essencial para a fixação humana. Os governantes prometiam que os colonos seriam mantidos com remessas de farinha, grãos, cabeças de gado vacum, ferramentas, sal e cal, no intento de fixar os povoadores ao solo e desenvolver a agricultura e a pecuária e evitar a dependência do abastecimento externo. Mas tal objetivo não foi alcançado no curto prazo, continuando o provimento do povoado precário e oneroso e dependente do fornecimento externo por vários anos. Até mesmo o gado, uma das riquezas da região, começou a diminuir, mormente por causa da escassez e má qualidade dos pastos⁸².

Nesse sentido, em tal sociedade, viver o dia-a-dia já era uma aventura e a incapacidade das coisas

⁸¹ Citado por CESAR, 1998, p. 94-95.

⁸² QUEIROZ, 1897, p. 62-64.

com que contavam era notória, uma vez que suas moradas não passavam de barracas de couro, ou de ranchos cobertos de santa-fé. E havia a falta de tudo, de remédios, de igrejas, de tecidos, de cal, de pregos, de pedras, de ferro, de telhas, de madeira, de mulheres, de distrações, de moedas e de tijolos, além disso, o soldo das tropas nunca era pago em dia e, às vezes, levava anos para chegar⁸³. Essa penúria contrastava com as promessas iniciais da Coroa que garantia aos povoadores e soldados toda a infraestrutura necessária à sua manutenção, e até mesmo, em alguns casos, a distribuição de terras, o que só ocorreria concretamente no caso dos militares de alta patente. Assim, a chegada ao Rio Grande, para alguns, poderia ser uma oportunidade de ascensão socioeconômica, notadamente no caso dos militares superiores e dos comerciantes, muito interessados nas possibilidades mercantis com as proximidades em relação ao Prata, mas, para a maioria dos soldados, era uma empreitada árdua, da qual, em grande parte dos casos, eles prefeririam evitar ou ver o seu período de serviço nas novas terras passar o mais brevemente possível. Foi tal

⁸³ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 11.

contexto de amplo descontentamento que deu origem à Revolta dos Dragões.

As décadas passariam e o povoado evoluiria, chegando à categoria de vila e mantendo-se como o centro administrativo sulino até 1763, quando um outro momento de inflexão histórica se abateria sobre os povoadores da localidade. Até então a presença sempre próxima do inimigo era uma ameaça ineludível, mas, a partir daquele ano, viria a se tornar uma concreta e dura realidade. Uma série de erros administrativos e militares na fortificação do extremo-sul rio-grandense facilitou ainda mais a vitória hispânica, cuja superioridade de forças era notória na região. Antes mesmo que os espanhóis chegassem, os militares luso-brasileiros, que deveriam guarnecer as fronteiras, abandonaram suas posições e vieram em direção à povoação, a qual foi avassalada, atacando-se o espaço sacro, as propriedades reais e privadas e as pessoas, sem qualquer tipo de limite.

A invasão espanhola constituiu um dos episódios mais marcantes que demonstraram o quanto difícil foi a fixação humana na região sulina. Ainda que algumas providências tenham sido tomadas e o contingente populacional crescido, e certa estrutura urbana implantada, muitas das dificuldades

originais continuaram a se fazer sentir, notadamente por causa das precariedades em torno do acesso marítimo pela barra do Rio Grande e pela continuidade da presença tão próxima dos adversários hispânicos. Assim, a conquista das terras do Brasil meridional, ao longo do século XVIII, em muito se deveu aos sacrifícios e à ação dos soldados e colonos, enfrentando toda a espécie de obstáculos e intempéries. Essa dicotomia entre os projetos coloniais e a dura realidade enfrentada pelos colonizadores bem ficava evidenciada nos versos publicados por um “J. M. P. S. da cidade do Porto”⁸⁴, já nos primórdios da centúria seguinte. Eles davam uma tênue e até jocosa ideia de quantos óbices se interpuseram à fundação social do Rio Grande:

Tetos de erva, paredes de pântano,
Nome de vila e construção d’aldeia,
Quase coberta da volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano:

Brisas de vento leste e *minuano*,
De moscas, pulgas, bichos é bem cheia;
Não sei quem tanto inseto aqui semeia
Para causar às gentes nojo e dano!

⁸⁴ Citado por CESAR, 1998, p. 160-161.

De pé um diminuto batalhão,
De cavalo os dragões mais esforçados,
De voluntários uma legião.
Dizem que há nos campos muitos gados;
Esta é do Rio Grande a habitação
Onde purgando estou os meus pecados.



A mais antiga comunidade sul-rio- grandense: resquícios e reminiscências do século XVIII

Fundada em 1737, em meio ao contexto histórico das disputas luso-hispânicas promovidas durante a incorporação da porção extremo-sul da América Portuguesa, abordado na primeira parte, a cidade do Rio Grande veio a constituir a mais antiga comunidade e foco irradiador do Rio Grande do Sul lusitano. Sede administrativa da colônia portuguesa em terras sulinhas, o povoado, e depois vila, exerceu tal preeminência política até o fenômeno histórico da invasão espanhola. A partir de então, a condição de núcleo administrativo se deslocaria para outra região e não mais seria recuperada.

A invasão espanhola constituiu um momento de inflexão na formação da comunidade rio-grandina, trazendo consigo intenso declínio em suas condições socioeconômicas, urbanas e demográficas. A partir da reconquista, em 1776, começaria um lento processo de recuperação do Rio Grande. Progressivamente, a vila, que perdera seu caráter de núcleo administrativo, também iria deixando de lado sua função estratégico-defensiva. Desde os primórdios do século XIX, a localidade viria a firmar-se constantemente como entreposto comercial.

Como único porto marítimo, o Rio Grande se afirmaria como centro importador e exportador da

produção pecuário-charqueadora, base da economia do extremo-sul brasileiro. As transformações advindas da Abertura dos Portos, dos Tratados de 1810 e, mais tarde, da própria formação do Estado Nacional Brasileiro, viriam a constituir fatores motores que levariam à afirmação do papel mercantil rio-grandino. Com base no desenvolvimento das lides comerciais, haveria também progressos citadinos nos âmbitos urbanístico, demográfico e cultural. A vila seria elevada à condição de cidade, em 1835, firmando-se como uma das mais importantes comunidades sul-rio-grandenses.

Já ao final do século XIX e nos primórdios da centúria seguinte, ao caráter mercantil, a cidade do Rio Grande teria o acréscimo de um surto industrial. A ideia de progresso tornou-se a tônica da cidade portuária, que passou por amplas mudanças em seus quadros urbanos, buscando promover processos de aformoseamento e modernização de sua paisagem. Ainda que, desde meados dos Novecentos, a localidade tenha passado por várias etapas de crise, intercaladas como outras de avanço e estagnação, que acompanharam as dificuldades enfrentadas no contexto regional e nacional.

Mesmo nesse quadro de fases variáveis entre progressos e crises, o ideal modernizador foi uma

constante na evolução citadina. A perspectiva fundamental era mostrar uma urbe preocupada em avançar constantemente, mostrando-se síncrona com as transformações do século XX. Nessa conjuntura, o olhar para o passado tornava-se um misto entre o esquecimento e a revalorização. O fato de constituir a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul trazia consigo uma série de pioneirismos, por vezes potencializados para demonstrar a relevância citadina, mas, ao mesmo tempo, a partir da tendência de modernização havia a óptica sobre os tempos pretéritos, como ultrapassados e anacrônicos, havendo a necessidade de superá-los. Em tal contexto dicotômico, o século XVIII e o ato fundador da comuna estiveram bastante em pauta e constituem a abordagem dos quatro estudos de caso inclusos na segunda parte deste livro.

Um templo como espaço social: o último resquício dos Setecentos

A conquista da região mais meridional da América Portuguesa foi marcada por uma conjuntura de amplos obstáculos. Não bastava fortificar, era necessário povoar o território recém-ocupado, de modo a legitimar a conquista e garantir a permanência da população. As dificuldades dos colonizadores foram inúmeras, tendo de enfrentar desde as agruras advindas das intempéries, passando pela crônica falta de abastecimento e pelo descaso de autoridades governamentais e chegando ao extremo temor do inimigo espanhol, tratando-se, como era o caso, de uma zona em litígio. Nesse contexto de amplos obstáculos, o espaço e o tempo para a sociabilidade e a reflexão eram escassos, aparecendo a religião como uma das únicas válvulas de escape para aqueles homens e mulheres.

A própria ocupação humana do território sul-rio-grandense foi antecedida pela organização religiosa, sendo ali criada uma freguesia por Provisão de 6 de agosto de 1736, portanto sete meses antes de Silva Paes fundar o presídio do Rio

Grande⁸⁵. Surgia assim a paróquia pioneira do Rio Grande, a qual foi de suma importância para a fixação e expansão da Igreja no chamado Continente do Sul. Estabelecida naquele ano, ela seria efetivada a 28 de abril de 1738, e por muitos anos foi a única paróquia do sul, abrangendo enorme extensão, pois se estendia por 100 léguas de comprido e 80 de largo, até Viamão⁸⁶. O forte que demarcaria a ocupação portuguesa no sul foi edificado com uma ermida⁸⁷ que receberia a invocação de Jesus-Maria-José, e, improvisando-se local adequado, ainda a 2 de março de 1737, foi oficiada a primeira missa no Rio Grande, celebrada pelo padre Jerônimo Ferreira, capelão do séquito de José da Silva Paes. Essa missa original foi

⁸⁵ SPALDING, Walter. A Igreja no Velho Continente de São Pedro do Sul - freguesias, vigararias, curatos e varas da fundação do Rio Grande à República. In: CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, 3. *Anais...* Porto Alegre: Globo, 1940, v. 1, p. 13.

⁸⁶ RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial - 1626-1822*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, v. 1, p. 59-61.

⁸⁷ Dentre as determinações reais para nortear a ocupação, ficava expressa a necessidade de criação de uma infraestrutura, ainda que de pequena monta, para a realização das atividades religiosas. COLEÇÃO de documentos sobre o brigadeiro Silva Paes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, n. 109-112, 1949, p. 5-6. Separata; BECKER, Klaus et alii. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Canoas: Ed. Regional, 1956, v. 2, p. 7.

rezada diante do painel da Sagrada Família, da qual Silva Paes era devoto, ocasião em que propôs como padroeiros Jesus, Maria e José⁸⁸.

Nesse sentido, no jovem povoado, a cruz e a espada atuavam lado a lado no intento de consolidar a conquista. Junto dos fortes foram também erigidas capelas, caso da já citada Jesus, Maria, José e a de Santana. As precariedades que marcavam a vida no Rio Grande de então não deixariam de se abater sobre os templos, que sofreram constantemente com a ação das intempéries, surgindo exaustivos trabalhos de manutenção e reparos. Nessa época, foram ainda erguidas duas pequenas capelas, uma dedicada a Nossa Senhora do Rosário e outra a Nossa Senhora da Lapa. Em 16 de junho de 1738, foi realizado, pelo padre José Carlos da Silva, o primeiro batizado do presídio, na ermida de Jesus, Maria, José, a qual foi erigida em matriz, a 25 de janeiro de 1740. Tendo em vista consertos nessa igreja, a matriz foi deslocada para a capela do Rosário entre outubro de

⁸⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1937, a. 24, n. 43, p. 2; RUBERT, 1994, p. 56; MARTINS, Gil Barlem. Fisionomia histórico-cultural da Igreja e sua influência nos aspectos religioso e vocacional. In: COLETÂNEA DA ACADEMIA RIO-GRANDINA DE LETRAS, 4. Rio Grande, 2005, p. 122.

1741 e julho de 1743, quando voltaria para a ermida de Jesus, Maria, José até agosto de 1755⁸⁹.

O cotidiano dos colonizadores era dos mais árduos, entregues aos pesados afazeres de todos os dias, envoltos por clima e terreno hostis e enfrentando as carências generalizadas advindas da mínima estruturação de um sítio urbano. Além disso, várias das promessas realizadas pela Coroa no que tange à infraestrutura não se faziam cumprir, ficando os habitantes do povoado muitas vezes entregues à própria sorte em suas tarefas de ocupar e defender o território. A população em geral se via pouco guarnevida de recursos e o atraso era a palavra-chave de parte das autoridades governamentais no fornecimento de gêneros alimentícios, remunerações, vestuário, entre outros artigos de urgente necessidade. Neste ambiente, por vezes a Igreja assumiria o papel de força reivindicatória, caso da ação do padre José Carlos da Silva, primeiro pároco da povoação. Ele, em 1738, tomou a defesa dos soldados que há dez meses não recebiam seu soldo,

⁸⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1937, a 24, n. 36, p. 13; FONTOURA, Edgar Braga da. *Sinopse da história do Rio Grande: 1737-1822*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985. p. 71; ROCHA, Daoiz de la. *Catedral de São Pedro*. Rio Grande, 2004. p. 3; HAFKEMEYER, J. B. A primitiva egreja do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, a 9, p. 317, 3º trim., 1929.

andavam seminus, havendo guarnições que não recebiam farinha e nem se davam aos casais as rações devidas, pois o Comissário era “homem de negócios”. Além do envio de correspondência reclamando da situação, o padre teria utilizado até mesmo o púlpito para promover críticas aos responsáveis pelas desordens⁹⁰.

A inclemência das intempéries e as precariedades de toda ordem também faziam sentir seus indeléveis efeitos junto ao templo. As obras para refazer os estragos eram constantes. Em 1750, os problemas agravaram-se devido à ocorrência de um raio sobre a fortaleza, atingindo pequeno paiol e provocando a explosão de barris de pólvora. O conserto dos danos que atingiram a igreja apenas serviu para remediar a situação. O vigário Manoel Francisco da Silva defrontava-se com as dificuldades oriundas do mau estado da Matriz de Jesus-Maria-José e também da sua localização, pois o povoado se formara a certa distância da ermida e a ela se ligava por uma rua, a primeira aberta no Rio Grande, que fora traçada sobre um terreno de areia fina, tornando penoso o acesso dos fiéis às atividades promovidas na igreja⁹¹.

⁹⁰ RUBERT, 1994, p. 62.

⁹¹ ROCHA, 2004, p. 3-4.

A situação do povoado entranhado nas terras sulinas iria passar por algumas transformações a partir do final da década de quarenta, em um processo que culminaria com a assinatura do Tratado de Madri, o qual parecia finalmente eliminar a constante crise entre as Coroas ibéricas, previsão que não se confirmaria no futuro. Nessa época, a povoaçāo do Rio Grande seria elevada à categoria de vila e teria papel destacado, como centro administrativo no sul, nas atividades de demarcação das fronteiras. Foi nessa conjuntura que ocorreu a gēnese da edificação da Igreja de São Pedro, notadamente a partir da presença do representante da Coroa, Gomes Freire de Andrada, em terras riograndenses. Durante a permanēcia da autoridade lusa, o padre Manoel Francisco da Silva tratou de colocá-lo a par das dificuldades enfrentadas em seus misteres, começando os entendimentos em torno do erguimento de um novo templo. As reivindicações do pároco encontraram boa acolhida junto a Gomes Freire, que prometeu apoio oficial, lançando-se a pedra fundamental de uma igreja a ser construída no centro do povoado, a 25 de agosto de 1754. O deslocamento do general português pelas terras gaúchas atrasaria os planos da edificação, e, quando de seu retorno ao Rio Grande, as dificuldades sempre crescentes já tinham atingindo um nível

insuportável, diante do que sugeriu ao vigário que encaminhasse seus rogos por escrito⁹². O padre Manoel Francisco da Silva correspondeu à indicação do comandante lusitano e redigiu missiva na qual fazia verdadeira exposição de motivos acerca das penúrias até então enfrentadas⁹³.

⁹² ROCHA, 2004, p. 3-4.

⁹³ A respeito de tal correspondência, Abeillard Barreto cita: "Em carta de 28 de julho de 1755, o vigário do Rio Grande, Manoel Francisco da Silva, dirigiu-se a Gomes Freire, expondo 'o miserável estado da matriz' daquela povoação, que 'a 25 de janeiro do ano de 1750, caindo um raio em um armazém de pólvora, que estava junto desta matriz, a deixou totalmente demolida e arruinada, e no mesmo tempo e sítio se reedificou outra vez a capela-mor com quatro pilares de tijolo para aí se dizer missa ao povo. Mas, pela pouca firmeza da reedificação, e pela continuada invasão das areias e tempestades deste ano, se tem posto aquele sítio indecente, incapaz e indigno de se poder conservar ali o templo de Deus e tanto assim que na noite de 25 para 26 deste mês, em que houve a rigorosa tormenta e tempestade que V. Exa. muito bem viu, e presenciou, indo eu para dizer missa ao povo, o não pude conseguir, porque achei a porta coberta de areia até o meio, e entrando com muito trabalho, vi a dita capela alagada de areia e água, molhados e destruídos os ornamentos, e tudo o mais que estava. E indo ao outro dia, que era domingo, para dizer missa, o não pude também conseguir pela muita e continuada areia que vertia do telhado, e nestes termos ordenei ao povo fosse ouvir missa à capelinha da Lapa, aonde lha fui dizer. E entrando na consideração de trasladar o Santíssimo Sacramento para outra igreja, vejo a não há no Rio Grande; porque ainda que há a tal capelinha da Lapa, e a da Senhora Santana, nem para esta, por estar meia légua distante da povoação, nem para aquela, por ser toda de madeira, muito pequena, estar arruinada e indecente, como a V. Exa. é manifesto'. E pede, por fim, o ativo prelado –

Buscando atender a demanda do vigário, Gomes Freire de Andrade reuniu alguns dos especialistas que integravam sua expedição e, diante do diagnóstico, informou às autoridades metropolitanas que passara com os engenheiros a ver o que se poderia remediar, ao que eles concluíram que aquela que estava servindo de igreja de nada servia, e custaria mais o remédio que a nova obra, levando em conta também a distância entre o povoado e o templo. O general resolveu então aproveitar os peões ou serventes da expedição, os alvenéus (quatro) e os carpinteiros (oito) e, com eles, deu princípio a uma nova igreja, aproveitando os salários dessa gente e a pedra, tijolo e cal que se juntara para fazer a residência do governador. Afirmava o comandante luso que era mais certo e necessário acudir a reverência do Santíssimo Sacramento, ajustando com o vigário e o povo dar-lhes a capela-mor e a frontaria, enquanto ao povo caberia fazer o corpo da igreja⁹⁴.

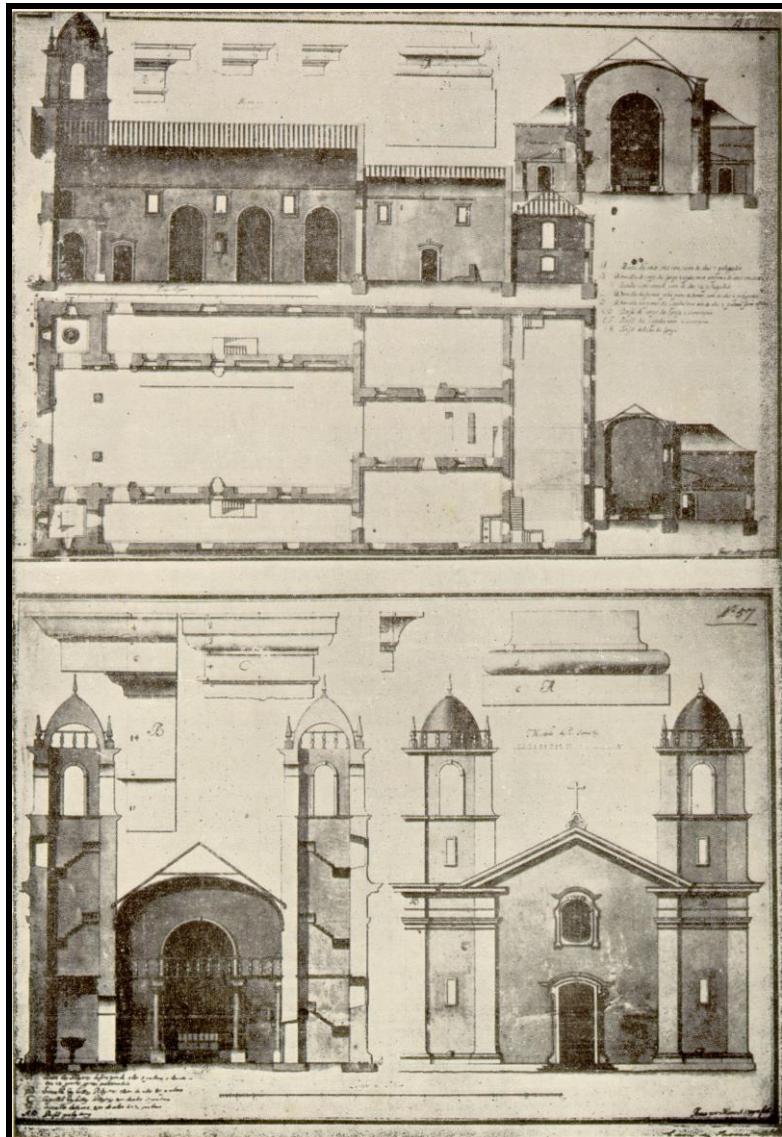
provavelmente combinado com Gomes Freire - que este 'dê remédio a tão grande necessidade, mandando edificar nova matriz... a custa da Real Fazenda, e em sítio mais decente...'. BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1, p. 47.

⁹⁴ Citado por BARRETO, 1973, v. 1, p. 48.

Nascia a mais antiga igreja do Rio Grande do Sul, através da ação conjunta da população, das autoridades, dos funcionários e dos engenheiros que acompanhavam Gomes Freire no Rio Grande, que eram o Coronel Miguel Ângelo de Blasco, o Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, o Sargento-Mor Luís Manoel de Azevedo Carneiro e Cunha e o Tenente Manoel Vieira Leão, responsável este pela planta do novo templo⁹⁵. No frontispício da igreja seria colocada laje de mármore cujo conteúdo seria reproduzido à extenuação pelos escritores que narraram os acontecimentos de então e que serviria como testemunho histórico à posteridade:

- Reinando El Rey D. Joze, e sendo Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro, e Minas Gerais o Illustrissimo e Excellentissimo Gomes Freire de Andrade do seu Conselho M. de Campo General dos seus Exércitos mandou fazer esta Igreja no tempo que conferio, e executou desta parte como principal comissário do mesmo Rey e Senhora divisão das duas Monarchias. Rio Grande de S. Pedro, XXV de Agosto do ano de MDCCCLV - .

⁹⁵ BARRETO, 1973, v. 1, p. 48; BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, v. 2, p. 803-804.



Projeto para a construção da Matriz de São Pedro, de Manoel Vieira Leão
(reprodução a partir de BARRETO. v. 2. p. 804.)

A pequena vila formada por residências em sua maioria ainda pouco estruturadas, com a edificação da nova matriz alcançava um ponto fundamental em seu ainda incipiente processo de urbanização. Enraizada no centro da recente povoação, a igreja passaria a exercer um papel preponderante como foco irradiador e elemento de concentração de sociabilidade no seio da comunidade rio-grandina. O templo constituía uma obra vultosa para o tempo⁹⁶ e principalmente para o lugar, de modo que a Matriz de São Pedro, pela imponência que, para a época, apresentava, era referenciada pelo conjunto da população pela denominação de “catedral” e foi no seu derredor que se foi aninhando a vila. Entre suas paredes reuniam-se aqueles que tinham de enfrentar, na guerra ou na paz, as agruras daqueles difíceis tempos⁹⁷.

No alvorecer do Rio Grande do Sul, a função social das igrejas não se delimitava ao cotidiano religioso, pois em redor delas cresceram os núcleos, as vilas e cidades. Um dos primeiros cuidados do vigário era naturalmente a administração dos sacramentos, concentrando-se nos templos, aos

⁹⁶ FONTOURA, 1985, p. 80.

⁹⁷ MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – coisas e fatos da Cidade, por Anteiro. Recortes de jornais – acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

domingos e nos dias de festas, os homens e mulheres que compunham a gênese da sociedade gaúcha. Além disso, quando faltavam os arcabouços judiciários, o sacerdote tinha ao seu cuidado todas as necessidades de seus paroquianos, de modo que, em desavenças, recorriam a ele, levando queixas em relação a possíveis contravenções. A Igreja atuava, assim, na sustentação dos costumes, levava instrução à comunidade e divulgava os atos governamentais e clericais entre os paroquianos⁹⁸.

O espírito de conciliação que norteara a assinatura do Tratado de Madri não perduraria e, em seguida, Portugal e Espanha, mais uma vez, se colocariam em posições antagônicas. Novamente as guerras europeias trariam consequências profundas para o extremo meridional da América do Sul, levando os hispânicos a novamente tomarem a Colônia do Sacramento. Dessa vez, avançando pelo território sul-rio-grandense, ultrapassando as fortificações lindeiras, chegaram à vila do Rio Grande. Iniciava-se em 1763 o período da dominação espanhola, que se estenderia até 1776 e deitaria raízes indeléveis sobre a formação histórica rio-grandina, caso do processo de urbanização, que sofreu forte retrocesso, resultando, ao final daquele

⁹⁸ HAFKEMEYER, 1929. p. 322-324; 338-339.

domínio, uma povoação que teve de ser praticamente reconstruída⁹⁹. A Matriz de São Pedro também sofreria fortes sequelas a partir da invasão hispânica, fosse pela ação do invasor, fosse pelo espírito de terror que antecedeu a própria invasão.

Quando chegou à vila a notícia de que os espanhóis haviam ultrapassado Castilhos, na fronteira, o pânico generalizou-se entre a população, e se agravou com a chegada dos soldados do sul, originando um ambiente de desespero, confusão e desordem absoluta. Uns queriam resguardar-se, outros fugir e, outros ainda depredar e dilapidar o que achassem pelo caminho. Alguns chegaram a aproveitar-se do mal-estar reinante em benefício próprio. Ao desmoronar a resistência lusa no extremo meridional, cambaleavam e morriam as esperanças, avassalando os espíritos e contaminando a todos com o medo geral da avalanche espanhola. Com isso, desencadeou-se o saque do comércio e das casas abandonadas, não escapando nem mesmo a igreja, cujas alfaias eram levadas por soldados e paisanos, irmanados no apanhar o que pudesse, bem como os armazéns reais eram arrombados, indo de roldão a Tesouraria, em um quadro pelo qual a

⁹⁹ QUEIROZ, p. 127-129.

onda saqueadora nada queria deixar para os invasores¹⁰⁰.

As responsabilidades quanto a este tenso ambiente promovido pelos próprios luso-brasileiros, ainda antes da chegada dos invasores estrangeiros, seriam apreciadas através do estabelecimento de um processo judicial, conhecido como a *Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas*, no qual foi ouvido grande número de testemunhas no sentido da apuração de possíveis culpados. Os depoimentos com referências à Matriz de São Pedro, destacados da Devassa apresentam como característica comum o fato de que as informações prestadas, em sua maioria, foram obtidas indiretamente, quer seja, os testemunhos foram realizados “por ouvir dizer”, ou ainda, “por ser público e notório”. Além disso, foram pouquíssimos os nomes de possíveis implicados e, quando apareciam, se referiam a militares de baixa patente, ou a pessoas em geral humildes. As imprecisões não desmentem, no entanto, que o ambiente criado foi traumático, a partir das desordens advindas do desespero de soldados e população em geral que fugiam do inimigo o qual batia às portas. Nesse clima de pavor coletivo, em nome de deixar-se o

¹⁰⁰ MONTEIRO, 1979, v. 4, p. 101-104.

menos possível para o invasor, foram cometidas certas atrocidades contra o patrimônio público e privado, e, nessa conjuntura, a igreja também sofreria revezes, dilapidando-se certos utensílios sacros, alguns deles recuperados com o tempo, outros perdidos no burburinho dos acontecimentos.

Os treze anos de domínio hispânico trouxeram consequências severas para a comunidade rio-grandina, através dos retrocessos socioeconômicos e urbanísticos e mormente com a perda do caráter de centro administrativo das terras do sul. A Matriz de São Pedro, além da dilapidação promovida pelos próprios luso-brasileiros, também sofreria perdas a partir da presença dos espanhóis. Tornou-se o templo também uma presa de guerra, utilizado como hospital e despojado de vários objetos de culto¹⁰¹. D. Pedro de Cevallos, o governante hispânico à época da tomada do Rio Grande, promoveu o deslocamento de homens e bens para o atual território uruguai, buscando legitimar a posse sobre as terras em litígio. De acordo com essa perspectiva, casais de ilhéus foram levados para perto de Maldonado, no recém-fundado povoado de São Carlos. Para o mesmo local foram enviados gêneros em geral, munições e, da Matriz de

¹⁰¹ ROCHA, 2004, p. 8.

São Pedro, um retábulo e um armário¹⁰², no intento de serem utilizados em templo na Banda Oriental. A lista de objetos desviados para São Carlos compreenderia também portadas, lampadário, o Santíssimo e até imagens como as de Cristo e de Nossa Senhora do Rosário com o filho, levados para a igreja daquela localidade, de cujo aumento e reconstrução tratava Cevallos insistentemente¹⁰³.

Apesar de certa controvérsia quanto aos despojos da Matriz de São Pedro deslocados para São Carlos¹⁰⁴, o templo rio-grandino constituiu uma

¹⁰² MONTEIRO, 1979, p. 146-149 e 179.

¹⁰³ BARRETO, 1976, v. 2, p. 803.

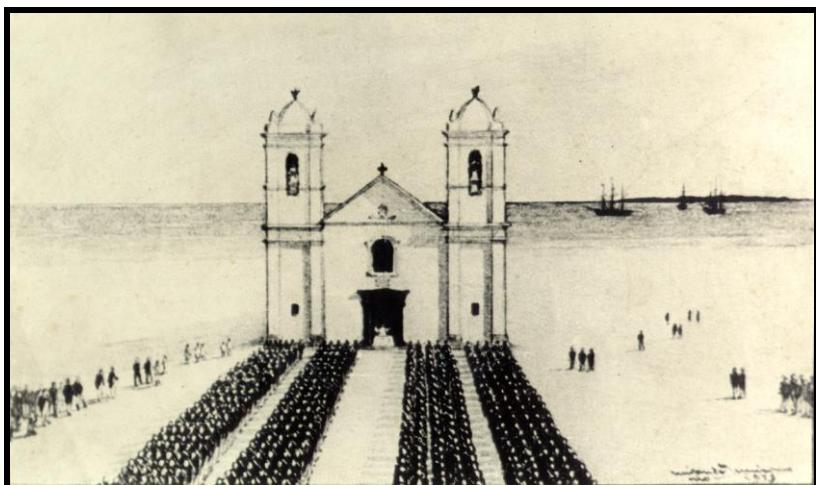
¹⁰⁴ FOLHA DA CIDADE. Rio Grande, 12-13 abril 1997, n. 621, (Revista da Folha, n. 98. p. 1 e 4). Sobre o tema, Maria Luiza Queiroz defende que a matriz permaneceu como sede religiosa de espanhóis e portugueses durante a ocupação, tendo voltado ao domínio português intacta, enquanto os Livros Paroquiais, que teriam sido perdidos, foram recuperados ilesos, com algumas perdas, as quais, segundo a autora, não poderiam ser atribuídas aos espanhóis, tanto pela ausência de interesse que pudessem despertar, como pelo fato de todos os outros terem sido preservados, e principalmente pelo fato de que, sendo também católicos, essa atitude teria constituído não somente barbárie, mas sacrilégio (QUEIROZ, 1987. p 115). Já a dilapidação do patrimônio da igreja foi sustentada pelos já citados Abeillard Barreto, Daoiz de la Rocha, Jônathas da Costa Rego Monteiro e Moacyr Flores, em: FLORES, Moacyr. *História ilustrada do espaço sagrado*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 3. Especificamente quanto aos Livros Paroquiais, Arlindo Rubert afirma que a conservação dos mesmos dera-se pela ação do vigário local, ao observar que não pequenos desgostos

das peças de resistência, pois, apesar das perdas, permaneceria como principal elemento constitutivo da organização urbana do povoado, desfigurada ao longo da invasão. A retomada do Rio Grande consistiu em um projeto lento, intentado e praticado ao sabor das disputas luso-hispânicas na Europa e na América. A conclusão dos fatos ocorreria em abril de 1776, quando, após operações terrestres e navais, os luso-brasileiros obteriam a reconquista das terras riograndenses-do-sul. A Matriz de São Pedro exerceria papel preponderante no simbolismo da reconquista, realizando-se nela um *Te Deum*, para consagração e comemoração do feito histórico¹⁰⁵. Esse episódio

experimentou o padre Manoel Francisco da Silva por ocasião da tomada do Rio Grande pelos espanhóis, tendo de recolher os livros do cartório eclesiástico e se retirado para o Estreito, onde foi mantido em seu cargo pelas autoridades religiosas, que chegaram a conceder-lhe a faculdade de usar altar portátil em qualquer parte para atender seus paroquianos. RUBERT, 1994. p. 66.

¹⁰⁵ LISBOA, José Corrêa. *Relação e mapas em que se mostra toda a ordem, disposição e sucessos que houveram na tomada da terra da margem do sul do Rio Grande de São Pedro, desde o dia 6 de fevereiro do ano de 1776, em que partiu a armada naval de Portugal da Ilha de Santa Catarina, até 1º de abril do mesmo ano, em que se concluiu a dita tomada da terra*. Rio de Janeiro, 1776. p. 116; BOEHM, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expedition au Rio Grande*. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). Anais... Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar, 1979, v. 3, p. 115.

seria reproduzido alegoricamente, mostrando-se o *Te Deum* realizado em 7 de abril de 1776, em ação de graças pela reconquista da vila do Rio Grande, estando a assistir à cerimônia, da esquerda para a direita, os regimentos de Bragança, Moura, Estremoz e do Rio de Janeiro, em figura que viria a constituir uma das imagens mais marcantes acerca da ação da matriz rio-grandina em sua interação com a comunidade¹⁰⁶.



Te Deum na Matriz de São Pedro pela reconquista do Rio Grande – abril de 1776
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

¹⁰⁶ Elaborada pelo Centro de Documentação do Exército, com desenho do Prof. Miranda Júnior e pesquisa do Major Cláudio Moreira Bento.

Encerrado o domínio espanhol, a vila do Rio Grande progressivamente iria promover sua reconstrução. Não constituindo mais o núcleo administrativo do Rio Grande do Sul, a localidade, progressivamente, iria mudando sua função primordial, não abandonando de todo seu papel estratégico-militar, mas dando os primeiros sinais daquela que seria sua marca registrada no século XIX, atuando como principal entreposto comercial sul-rio-grandense. As atividades mercantis mudariam a face da vila, mas ainda na virada do século XVIII para os primeiros anos da centúria seguinte, a Matriz de São Pedro prosseguiria aparecendo como ponto alto do espaço urbano rio-grandino, mantendo, portanto, sua alcunha de catedral que, embora indevida do ponto de vista oficial, ganhara irreversível corpo sob a perspectiva da percepção popular.

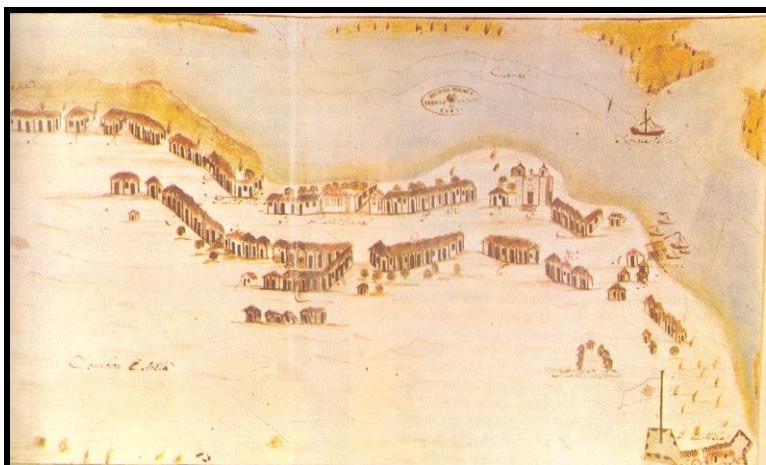
Nessa época, a vila apresentava a fisionomia clássica dos povoados nascentes, quer seja: no centro, o logradouro público; em uma das faces deste, a igreja e, ao lado, o cemitério, enquanto nas outras estavam as casas largas e acaçapadas dos principais da campanha, mais ou menos juntas e alinhadas. Em cada canto, marcado por uma dessas casas de comércio características da região, as quais eram, ao

mesmo tempo, albergaria, mercearia, loja de fazendas, de ferragens, botica, entre outras, havendo um começo de rua ou um fim de estrada, e, ao derredor, aqui e ali, assimetricamente e distanciando-se entre si, progressivamente, as casas, raras de tijolo cozido e algumas barreadas, e os ranchos de torrão, à mistura com os roçados, os pomares, os potreiros e os currais. Nesse quadro, a matriz, ampla e alta para o tempo e o lugar, ereta no ponto mais elevado do terreno, ligeiramente accidentado, destacava-se no conjunto, vindo a dominá-lo¹⁰⁷.

Marcante nos vários momentos que caracterizaram a formação rio-grandense colonial, a Matriz de São Pedro constituiria peça fundamental na fisionomia humana do Rio Grande português, reproduzindo costumes entre os cidadãos em seus convívios sociais e acompanhando as grandes dificuldades na consolidação do sítio urbano. O templo, como os próprios seres humanos, sofreria de modo cáustico a ação da guerra e expressaria simbolicamente os benefícios da paz, em uma época em que a cruz e a espada entrecruzaram caminhos de forma indelével. Vencidas as dificuldades iniciais, a

¹⁰⁷ FONTOURA, Edgar Braga da. *Marcílio Dias*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1935. p. 10-11.

vila do Rio Grande iria se consolidar ao longo do século XIX, tornando-se o centro mercantil gaúcho. A chamada “catedral” do Rio Grande, aos poucos, viria a conviver com essa nova urbe, cujos espaços modificavam-se constantemente e as próprias imagens construídas acerca de sua Matriz passariam por drásticas transformações.



A vila do Rio Grande, onde se destaca a Matriz de São Pedro
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Desde os primórdios do século XIX, a Vila do Rio Grande acompanharia o clima geral de mudanças, progressos, evoluções e transformações à época reinantes. Crescentemente, a comuna passaria a destacar-se como o principal polo mercantil sul-rio-grandense, servindo como escoadouro à produção

pecuário-charqueadora, base da economia gaúcha. Os avanços comerciais gerariam riqueza para certos segmentos da sociedade, dando-se inclusive a elevação da vila à categoria de cidade, em 1835, e mesmo que por vezes refreado pelas várias guerras, principalmente as advindas das revoluções Farroupilha e Federalista, o crescimento mercantil traria em si modificações nos hábitos, costumes, padrões de consumo e na própria visão quanto à organização do sítio urbano. A modernização passava a ser a palavra-chave e muito se buscou realizar no sentido de aformosear – para utilizar-se expressão então reinante – a urbe portuária, de modo a adaptá-la aos padrões então predominantes, intentando demonstrar-se que a mesma poderia ser inserida no rol das comunidades bafejadas pelos ares da civilização, no caso, aquela baseada nos moldes europeus.

Nesse âmbito a matriz de São Pedro permanecia com proeminência nos quadros urbanos rio-grandinos, destacando-se em meio às construções. Os diversos viajantes europeus que visitaram a urbe encontravam no templo um ponto alto citadino, descrevendo-a, por vezes, minuciosamente. Além dos fundamentos religiosos, a igreja continuava a estabelecer seu papel essencial

no seio da sociabilidade entre os habitantes. Entre suas paredes e em seu interior dava-se o encontro dos moradores que ali tinham uma das poucas alternativas às suas fainas cotidianas. A matriz continuava a ser o epicentro da urbe, na qual se realizavam solenidades, como foi o caso de um *Te Deum* voltado à comemoração da independência nacional. Assumindo as funções de prédio público, na igreja eram também realizadas eleições e exéquias, atuando ainda na observância da disciplina e sua influência na moral pública e privada dos habitantes, bem como assumia o papel do registro de nascimentos, casamentos e óbitos.



Vista do Rio Grande, mais ou menos em 1825 – Jean-Baptiste Debret, com destaque para a Matriz de São Pedro, ao fundo
(reprodução a partir de BARRETO. v. 1. p. 398.)



Matriz de São Pedro – gravura de Plínio Cesar Bernhardt
(reprodução a partir do Relatório da Diretoria da SAMRIG –
1975/76)

De acordo com a ideia de trazer progressos à cidade, que viria a ser predominante, buscou-se, a partir da ação das autoridades públicas e da iniciativa privada, empreender uma série de melhoramentos urbanos, de modo a torná-la mais confortável aos transeuntes e agradável à perspectiva do visitante. Estabeleciam-se nessa época os primórdios de um espírito modernizador que nortearia os caminhos da organização urbana riograndina a partir de então, e a Matriz de São Pedro não fugiria a essa regra. No final dos anos quarenta

iria inaugurar-se um processo histórico quase secular caracterizado por uma perspectiva de dotar-se a urbe de uma nova matriz. Tal projeto foi recorrente nos relatórios municipais das décadas seguintes, com a defesa de que o templo já não atendia mais às demandas da comunidade, estando acanhado para receber o público citadino. Ao lado dessa questão voltada ao acanhamento da igreja, havia outra, segundo a qual a comuna portuária, tendo em vista seu desenvolvimento, estaria a precisar de uma matriz mais vistosa, de modo a mostrar a pujança citadina.

Ao longo do século XIX, foram entabulados diversos projetos e ações para dotar a cidade de uma nova matriz, em diferentes pontos da urbe, chegando-se a realizar solenidades de instalação de pedra fundamental. No alvorecer dos Novecentos, os planos de mudança para o prédio da igreja permaneceram, ao passo que o mesmo sofria com a ação das intempéries e a inclemência da passagem do tempo. As atitudes pela sua recuperação foram, entretanto, inexistentes, prevalecendo o domínio da ideia do seu derruir, em nome do erguimento de um novo templo.



Fotografia da Matriz de São Pedro em 1920
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Em novembro de 1928, o jornal citadino *Rio Grande* publicou extensa matéria de primeira página sobre a edificação de uma nova matriz. O título era “O novo templo do Padroeiro da Cidade - o sumtuoso projeto da nova Matriz de São Pedro - o grande festival de arte de amanhã em benefício da grandiosa obra”. A palavra-chave da notícia expressa pela folha era a pretendida magnificência da projetada igreja. Relatava o periódico que, naquela edição, estampava, em vários aspectos, o grandioso projeto para a nova Matriz de São Pedro. Segundo o

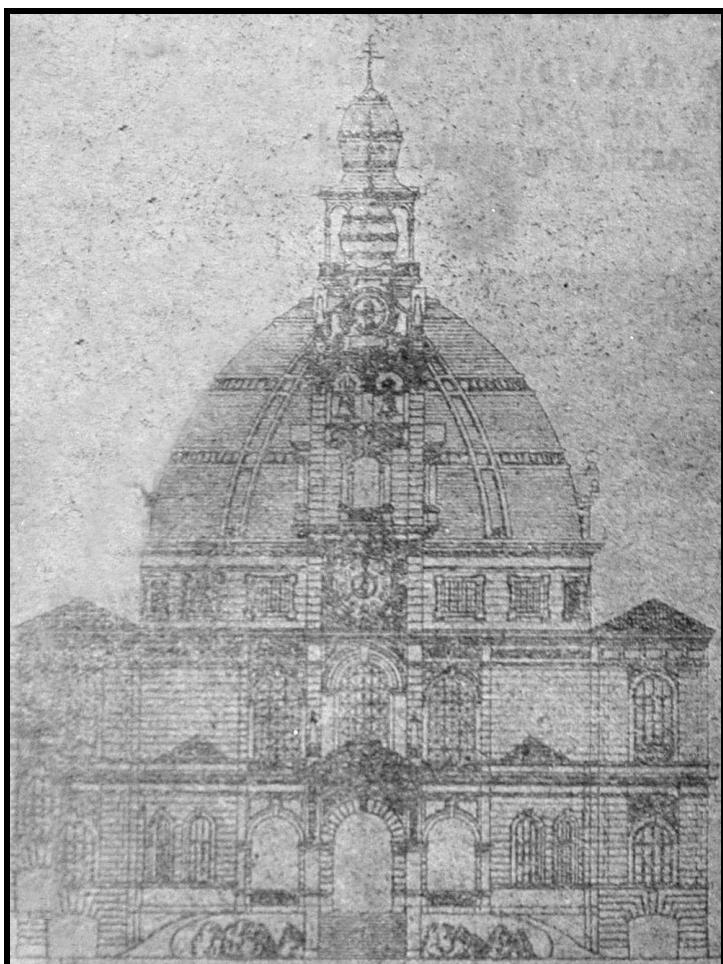
Rio Grande, os clichês apresentados bem diziam da suntuosidade que teria, se executado fosse, o novo templo da velha Matriz de São Pedro. A defesa dos intentos modernizadores e da necessidade da ostentação de luxo no prédio ficava manifesta nas páginas da publicação rio-grandina, a qual destacava que, para a realização do grande cometimento, cujo plano ficaria à altura do desenvolvimento cultural do Rio Grande, estava a empenhar-se com “apaixonada nobreza e sagrado ideal” a sociedade rio-grandense, que, “fervorosamente”, agia pelos “sadios devotamentos” dos elementos mais representativos em prol de causa “tão bela e edificante”¹⁰⁸.

Sobre o movimento coletivo em direção ao objetivo em questão, o jornal explicava que, para não ser remota a efetividade do soberbo projeto, conjugavam-se esforços e dedicações fecundas, caso do Governo Municipal, as altas autoridades eclesiásticas, o mundo católico – capaz de “edificantes abnegações” em prol da fé –, bem como de “todos os amigos” do progresso e do embelezamento da cidade. Ao destacar as “pujantes demonstrações de solidariedade” à grande obra, o *Rio Grande* registrava o “simpático gesto” do “sexo gentil” citadino, o qual organizara “imponente

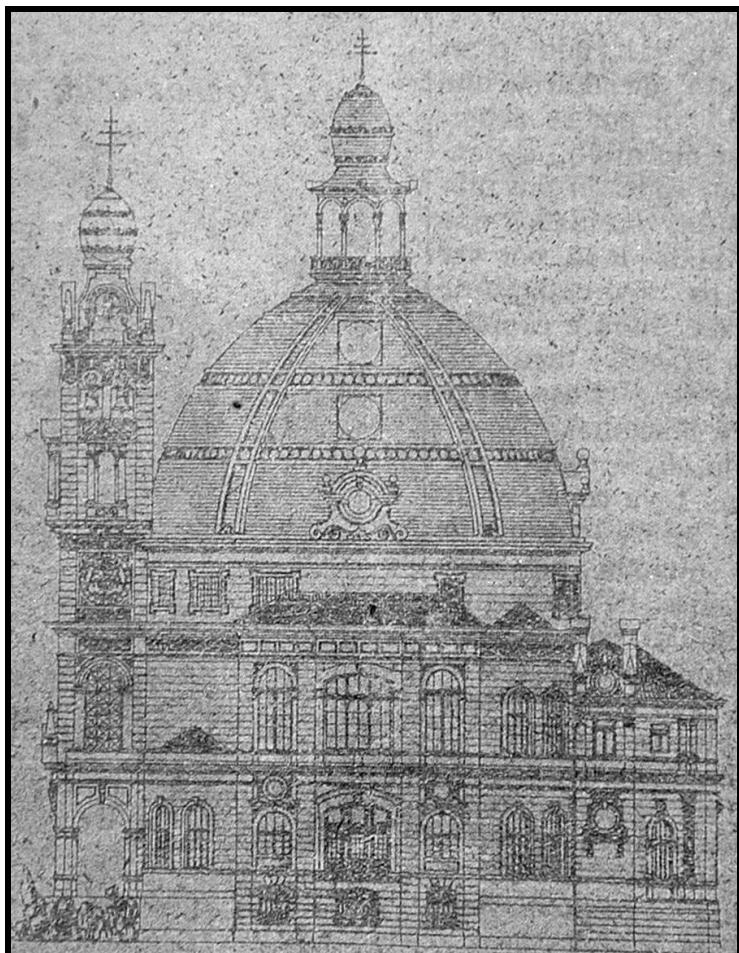
¹⁰⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 20 nov. 1928, a. 15, n. 262, p. 1.

festival de arte”, sob o “inapreciável patrocínio” das comissões organizadora e auxiliadora, formadas por representantes femininas da sociedade rio-grandina. De acordo com a folha, o programa daquela “noitada” fora elaborado com “fino gozo espiritual” e trabalhado com “verdadeiro primor”, compreendendo atividades como ópera, canto, apresentações instrumentais e declamações. O maior destaque da matéria jornalística era ligado aos croquis estampados em sua primeira página que demarcavam o caráter suntuoso que se pretendia empreender ao templo rio-grandino¹⁰⁹. Ao menos no papel, a nova matriz ganhava feições, as quais estariam bem coadunadas com o espírito de exaltar as grandiosidades da comuna portuária.

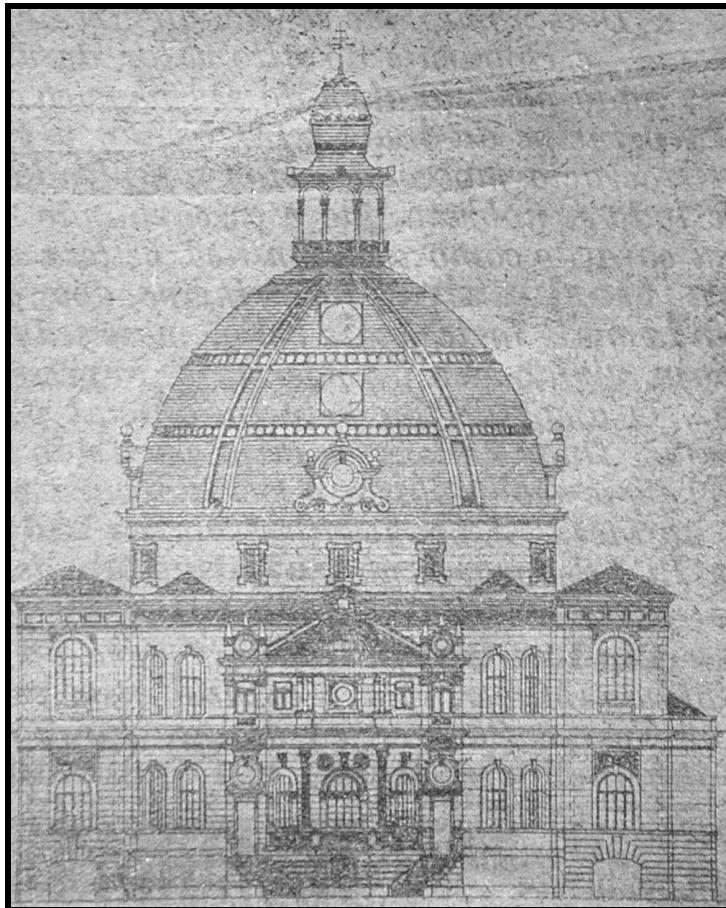
¹⁰⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 20 nov. 1928, a. 15, n. 262, p. 1.



Fachada principal



Fachada lateral



Fachada posterior
Detalhes do jornal *Rio Grande* de 20 nov. 1928
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Apesar do papel marcante que a Matriz de São Pedro desempenhara ao longo de toda a formação histórica rio-grandina, a ideia de construir-se um novo templo continuaria a ganhar terreno e

teria a sua fase de ação mais veemente na década de 1930. Nessa época empreendeu-se verdadeiro embate no interior da sociedade rio-grandina, cujo tema básico era, de um lado, a edificação de uma nova igreja, mais vistosa e afeita aos novos tempos de progresso, e de outro, a preservação da “antiga matriz”, levando em conta o que ela representava para a comunidade municipal e estadual e até nacional e mundial. A discussão em torno do assunto era o reflexo material e ideológico da oposição entre a perspectiva da modernização que, muitas vezes, de forma desenfreada e impensada, pregava o rompimento com o passado considerado anacrônico e a tradição histórica, que levava em consideração o registro e a manutenção das vivências históricas de uma sociedade e seu papel junto às gerações do porvir.

Em meados de 1936, houve uma intensa mobilização de diversos intelectuais no sentido de mover verdadeira campanha a favor da manutenção da matriz. Tendo em vista o avanço de tal ideário, os proponentes da derrubada do templo buscaram agilizar o processo de demolição. Na esfera nacional, entretanto, avançava a legislação de preservação patrimonial, trazendo vantagem para o grupo que propugnava a salvaguarda do velho templo. A

vitória definitiva do viés preservador viria em maio de 1938, quando a Matriz de São Pedro foi tombada por determinação federal.

A perspectiva de eliminar o prédio histórico fora definitivamente abortada, bem como a já quase secular busca por dotar a cidade de uma nova matriz perdera a razão de ser. Desde a época do debate entre as tendências modernizadoras e as preservacionistas e, mormente, a partir do triunfo destas, com o tombamento, ocorreu um processo de revalorização da Matriz de São Pedro, notado fundamentalmente por ocasião de solenidades festivas por ocasião de efemérides. Isso ocorreu, por exemplo, nas comemorações do bicentenário de fundação da cidade, em fevereiro de 1937, momento em que a igreja teve papel de destaque no resgate histórico acerca do século XVIII. Menos de duas décadas depois, em agosto de 1955, a memória da igreja seria mais uma vez revisitada, dessa vez com os festejos pela passagem do bicentenário da própria matriz.

A CIDADE RELIGIOSA

Egrejas de Jesus Maria José e Sant'Anna

Povo genuinamente religioso, o povo português, em seus descobrimentos, jamais deixou de plantar a cruz ao lado do Penedo das Quinas; jamais fundou um povoado sem levantar a igreja que ficava sendo o centro da povoação e, muitas vezes, a razão de ser da mesma.

Silva Paes, protótipo de português, ao fundear em nossas aguas, em '9 de fevereiro de 1737, com a alma transbordante de fé e patriotismo, numa visão magnifica, vislumbra o que viria a ser a península arenosa que se lhe antolhava. Com o peito estuante de entusiasmo desembárca a sua gente e, após um rápido estudo do local, manda levantar os festejos de Jesus Maria José e Sant'Anna, cada um com sua respectiva capela. Já nos 2 de março, em local improvisado, é celebrada a primeira missa na península pelo P. Jérôme Ribeiro, capelão do sequito de Paes, sendo invocados para padroeiros do incipiente arraial Jesus, Maria e José. E, apesar da dificuldade em conseguir material para construção, que era trazida da ilha dos Marinheiros, cinco meses depois, aos 12 de julho, estava concluída as capelas. Silva Paes, no seu zelo administrativo, manda que as mesmas sejam providas dos necessários, alívios e todo o necessário para o culto divino.

O inicio está já a futura povoação com duas igrejas: uma na então extremidade norte, hoje imediações da Praça Sete; a outra, de Sant'Anna, a uma legua distante da primeira, hoje terrenos da Hydraulica Municipal. Poi estar mais próxima do acoradouro, a povoação começa a extender-se nas proximidades da ca-

dos seus Exercitos mандou fazer esta Igreja no tempo que conferiu, e executou desta parte como principal commissário do mesmo Rey e Senhora divisão das duas Monarchias. Rio Grande de S. Pedro, xxv de Agosto do anno de MDCCLV.*

Com a devoção a São Pedro nascem as devações a São Francisco, Na. Sa. do Monte do Carmo e Na. Sa. da Conceição e della sahem as respectivas ordens terceiras e irmãna

Conceição, padroeira da Ordem. Não estando canonicamente ereta a Ordem Terceira na Villa os irmãos dirigem-se ao Ministro Provincial da Ordem no Brasil, Frei José dos Santos Passos, residente no Rio de Janeiro, que os atende com toda a boa vontade e em 19 de setembro de 1781 nomea commissário delegado o professor de S. Francisco, P. José Gomes de Faria, vigário da villa. Talvez pelo anno

Por decreto datado de de novembro de 1912, bispo diocesano, D. Francisco de Campos Barreto é criada a Parochia de N. Sa. do Carmo, sendo nomeado vigário o Padre Alberto da Cunha Monteiro, ao qual sucederam-se padres Augusto Gomes Freire e João Sainz e Ruiz. Em 1913 a parochia é confiada aos revdmos. padres jesuítas, que na pessoa revdmo. Padre Francisco Xavier Diebls fomentam tal modo a piedade que nova parochia torna-se, de então, um centro de piedade profunda e fervor religioso. Em 1917, retirando-se os revdmos. padres jesuítas da cidade, toman conta da parochia os revdmos. padres Carmelitas, na pessoa do revdmo. Frei Seppim de Santa Theresa, qual seguem se os revdmos. Freis Paulino de São José, actualmente, Caio de São José. Frei Sigismundo Frei Florentino, ainda quando vigários, foram eleitos Vigários Provinciais da Ordem no Brasil e Uruguai, estando o ultimo, que actualmente é vigário de Jaguá, ainda nestas funções.

Com o progresso crescente da cidade e estando antigua Egreja do Carmo tuada quasi no centro rua Dezessete, o Governo Municipal em 1920 entendeu com a M. e desapropriou a egreja, que transferida provisoriamente para uma casa particular, na Baccellar.

A seguir os revdmos. padres Carmelitas dão inicio a seu convento, que terminado em 1929 passa a servir de egreja.

A nova matriz, obra-prima de arquitectura, talvez das primeiras do Estado, está quasi terminada. E logo breve veremos ali o recolhido e elevado a magnificência da louvar a Deus e ent



Matriz de S. Pedro

de para levantarem as suas de 1792 o Brigadeiro Raphael egrejas proprias.

A nossa bela matriz é feitor da Ordem, dà começando o centro de onde á actual capella. As primeiras irradiam a religião. Distintivas imagens de S. Francisco e piedosos sacerdotes e de Na. Sa. da Conceição estão à sua testa. Dos ceicão são as mesmas que

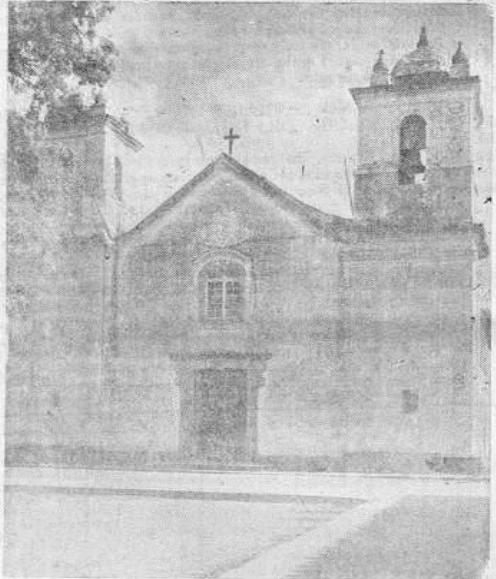
Detalhe do jornal Rio Grande, 19 fev. 1937 - "A cidade religiosa"

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

RIO GRANDE

ANO XLII RIO GRANDE, QUARTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1955 N° 213

Dois Séculos Completa, amanhã, a Matriz de São Pedro



O povo riograndino verá passar, amanhã, uma data significativa para a história da cida-de fundada por Silva Pais e que prova o apê-gio da gloriosa raça que colonizou estas plagas meridionais do Brasil aos princípios católicos. Ao lado do forte erigido para defender a terra lusa das incursões espanholas, alteou as torres uma modesta Igreja onde os estreunos soldados reais, nas horas em que deixavam o mosquetão de lado, poderiam ajoelhar-se, a-proximando a alma do criador.

Detalhe da página 4 do jornal *Rio Grande* de 24 ago. 1955
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

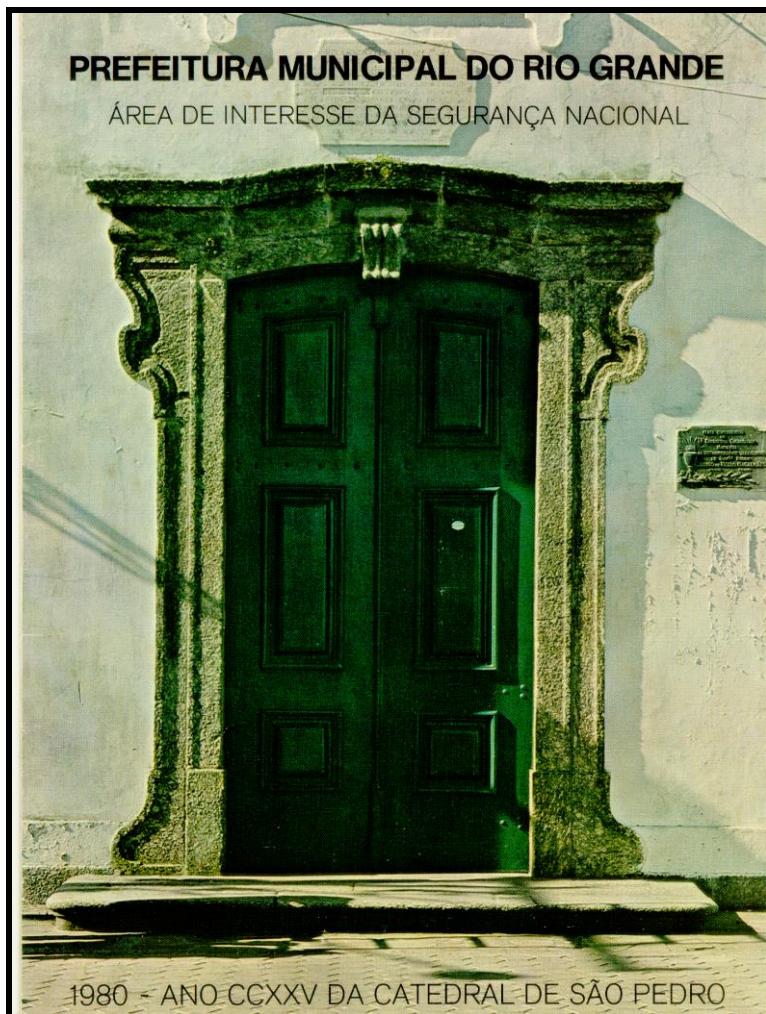


**Primeira página do jornal *Cruzeiro do Sul* de 27 ago. 1955
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)**

Em fevereiro de 1971, quando foi criado o Bispado do Rio Grande (até então centrado na cidade

vizinha de Pelotas), a Matriz de São Pedro desempenhou novamente um papel essencial, passando a retomar a sua denominação popular original de “catedral”, ainda nos primeiros tempos do povoado, pelo seu destaque no meio urbano da época. A partir daqueles primórdios dos anos 1970, ela tornava-se oficialmente uma Catedral, como sede de um bispado. Permanecia como um acanhado templo para os padrões citadinos de então, mas preservava o significado como patrimônio histórico e cultural.

Já no ano de 1980, a Prefeitura Municipal imprimiu um folder institucional em homenagem aos 225 anos da Catedral, apresentando uma fotografia do retábulo do templo e outra de sua portada. Uma brochura editada oficialmente sobre a urbe portuária, em 1985, tinha na capa um arrojado desenho da Catedral. Mais tarde, o ano de 1987 foi decisivo para a incorporação definitiva da Igreja de São Pedro como a significância da própria cidade, quando, por ocasião do aniversário de dois séculos e meio da comuna, o símbolo escolhido para representar a efeméride foi um desenho em que apareciam a silhueta do templo, o número 250 e a epígrafe que se tornaria marca registrada: “Rio Grande – cidade histórica”.



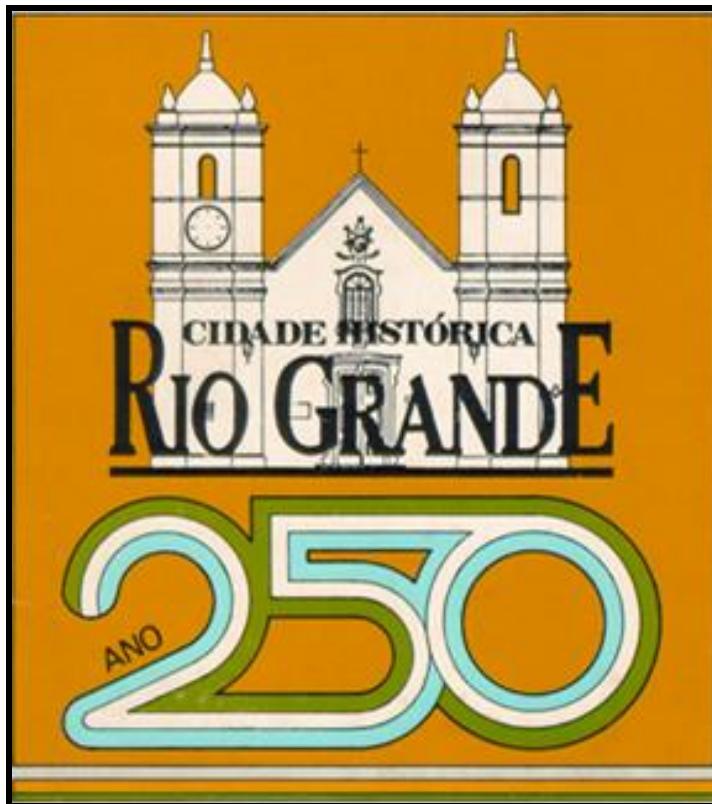
**Folder entabulado pela Prefeitura Municipal
alusivo ao Ano CCXXV da Catedral**

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)



**Publicação institucional editada pela Prefeitura Municipal –
1985**

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)



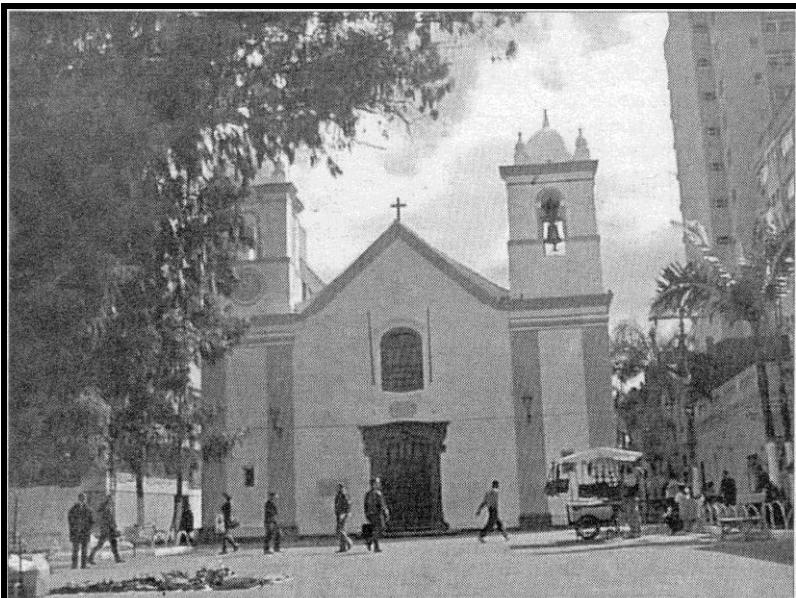
Fragmento da capa de guia e mapa editado pela Prefeitura
Municipal - 1987

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

A primitiva igreja do Rio Grande do Sul, matriz e depois catedral, assumia feições institucionais de símbolo municipal. No que tange à aceitação popular dessa simbologia, o reconhecimento era quase natural e de ampla

anuência no seio da população rio-grandina. O reconhecimento do papel histórico e simbólico da catedral no imaginário dos cidadãos era já um fenômeno marcante, mas isso não bastava para garantir a sua manutenção, chegando ela, ao final da década de oitenta, a uma situação bastante precária. Iniciou-se então um processo de mobilização visando a promover o restauro do templo, cuja culminância se daria na segunda metade dos anos 1990, com a realização das obras de restauração.

O convívio quase epidérmico da comunidade com o seu passado histórico através da Catedral de São Pedro tornou-se, assim, ainda mais íntimo durante a restauração. Se as pessoas estavam acostumadas a passar pelo templo, no seu dia-a-dia apressado, por vezes sem notá-lo, as obras serviram para um despertar e, inclusive, uma revalorização daquele prédio/testemunho. Além disso, a igreja passou a ser tema recorrente dos vários órgãos da mídia impressa e eletrônica, colocando em evidência a necessidade da preservação do patrimônio histórico como pauta das conversas.



História: o templo que ficou fechado por mais de um ano recupera sua beleza singela e volta a receber o povo em seu interior

Catedral reaviva história da cidade

A reabertura da Catedral de São Pedro, às 10h de hoje, marca mais um passo no resgate da história e da memória da cidade de Rio Grande. Durante 20 meses, o Município esperou as obras de restauração da mais antiga igreja do Estado, fundada em 1756. As obras revelaram surpresas como algumas ossadas, inclusive a de um ex-governador, e belíssimas imagens e cores por baixo das várias pinturas feitas ao longo de dois séculos

Detalhe do jornal Agora de 17 out. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Restauração abrange imagens da Catedral



Restauração: debaixo de muitas camadas, história e beleza no templo católico

As 19 imagens sacras da Catedral de São Pedro também estão sendo recuperadas. O delicado trabalho está sendo feito pela restauradora Suzana Fernandes e sua equipe, também responsáveis pelos altares. A maior parte das imagens pertence aos 11 altares da igreja. Outras são isoladas, como a de São Benedito e duas de Jesus Cristo.

A restauradora contou que ao reunir as imagens viu que quase todas estavam repintadas grosseiramente, com tintas inadequadas, o que tira o valor do trabalho da escultura. A cor do rosto da imagem de Nossa Senhora das Dores, por exemplo, parecia o de uma boneca de plástico. Ao remover essa pintura, ela disse ter encontrado a cor original, "belíssima e felizmente em bom estado".

Aquelas que estiverem em regular estado em sua pintura original poderão ser observadas nos altares quase exatamente como os fiéis as viam há 100 ou 150 anos. A mais antiga é a de Santa Rita de Cássia, legítima do período barroco, feita no final do século 18. A restauradora chegou a esse conclusão devido ao tipo de douramento, ao movimento das vestes entalhados na madeira, ao estilo mais dramático do rosto, e às rachaduras que atestam a passagem do tempo.

Embora o altar mais antigo da igreja seja o de São Miguel, cuja irmandade foi fundada em 1780, a imagem deste santo é bem mais moderna, feita não na madeira de cedro, mas com a técnica de papiermâché. A imagem do Cristo morto em um esquife chama a atenção pela

qualidade da escultura e excelente estado de conservação, apesar de ter quase 200 anos. Foi feita em madeira de cedro, no final do século 18, mas acredita-se que tenha recebido nova pintura, em 1870, quando o artista Serafim José Ribeiro fez vários trabalhos para a igreja.

ALTARES - De acordo com a restauradora, os 11 altares da Catedral estão quase prontos, faltando apenas o acabamento dos filetes dourados. Eles foram restaurados integralmente, com a recolocação de partes da madeira que estava faltando ou rachada. Após passarem pelo processo de imunização contra cupins e outras pragas, foram pintados cuidadosamente.

Suzana Fernandes disse que as paredes laterais da capela-mor escondiam embaixo de uma pintura, belíssimos motivos decorativos, usando a técnica conhecida como "escariola" (do italiano scaciolla), manifestação muito forte nesta região do Estado, não sendo encontrada em outras regiões, muito menos em outros Estados do Brasil.

Segundo ela, a escariola da Catedral deve ter sido realizada por volta de 1930 e foi decidido que, embora não seja original na capela-mor, val permanecer, pois forma um conjunto harmônico com o altar. Toda a obra de restauração da Catedral de São Pedro é feita com recursos doadas pelas Empresas Petróleo Ipiranga. A coordenação é da Associação Pró-preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Rio Grande - Aphac, com o apoio do Ministério da Cultura.

Detalhe do jornal Agora de 13-14 set. 1997

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Imagens da Catedral de São Pedro são restauradas

FOTO: JOÃO PAULO



TRABALHO COMPLETO: a equipe após restaurar os altares passou a cuidar das imagens

As 19 imagens da Catedral de São Pedro, estão sendo restauradas por Suzana Fernandez e a sua equipe, que são responsáveis pelos altares. A maior parte dessas imagens pertence aos diversos altares, onze ao todo, mas há também imagens isoladas, tais como a de São Benedito e duas de Jesus Cristo.

Suzana Fernandes, ao reunir as diversas imagens para o trabalho, deparou-se com um assentamento lamentável. Quase todas estavam repintadas grosseiramente, com tintas inadequadas, que só tiram o valor do trabalho da escultura. "Encontramos uma Nossa Senhora das Dores com uma cor de rosto

Catedral encontrou a mais antiga imagem de Santa Rita de Cássia, legítima do período barroco, datando o século XVIII. Com isso chegou a seguinte conclusão de que "ao observarmos o dourado, o movimento das vestes entalhado na madeira, o estilo mais dramático do rosto, que mais parece uma porcelana, com rachaduras que atestam a passagem da imagem pelo tempo", avalia a restauradora. Embora o altar mais antigo da Catedral, seja o de São Miguel, cuja irmandade foi fundada em 1780, a imagem deste santo é bem mais moderna, feita não na madeira de cedro, mas com a técnica de papier-maché.

nifestação muito forte nesta região do Rio Grande do Sul, não sendo encontrado nem em outras regiões do Estado, muito menos em locais do Brasil, afirmou Suzana Fernandez. A escravaria da Catedral deve ter sido realizada por volta de 1930, e foi decidido que, embora não seja original na capela-mor, vai permanecer, pois forma um conjunto harmônico com o altar. A restauração da Catedral de São Pedro é feita com verbas de doação financeira das Empresas Petróleo Ipiranga e é coordenada pela APHC- Associação Pro- restauração do patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, com apoio do Ministério da Cultura.

Detalhe do jornal *Folha da Cidade* de 13-14 set. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Marcada cerimônia de reabertura da Catedral



RETORNO: após um período onde passou por completa reforma, a Catedral volta ao convívio dos rio-grandinos

A Diocese do Rio Grande já está expedindo os convites para a cerimônia de reabertura da Catedral de São Pedro. Conforme o bispo Dom José Mário Stroher, o ato será às 10 horas do dia 17 de outubro, uma sexta-feira. Os convites estão sendo feitos conjuntamente entre a Diocese, Ministério da Cultura, Secretaria de Apoio à Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Empresas Petróleo Ipiranga e Associação Pró-Preservação do Patrimônio Artístico.

co e Cultural do Rio Grande. A programação também já está definida. O bispo Dom José Mário informou que depois da reabertura da Catedral, às 11 horas haverá o recebimento dos restos mortais do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, transladadas do 6º Grupo de Artilharia de Campanha. Às 20h30min, será celebrada uma missa campal e realizada a Procissão de Recondição do Santíssimo. O local das concentrações será o Largo Dr. Pio.

**Detalhe do jornal *Folha da Cidade* de 26 set. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)**

Catedral será reaberta em clima de festa e cultura

4

Fotos: Sandro Teles

Pompa e desvelo: os restos mortais do 1º governador do RS, Sebastião Veiga da Câmara, estão no 6º GAC, com guarda de honra, e serão trasladados para a Catedral restaurada

Detalhe do jornal Agora de 15 out. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

**REABERTURA
DA
CATEDRAL DE SÃO PEDRO**



**ESFORÇO COMUNITÁRIO
RESGATANDO A HISTÓRIA E A
MEMÓRIA DO RIO GRANDE**

17 a 19 de outubro de 1997
RIO GRANDE –RS

**Folder divulgando as festividades de reabertura da
Catedral**



Detalhe do jornal *Folha da Cidade* de 17 out. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

Voltam a soar os sinos da Catedral de São Pedro

Cerimônia de reabertura da mais antiga igreja do Estado acontece em clima de festa e muita fé



Detalhe do jornal *Folha da Cidade* de 17 out. 1997
(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

RIO GRANDE

Mais antiga catedral do Estado é reinaugurada

Reformas no templo consumiram 19 meses de trabalho

MARCOS FONSECA

Correspondente Rio Grande

Acatedral de São Pedro, a mais antiga do Brasil, teve uma restauração completa que se prolongou por um ano e sete meses. Cerimônias com apresentações culturais e eventos religiosos marcam as festividades até domingo. A nova imagem do templo colonialista, estilo colonial português revive os 242 anos da igreja, cujo passado histórico se mistura ao da cidade. Um dos momentos mais altos do evento terá lugar a transferência da urna com os restos mortais de Sebastião Xavier da Veiga Cabral, o primeiro governador da província no século 18, hoje abrigada no quartel do Exército, para o interior do pedestal reformado.

A restauração será acompanhada pelo governador Antônio Britto e por representantes das dioceses da zona sul do Estado.

A restauração custou R\$ 500 mil, dados da Odebrecht Construções. A Catedral de São Pedro foi erguida em 1755, quando Rio Grande ainda era a capital do Estado.

A igreja testemunhou eventos impor-

tantes da história gaúcha. No final do período de quase 10 anos, a partir de 1776, em que Rio Grande foi dominada pelas tropas rivais do marechal

nuno lata sangrenta invada com soldados do império português. Na fuga, os espanhóis atearam fogo em residências e levaram o altar principal em madeira da catedral para o Uruguai. Foi só depois no templo que o altar foi devolvido ao lado do patrónio da Marinha do Brasil, José quim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré.

As obras de restauração incluiram a limpeza das paredes, do piso e do telhado da igreja, danificados pelo tempo e por infiltrações. Foram recuperados altares e imagens, num trabalho minucioso de restauradores. A inauguração da reforma completa da catedral, por exemplo, foi pintada com o tom original do entorno, que tem 32 anos. A cerimônia de abertura começará às 10h de hoje. A transferência dos restos mortais do governador da província, morto em 1801, será às 11h. A urna fúnebre, mantida sob guarda no quartel do Exército, será conduzida por soldados uniformados com rolos do escudo imperial, até o topo da igreja. As 14h o templo será aberto à visitação pública. O bispo dom José Mário Stroher rezará missa ao ar livre às 20h na Praça da Catedral, localizada entre o Centro e Bacerl, centro da cidade. Amanhã e domingo, haverá apresentações de grupos fol-

**Imagens e altares
receberam cuidados
minuciosos e a igreja
retomou os tons de
amarelo originais**



Detalhe do jornal Zero Hora de 17 out. 1997

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

2 - Sáb./Domingo, 18-19 de outubro de 1997

CIDADE

JORNAL AGORA

Reabertura satisfaç e emociona




Autoridades assinam à sombra de inauguração

Se a população em geral sentiu-se feliz ao ver novamente aberto o templo de São Pedro, quem esperou por ela durante muito tempo ou quem atuou de forma direta para vê-la reabrir, teve uma sensação muito mais intensa de felicidade. O presidente da Aphac, Walter Badejó, mostrava-se emocionado e disse ter uma satisfação muito grande ver o templo histórico completamente restaurado, lembrando que "estava em um trabalho trou-

na recuperação do templo, imagens e altares, dando alegria à igreja e à obra. "Por isso ficou tão bom o trabalho", frisou.

Salientou ainda a contribuição do Grupo Ipiranga, que opinou, sob sua orientação, para que fosse feito um exemplo por outras empresas, certamente ressaltaria na restauração de outros itens do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município. Agora a Aphac vai parar mais a comemoração da

EXEMPLO - Para o bispo dom José Mário

Conforme o bispo, essa parceria feita com a iniciativa da Pontifícia Comissão dos Bens Culturais da Igreja

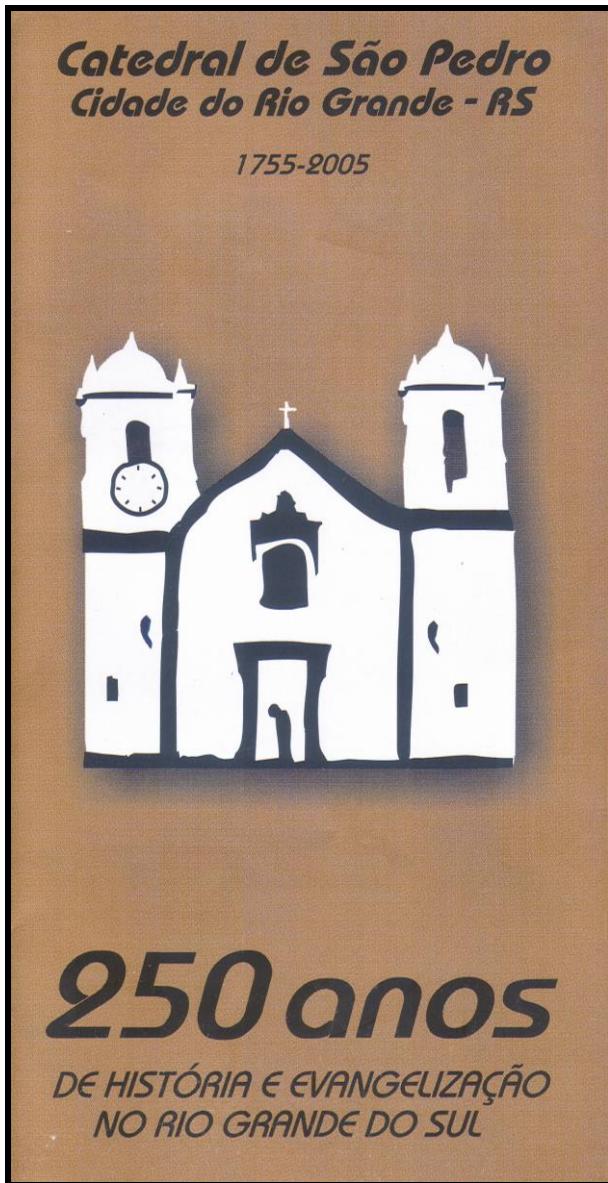
informações de como isso aconteceu para repassar o

Detalhe do Caderno Especial - jornal Agora 18-19 out. 1997

(acervo da Biblioteca Rio-Grandense)

A restauração da Catedral de São Pedro teve um amplo significado para as inter-relações com a comunidade, servindo para revigorar esse íntimo contato da população com o prédio, o templo e todas as suas representações, vivências e sentidos para a vida dos rio-grandinos. Completo o restauro, a catedral retomaria seu curso normal. No que tange à sua função social, a velha matriz, denominação que não foi esquecida por muitos, permaneceu, dentro de suas paredes e em seu entorno, como ponto de intersecção da sociedade rio-grandina. Tal presença

acompanhou a virada do milênio e já em 2004 iniciaram-se os preparativos para as comemorações do ano jubilar da catedral, que completou dois séculos e meio de plena e intensa existência em 2005. Para organizar as comemorações dessa data alusiva, formou-se uma comissão especial, composta por diversos segmentos da comunidade, que passaram a entabular uma série de atividades que incluía, naturalmente, os ritos de natureza religiosa, os atos oficiais, além de várias apresentações artísticas, culturais e folclóricas, ciclo de palestras e organizações editoriais. Diante da presença daquele prédio em pleno centro citadino, a história permanecia como um dos pontos pelos quais os rio-grandinos ainda poderiam buscar uma autovalorização, a partir de seu passado. Nesse quadro, a Catedral de São Pedro exerceeria um relevante papel, ocupando lugar especial na memória coletiva rio-grandina, a ponto de tornar-se um verdadeiro símbolo da urbe portuária.



Cartaz alusivo ao 250º aniversário da Catedral de São Pedro

Como a mais antiga comunidade sul-rio-grandense, a cidade do Rio Grande deveria ser uma das mais ricas em termos de patrimônio histórico. No entanto, à medida que, em um exercício mental, se procede a uma regressão temporal, percebe-se que, quanto maior o recuo, menor a incidência de resquícios do passado. Nesse sentido, a comuna portuária tem razoável quantidade de prédios e monumentos remanescentes da primeira metade do século XX; quando a referência é o século XIX, a situação começa a mudar de figura, reduzindo-se drasticamente o número de bens culturais; já no que tange ao século XVIII, só restou um edifício que demarca o alvorecer da sociedade gaúcha – o templo de São Pedro.

Os componentes do patrimônio histórico representam muito a contento lugares da memória social, e, no momento em que se dilapida parte desse patrimônio, importantes pedaços da própria memória coletiva vão se dissipando nos sombrios caminhos e descaminhos do tempo, relegados unicamente ao esquecimento. As construções edificadas no Rio Grande dos Setecentos tiveram por característica fundamental a pouca perenidade, diante da passagem do tempo. As habitações, templos, fortés, entre outros prédios, foram

desaparecendo, pela própria precariedade física, pelos interesses imobiliários e/ou pelas constantes reformas que a paisagem urbana viria a sofrer.

Nesse quadro, a Catedral de São Pedro é uma sobrevivente a essa avalanche de obstáculos representados pela ação do tempo, pelas intempéries e, principalmente, pelos interesses humanos. Não foi fácil superar os mais de duzentos e sessenta anos de existência. Edificada em meio a um quadro geral de dificuldades, era sumptuosa para os momentos originais da povoação, destacando-se no espaço urbano em recente construção. Resistindo ao clima, às areias e às guerras, o templo chegou ao século XIX, e, com os avanços urbanos advindos do crescimento econômico calcado no comércio, sofreria com as primeiras interrogações a respeito de seu anacronismo em relação a esses novos tempos. Ao longo daquela centúria, autoridades públicas manifestaram-se e comissões foram formadas no intuito de dotar a cidade de uma nova matriz.

Esse espírito que visava a reformar o sítio urbano, calcado na ideia da modernização desenfreada, tendo em vista os progressos da comuna, depois acelerados com a industrialização, no que tange à igreja, afirmou-se nas primeiras décadas do século XX e teve seu ápice nos anos

trinta, chegando-se bem perto da demolição da matriz. A tendência modernizadora enfrentaria resistências, baseadas na tradição histórica e na defesa do patrimônio.

A partir da ideia da preservação e do apelo à memória coletiva dos rio-grandinos foi possível salvar um de seus fragmentos mais importantes naquele momento, quando o tombamento da antiga matriz garantiu o último pedaço do século XVIII que lhe restaria ao longo dos anos. Bicentenário, elevado a catedral, o templo cada vez mais ganhava espaço como digno representante da urbe portuária, o que não lhe garantia uma vitória contra seu velho adversário, a indelével ação do tempo. Já em um momento no qual a pujança não era mais a marca registrada da cidade, a igreja enfrentou dificuldades que beiraram o desespero. Mais uma vez, não com facilidade, ocorria uma mobilização em torno da causa da catedral. Um dos mais significativos lugares da memória histórica dos rio-grandinos estava gravemente ameaçado, mas, ainda que com certa demora, o velho templo viria a passar por um amplo processo de restauração, garantindo a sobrevivência do patrimônio e das memórias que dele advêm.

Nessa linha, em meio aos lugares da memória

e da história¹¹⁰ deu-se a permanência de um templo edificado há mais de duzentos e sessenta anos e que, ao longo de todo esse período, exerceu significativo papel, por vezes decisivo, na vida em coletividade das diferentes épocas abarcadas pela sua existência. De acordo com essa perspectiva, a memória constitui em si a vida e seus portadores sempre são grupos de pessoas vivas e, por isso, a memória está em permanente evolução, ou seja, estando sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento, ela pode ficar latente por longos períodos, para depois despertar subitamente¹¹¹.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

¹¹¹ NORA, Pierre citado por HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.



Enfrentando temporais, areias, confrontos bélicos, ideias modernizantes, interesses imobiliários, enfim, as intempéries naturais e as mais variadas idiossincrasias e inconsequências do ser humano, a Catedral de São Pedro resistiu. Núcleo da formação histórica rio-grandina, a igreja tornou-se um verdadeiro símbolo da cidade e, até hoje constitui o marco central da comuna. Junto de seu entorno, ela representa o grande ponto de encontro das vivências, do cotidiano e, nessa época de significativa desumanização, da sociabilidade entre os seres humanos. Perpassando mais de dois séculos e meio, a Catedral de São Pedro, como patrimônio e,

portanto, lugar da memória histórica, significa um ponto de inflexão nas inter-relações e articulações entre o passado e o presente, deixando também uma mensagem para o futuro, na forma de uma palavra – perseverança – daquele que é o último resquício físico do século XVIII, no seio da mais antiga cidade sul-rio-grandense, origem do mais meridional ponto da América Portuguesa.

Efemérides e reminiscências do século XVIII

As datas históricas são suportes da memória, tendo um papel fundamental na constituição de um tempo histórico. Dessa maneira, elas podem ser entendidas como formas de registros do tempo que se ligam à memória dos indivíduos e das sociedades, tornando-se marcos referenciais. Tais datas assinalam acontecimentos variados e, assim, podem determinar maneiras de rememorar, e, uma vez transformadas em comemorações, passam a ter poder, a ser referência¹¹². No caso da cidade do Rio Grande foram várias as efemérides comemoradas, dentre elas a do bicentenário, em 1937, e a dos duzentos e cinquenta anos da fundação da localidade, em 1987. Em ambas as oportunidades, o século XVIII voltou à pauta do dia e foi rememorado pela sociedade.

¹¹² BITTENCOURT, Circe. Introdução. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 11-12.

No mês de fevereiro de 1937, a cidade do Rio Grande comemorou a efeméride de seus duzentos anos de fundação, em um rol de atividades que marcaram a vida rio-grandina da época. Com apoio institucional, as festividades envolveram não só o contexto local, como também o regional, uma vez que aquele bicentenário não foi encarado apenas como uma comemoração citadina e sim estadual, ou em outras palavras, aquele momento histórico enaltecido foi observado não apenas como a data da fundação do Rio Grande, mas do Rio Grande do Sul como um todo. Em tal ocasião, foi organizada uma “Comissão Central das Comemorações do Bicentenário do Rio Grande do Sul”, a qual coordenou os trabalhos comemorativos.

Dentre as tantas atividades, esteve a organização de uma exposição industrial municipal, realizada em um dos armazéns do Porto Velho, bem de acordo com os intentos citadinos de então, voltados a apresentar as potencialidades industriais da urbe. A programação compreendeu ainda solenidades cívicas, recepções oficiais, missa campal em frente à Matriz de São Pedro, lançamento da pedra fundamental do monumento ao fundador Silva Paes, inauguração de monumento, festas populares, competições e paradas desportivas,

homenagens fúnebres, almoços, discursos, exposições, apresentações de bandas, salvas de tiros, apitos de embarcações e fábricas, repicar de sinos e acionamento de sirenes e buzinas. A tais atividades somou-se o um congresso de História e Geografia, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, reunindo vários especialistas para debater a efeméride. Além disso, 19 de fevereiro foi considerado feriado municipal permanente, e estadual, naquele ano de 1937.

A imprensa teve um papel essencial não só na divulgação de tais atividades, como constituiu também um fator essencial para levar ao público notícias e matérias especiais acerca da data em comemoração. Na época, os principais representantes do jornalismo citadino eram *O Tempo* e o *Rio Grande*. *O Tempo* foi fundado em 1906, mantendo-se sob a propriedade e direção de seu fundador Alípio Cadaval, que militou nas atividades jornalísticas desde a juventude, na década de oitenta do século XIX. Ainda que tenha apresentando certos vínculos partidários até então, *O Tempo* buscava representar o jornalismo de predomínio informativo, tendência então predominante. Já o *Rio Grande*, fora fundado em 1913, com fortes vínculos ao castilhismo-borgismo. Ainda que também fosse

noticioso, já naquele 1937, o periódico não perdera sua conotação partidária, apresentando-se como “órgão do Partido Republicano Liberal”. Além desses dois jornais de circulação regular, aquelas comemorações trouxeram de volta um dos mais tradicionais jornais rio-grandinos, com um número especial do *Eco do Sul*, jornal dos mais tradicionais, que já deixara de circular. Cada um a sua maneira, as três publicações trouxeram ao público edições comemorativas compostas não só de matéria noticiosa, como também de várias colaborações¹¹³.

O *Eco do Sul* foi um dos mais longevos periódicos rio-grandinos e, durante muito tempo, se proclamou como o “decano da imprensa rio-grandina”. Por ocasião das comemorações do bicentenário, foi lançado um número único e exclusivo, comemorativo à efeméride. A primeira página foi inteiramente dedicada à data, apresentando texto editorial e o escudo rio-grandense, no sentido de que as festividades não eram apenas da fundação citadina e sim da estadual.

¹¹³ Na época também circulava no Rio Grande o periódico *A Luta*, mas não existem exemplares remanescentes referentes a tal período.



Assim, o *Eco*, cuja circulação fora suspensa em 1934, trouxe ao público uma edição especial alusiva ao bicentenário da cidade do Rio Grande¹¹⁴. Apresentando-se como o terceiro jornal mais velho do Brasil, o periódico dizia pretender prestar uma modesta homenagem à comuna portuária e ao Estado sulino como um todo. Lembrava que, em

¹¹⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 19 fev. 1937, a. 82, p. 1-4.

1737, José da Silva Paes, “o denodado brigadeiro”, desembarcara na arenosa península, para, pouco depois, fundar o Presídio do Rio Grande de São Pedro. Apontava que ali se dera a origem da velha cidade, ponto de onde se irradiou a vida política e administrativa da terra rio-grandense, que viria a constituir “um dos mais formosos e ativos Estados da União”.

Como era comum à época, o *Eco do Sul* juntou alguns representantes da intelectualidade local para colaborarem com a redação daquela edição especial. Em meio a tais textos ficava explícita a intenção de glorificar o passado, com destaque para “a figura de incontestável sobranceira do bravo lutador Silva Paes”. Nesse sentido, explicitava-se que, honrando “o velho, o glorioso e estupendo Portugal”, tantas vezes em face às potências civilizadas, erguendo a bandeira das conquistas, Silva Paes e “seus intrépidos auxiliares” teriam tomado o bastão da honra e do sacrifício, para imporem-se às láureas da História. Apontava-se ainda que Silva Paes fora o soldado lusitano e a alma-cérebro que incutira “na raça, o amor e o sacrifício pela terra nativa”.

O fundador da cidade foi qualificado ainda como “homem de grande valor”, cuja memória ressurgia “brilhantemente”. O jornal demarcava que

o presídio fundado por Silva Paes transformara-se na “bela cidade, laboriosa e culta”, a qual estaria a engalanar-se no dia em que passava o segundo centenário da sua fundação, prestando “justa e merecida homenagem” ao personagem em pauta. Deixando evidenciada a proposta de erguimento de um monumento referente ao ato da fundação, o periódico citava o intento de levantar-se uma estátua que mostrasse aos vindouros o reconhecimento dos rio-grandinos ao valoroso brigadeiro José da Silva Paes.

Outra folha diária rio-grandina, *O Tempo*, também dedicou espaço em suas páginas às comemorações do bicentenário¹¹⁵. Sob o título “Data memorável”, o editorial da publicação afirmava que aquela data assinalava a “primacial efeméride”, que marcava o segundo centenário do aportamento do brigadeiro Silva Paes naquelas plagas então ignotas. Especificando a evolução histórica citadina, o periódico destacava que, de presídio, acantonamento, aos primeiros dias, e, logo, povoado, depois vila, a localidade transformara-se, vindo a colocar-se ao lado das modernas cidades, acompanhando a marcha constante da civilização.

¹¹⁵ O TEMPO. Rio Grande, 19 fev. 1937, a. 31, n. 66, p. 1-6.

Já em matéria denominada “Horas de reflexão”, *O Tempo* dava a ideia de reforçar-se a memória em torno da figura de Silva Paes. Quanto ao fundador era enaltecida a sua “tenacidade”, uma vez que não esmorecera em sua ação, apesar das dificuldades atinentes aos meios de transporte e de víveres. A coluna demarcava que, como engenheiro, Paes teria profetizado um futuro brilhante para aquela terra recém-conquistada. Por tal previsão, teria sido chamado de idealista, mas, com a passagem dos anos, o tempo, como o melhor juiz, mostrara que o fundador tivera motivo de pensar da forma que o fizera desde a primeira hora, como estariam a mostrar os progressos citadinos. O jornal *O Tempo* também lançou mão do recurso de receber textos de colaboradores, escolhidos em meio à intelectualidade, cujos tópicos essenciais estiveram igualmente ligados à ação de Silva Paes.

A edição especial mais detalhada a respeito do bicentenário foi publicada pelo periódico *Rio Grande*¹¹⁶, que saudava a passagem de dois séculos de vida, considerada como vivida “intensamente, com honra, denodo e glória, amando e lutando, sofrendo e vencendo”. Apontava ainda que esses duzentos anos teriam sido de atividades espirituais,

¹¹⁶ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1937, a. 24, n. 36, p. 1-23.

de realizações morais e materiais, de esforços e trabalhos e lutas, contínuos e porfiados, cheios de zelos e cuidados, de perseverança e renúncia, a partir dos quais fora criado um imenso e opulento patrimônio de progresso e de civilização.

Mantendo o tom, o *Rio Grande* destacava que se tratava de um período de dois séculos de vida coletiva, vivida e sentida através das ascensões e dos declínios, das vitórias e derrotas, das venturas e vicissitudes. A folha enfatizava que o ato fundador de 1737 representara a fixação definitiva das fronteiras meridionais do Brasil, uma vez que o Forte Jesus, Maria, José não teria sido apenas a célula mater de uma cidade, mas também o alvéolo de um Estado. Nesse sentido, esclarecia que os postos avançados do estabelecimento militar marcavam alguma coisa mais que apenas as meras lindes de uma futura edilidade, estabelecendo também as fronteiras extremas de uma nova nacionalidade.

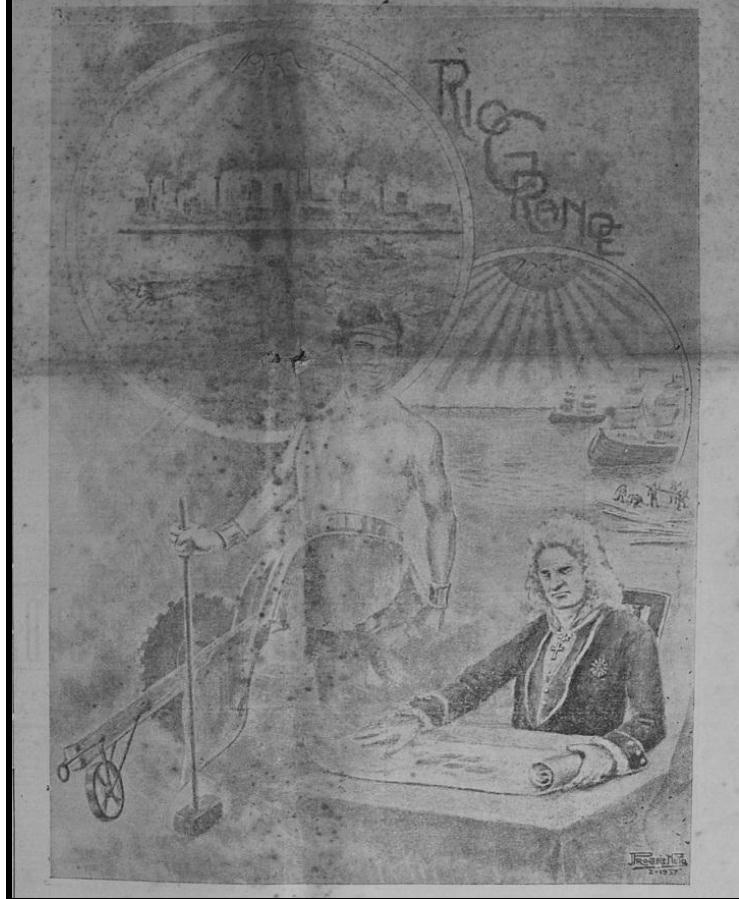
A ação de Silva Paes em 1737 era exaltada, a partir da justificativa de que ele não criara apenas uma fortificação e sim uma nova colônia e mais uma futura capitania lusitana, vindo a ampliar os domínios de Portugal na América. O fundador era qualificado como “intrépido, culto e tenaz delegado da confiança da Coroa Portuguesa”, pois firmara,

"com visão clara de estadista e pulso forte de soldado", a ocupação militar do porto e o povoamento civil do território do Rio Grande de São Pedro. A folha considerava que, no ato fundador, Paes tivera a "plena e integral concepção da magnitude", com a qual promovera a nacionalidade e os destinos futuros do território, até então indecisos na controvérsia especiosa dos tratados e na sorte incerta das armas.

De acordo com o *Rio Grande*, Silva Paes teria promovido o alargamento das fronteiras brasileiras, dando ao país uma "admirável defesa natural", representada pelas "virtudes pessoais, a bravura e a fé patriótica" do Rio Grande do Sul, o qual vinha sabendo manter sempre acesas essas qualidades dentro do mais franco e cavalheiresco espírito de cordialidade continental. Nessa linha, o periódico demarcava que as comemorações daquele bicentenário do "cometimento imortal de 19 de fevereiro de 1737" traziam consigo o enaltecimento da "bendita semente" lançada pela "mão predestinada" de Silva Paes, pois, a partir dela, fizera-se a "árvore milagrosa" que frondejara em "tão fecundas sombras" e desabotoara em "tão opimos frutos".

Diversos intelectuais colaboraram com a edição especial do *Rio Grande*, com colunas voltadas a abordagens históricas, historiográficas, biográficas e documentais. As matérias textuais eram acompanhadas de inserções iconográficas, entre as quais a figura de Silva Paes teve amplo destaque. Logo na primeira página do número especial aparecia Paes, sentado à mesa, estendendo um documento, em alusão ao planejamento de sua missão no Rio Grande. O fundador era ladeado por outra figura masculina, com instrumentos de trabalho, simbolizando a ação da população que contribuíra com a edificação da localidade. Ao fundo, surgia a representação do encontro do passado com o presente, ou seja, a chegada das naus portuguesas, em 1737, e os progressos citadinos, atingidos em 1937. A imagem de Silva Paes surgia também na divulgação do programa das festas concernentes às comemorações do bicentenário e em artigo contendo traços biográficos estabelecidos acerca do fundador.

1737 - O presidio do Rio Grande de São Pedro levanta á face da grandeza oceânica do Atlântico a afirmação universal da sua eterna brasiliade.
1937 - A cidade do Rio Grande celebra, em dois séculos de fé, trabalho e bravura, a grandeza do Rio Grande do Sul pela gloria eterna do Brasil.



reminiscências do século XVIII, em muito personalizadas na figura do fundador, José da Silva Paes, chegaram até mesmo na esfera federal, como foi o caso da confecção de um selo comemorativo à efeméride, o qual trazia a efígie do personagem em questão, ampliando a intenção de rememorar o 19 de fevereiro de 1737.



Meio século depois, a passagem dos duzentos e cinquenta anos dos primórdios da edificação do Rio Grande voltou a servir como mote para relembrar o ato fundador. Ainda que as comemorações não tenham sido tão efusivas como cinco décadas antes, houve uma mobilização para demarcar a efeméride, surgindo novamente a oportunidade para trazer à comunidade certas reminiscências do século XVIII. Mais uma vez a imprensa teve um papel fundamental em tal processo. Na época, continuava a circular o *Rio Grande* e, desde meados dos anos 1970, começara a ser publicado o *Agora*, cada qual com suas vertentes editoriais, mas mantendo a tendência do predomínio do informativo e da defesa dos interesses locais.

No editorial do *Rio Grande*¹¹⁷, intitulado “Um quarto de milênio”, o jornal indicava que o Rio Grande atingia tal tempo de existência, completando um jubileu, desde a chegada do brigadeiro José da Silva Paes e seus soldados para implantarem, no único ponto de acesso da costa do continente de São Pedro, um estabelecimento militar. De acordo com o periódico, os pioneiros habitantes do Rio Grande enfrentaram os piores momentos na terra inóspita, fustigados pela areia, batidos pelos ventos fontes e

¹¹⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1987, a. 74, n. 52, p. 2.

em permanente tensão diante das hostilidades da outra potência colonizadora, vizinha de sempre, na metrópole e nas colônias.

A publicação rio-grandina explicava que daquela decisão tomada em nome de interesses estratégicos, partira a ocupação do território rico e por isso cobiçado. Informava que bastaram dez anos para que o núcleo populacional originado do estabelecimento militar ganhasse porte capaz de merecer categoria de vila. Demarcava que, entretanto, o florescimento, sob a tensão permanente da vizinhança belicosa, teria um estancamento por ocasião da invasão espanhola, o qual só seria retomado a partir da reconquista de 1776.

Em nome da memória, o jornal conclamava os habitantes locais a cultuar e se orgulhar do passado, ao folhear as páginas da história daqueles duzentos e cinquenta anos. Também exortava os rio-grandinos a pugnarem, a fim de que os “valores maiores altos” continuassem elevados, sobrepujando as qualidades negativas, que por vezes surgiam localmente e, em outros casos vinha de fora para aboletar-se como “sanguessugas a praticar sangrias maléficas” no organismo do Rio Grande. Segundo a folha, seria preciso que se reconhecesse os valores

oriundos do pretérito, como exemplos para o presente.

Já o outro jornal diário da urbe portuária, o *Agora*, na edição que antecedeu a efeméride do bicentenário, anunciava as comemorações, com a inscrição “Rio Grande - 250 anos”, estampando no cabeçalho a gravura do Forte Jesus, Maria, José. No mesmo número¹¹⁸, a folha publicou o editorial “Dois séculos e meio”, no qual afirmava que, município “de grande tradição histórica”, dotado de características ímpares, privilegiado por sua posição geográfica, o Rio Grande dispunha “de todos os ingredientes capazes” de fazê-lo “uma terra de gente trabalhadora, operosa e honesta” e “um torrão de bem viver”.

A folha ressaltava que, com a fundação do Forte Jesus, Maria, José, sugira o primeiro núcleo de desenvolvimento e povoação portuguesa no extremo-sul do Brasil. Nesse sentido, demarcava que tal cidade bissecular, repleta de acontecimentos históricos de relevante significado, fora, por extensão, a semente inicial na formação do povo gaúcho, que só muitos anos depois viria a receber a contribuição dos imigrantes europeus de outras

¹¹⁸ AGORA. Rio Grande, 18 fev. 1987, a. 12, n. 3.392, p. 1-2.

regiões, que não os lusos. O jornal enfatizava ainda que pesquisadores e historiadores, “verdadeiros experts no assunto”, vinham investigando a fundo e com grande afinco lances e nuances do viver “de nossa gente em outras gerações”, por meio de trabalho exaustivo. Em relação a tais pesquisas, considerava que, se aparentemente não traziam nada de concreto, carregavam consigo um “inestimável valor”, como subsídio para o conhecimento das raízes rio-grandinas, ação fundamental, já que, “uma terra sem memória tem apenas metade de seu valor”.

A narrativa do periódico lembrava que, em 1737, com a chegada de Silva Paes, estavam sendo lançadas as bases sobre as quais se assentou a povoação, que viria a dar origem à vida, mais tarde elevada à categoria de cidade. Nesse sentido, demarcava que, à beira das águas, surgia o núcleo populacional inicial do Brasil em suas paragens sulinas, em atitudes que teriam sido carregadas de “muita bravura” na conquista de terreno, não só na luta contra as fortes intempéries da natureza, como também no embate constante contra o inimigo espanhol. O editorial demarcava ainda que, a partir da instalação do povoado original, de palmo em palmo, com o passar das décadas, fora “se firmando a civilização”, ramificada em seguida para outras

plagas, dando origem ao Estado Rio-Grandense, até chegar a sua configuração contemporânea.

De acordo com o *Agora*, na ocasião da data em pauta, a cidade, que recebera o “carinhoso cognome” de Noiva do Mar, completava dois séculos e meio de existência, efeméride considerada como “acontecimento histórico de raridade ímpar”. Na concepção do jornal, a passagem daquele aniversário seria um momento propício para que os filhos da terra reverenciassem “o passado glorioso” de seus “conterrâneos ilustres”, olhando também para o futuro, com vistas “ao engrandecimento cada vez maior de sua terra natal”. A folha anunciava para o dia seguinte “uma edição muito especial”, apontada como “a maior publicação jornalística já editada nesta terra”, a qual deveria servir de alguma forma como subsídio para que muitos rio-grandinos conhecessem melhor a terra em que viviam, bem como seu passado e seu presente.



A edição comemorativa do jornal *Agora*, publicada no aniversário citadino trazia a logomarca identificativa dos 250 anos, contendo a silhueta da Catedral de São Pedro e apresentava vários cadernos, voltados a abordar temáticas específicas. Dentre os segmentos em pauta, apresentou um “Caderno de História”¹¹⁹, no qual foram trazidas várias reminiscências acerca do século XVIII. Segundo o periódico, na existência da cidade refletiam-se passado, presente e futuro, “como em um mágico espelho”, no qual todos os tempos se fundiam em um só, trazendo consigo “um porvir sereno” para aqueles que fizeram “da paciência e da esperança um exercício diário de confiança no trabalho e na força de vontade”.



¹¹⁹ AGORA. Rio Grande, 19 fev. 1987, a. 12, n. 3.393, p. 1-12.

A publicação periódica rio-grandina ressaltava que, duzentos e cinquenta anos após o surgimento da cidade, e quase nos limiares de um novo século, se reportaria àquele longínquo ano de 1737, visando a uma retomada de fatos, pessoas e datas que marcaram e edificaram a urbe. Pretendia assim percorrer junto dos leitores “aqueelas sendas heroicas dos seus fundadores”, palmilhando, através da memória, os caminhos do seu progresso, os labirintos de suas lutas e dificuldades, até chegar ao presente. A folha qualificava tal jornada como uma rota de pioneirismo e desafio, uma estrada nem sempre perfeita, mas pontilhada, passo a passo, “pela coragem e entusiasmo” de seus habitantes.

De acordo com o *Agora*, a cidade espelhava o espírito de seus fundadores, a “garra” com que a arrebataram ao mar, aos inimigos naturais, aos espanhóis e a todas as vicissitudes. Considerava ainda que o Rio Grande refletia a vitória do homem sobre o elemento natural, por meio de “sua força e seu idealismo”, de modo que constituía uma herança daqueles “heroicos desbravadores portugueses” às gerações posteriores. Apontava também que o “intrépido colonizador português” tatuara na alma e nas feições dos rio-grandinos, os “traços de sua coragem, de seu espírito pioneiro”, os quais estariam

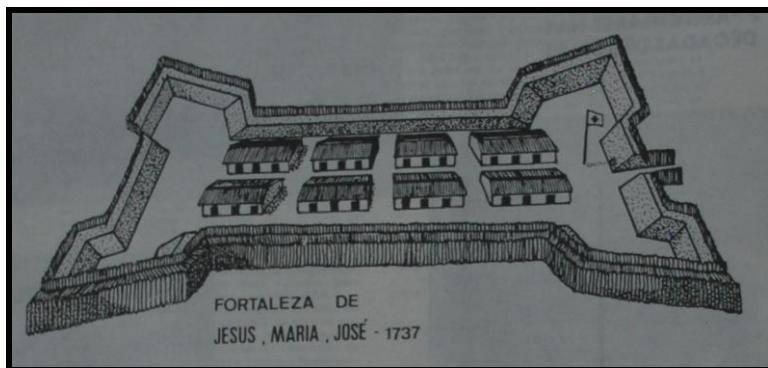
mesclados “à doçura antiga e serena de um povo alegre, gentil e romântico”.

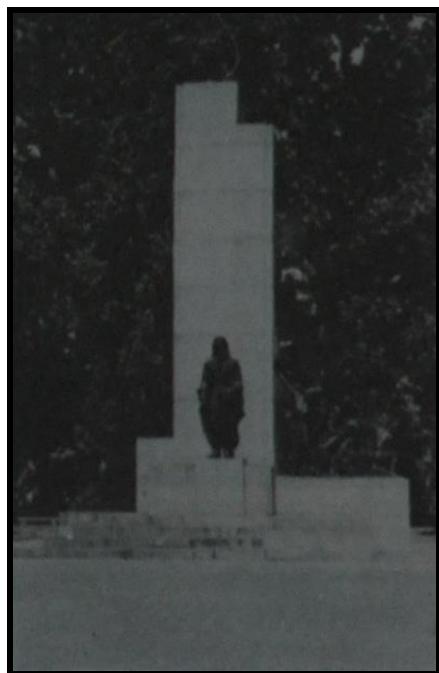
Ainda em referência a Portugal, o jornal considerava que os filhos do solo citadino traziam no sangue a herança milenar que fizera dos “seus ancestrais, navegadores e desbravadores tão audazes”. Demarcava que a comuna portuária estava a completar dois séculos e meio de história, tornando-se ao longo desse tempo um berço de “cidadãos ilustres”, históricas praças e monumentos, tradicionais construções, que ainda guardavam em si os traços dos fundadores. Também a respeito da efeméride, o periódico exaltava que, sob o calor do sol e o abraço do oceano, naquelas distantes paragens do Brasil, 250 anos de história teriam deixado a sua marca nas pedras das calçadas, nos monumentos, em tudo que viria a constituir o Rio Grande.

A abordagem histórica do *Agora* trazia detalhes das primeiras incursões lusas às terras gaúchas e enfatizava os episódios que marcaram tal devir histórico, desde a expedição de Silva Paes, passando pela fundação do povoado, pela sua evolução, pela invasão espanhola, chegando até a reconquista portuguesa. As matérias eram complementadas por registros iconográficos que

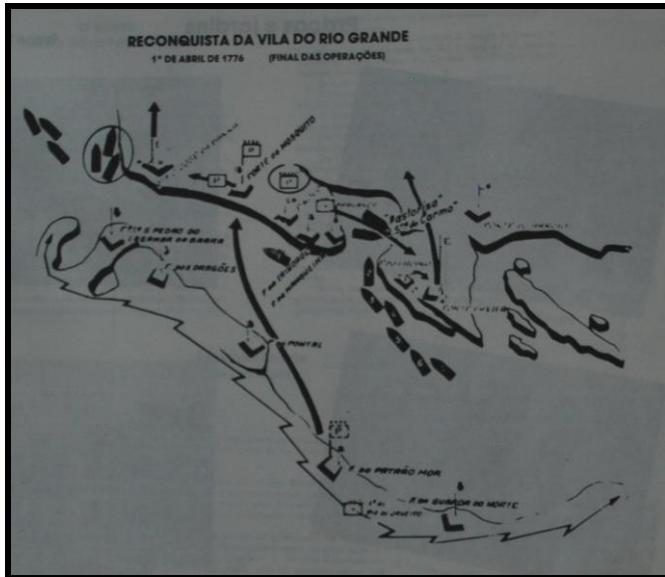
estampavam a paisagem citadina na virada para o século XIX, um quadro retratando a chegada dos fundadores pertencente ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense, a representação da Fortaleza de Jesus, Maria, José, o monumento a Silva Paes, inaugurado em 1939, a fotografia da Catedral de São Pedro e o plano de reconquista da Vila, em 1776. Até mesmo as propagandas estampadas nas páginas do jornal faziam alusão à data comemorativa, como aquela que estampava o desenho do fundador.







ENSAIOS ACERCA DA INCORPORAÇÃO DA PORÇÃO EXTREMO-MERIDIONAL DA AMÉRICA
PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII - PROCESSO HISTÓRICO E REMINISCÊNCIAS



**RIO GRANDE, 250 ANOS
QUE DERAM CERTO!**

Foi em 19 de Fevereiro de 1737 que aqui chegou o Brigadeiro José da Silva Paes. A partir do erguimento do Forte Jesus, Maria, José o Progresso tomou conta desta terra, através de lutas e força de vontade de nosso povo. E nós da Guanabara Veículos continuamos integrados ao progresso do Rio Grande. 11 anos que temos deram certo, servindo a comunidade através da linha «GENERAL MOTORS». No momento em que esta terra completa 250 anos, não poderíamos deixar de registrar aqui nossos sinceros votos de otimismo e confiança no futuro. Nossa intenção é sempre a mesma: desejamos que o ser supremo dê força a todos os segmentos da nossa comunidade para que consigamos ultrapassar as barreiras do dia a dia. Parabéns Rio Grande e sua gente pelo seus 250 anos.

Moto Jeans Guanabara

Guanabara Veículos

GUANABARA PEÇAS & ACESSÓRIOS

**Guanabara Veículos
DEPARTAMENTO AGRÍCOLA**

Assim, as datas históricas transformaram-se em marcos comemorativos, com a criação de rituais para que a sociedade se envolva e participe de maneira específica do processo de rememoração. Desse modo, as sociedades estabeleceram a partir dessas datas um referencial importante, utilizadas pelo poder, marcadas em pedras, placas de bronze, em documentos assinados e todos eles datados, de modo que elas passaram a ser transformadas em eventos. Tais efemérides tornam-se datas símbolos, assumindo uma função política essencial¹²⁰. Os 200 e 250 anos da fundação da cidade do Rio Grande estiveram muito a contento com tais pressupostos, levando a um olhar para os Setecentos e para as origens lusitanas da mais antiga comunidade sul-rio-grandense.

¹²⁰ BITTENCOURT, p. 12.

A História revisitando os Setecentos

A passagem do bicentenário da fundação da cidade do Rio Grande, dentre as tantas atividades executadas, trouxe a realização de um evento de cunho intelectual, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Esse tipo de instituição teve um papel relevante no Brasil da época, ao promover a pesquisa histórica e lançar os fundamentos de um sistema de investigação¹²¹. Em meio aos temas debatidos durante tal Congresso comemorativo, o século XVIII esteve entre os assuntos mais revisitados.

O IHGRGS tinha por finalidade promover um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a história e a geografia do Rio Grande do Sul. Pretendia preencher uma sensibilíssima lacuna no meio intelectual sul-riograndense, contando com o “precioso apoio moral do patriótico e esclarecido” governo estadual¹²². Tal

¹²¹ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. p. 41.

¹²² COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, a. 1, 1º trim., Porto Alegre, 1921, p. 6-7.

pretensão quanto ao apoio das autoridades governativas viria a confirmar-se, de modo que, as manifestações do Instituto passariam a caracterizar-se praticamente como um discurso oficial da historiografia sulina.

Especificamente quanto à formação histórica rio-grandense, o IHGRGS visava a exaltar a “história de lutas heroicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade”. Buscava também estudar o “anseio pela conquista da liberdade pública”; a “secular vibração patriótica em face dos inimigos da pátria”; e a “admirável evolução pacífica das instituições privadas e políticas”. Segundo tal perspectiva, todos esses enfoques estariam a exigir o aparecimento de “inteligências capazes de, pela evocação do passado, melhor preparar o futuro do idolatrado Rio Grande”¹²³. A partir de tais anelos, o “fazer história” concernente aos membros do Instituto, que marcou a realização do Congresso acerca do bicentenário, foi profundamente caracterizado por um espírito patriótico, pelo enaltecimento dos tempos pretéritos e pela heroicização dos personagens.

¹²³ COLGOR, p. 6.

O I Congresso Sul-Rio-Grandense, em setembro de 1935, ocorrerá por ocasião de outra efeméride o centenário da Revolução Farroupilha, ao passo que o II Congresso visou a homenagear “in loco” o bicentenário da fundação do Presídio do Rio Grande de São Pedro, origem da cidade e da existência política do Rio Grande do Sul. Por ocasião do evento, diversos integrantes da intelectualidade rio-grandense-do-sul visitaram a cidade portuária, sendo o Congresso instalado no edifício da instituição educacional citadina, o Ginásio Lemos Júnior, com presença de significativo público¹²⁴.

Foi também o IHGRGS que organizou o Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, em comemoração ao bicentenário da fundação da cidade do Rio Grande, evento do qual resultou a publicação dos anais, editado em três volumes, perfazendo um total de 1.281 páginas. Logo na abertura do 1º volume dos Anais, a Presidência do IHGRGS destacava que a cidade do Rio Grande deliberara comemorar solenemente o segundo centenário da chegada do brigadeiro José da Silva Paes, que, em 1737, transpusera a perigosa barra, ancorando seus navios para desembarcar e fundar o Presídio Militar de Jesus, Maria, José, e, a partir daí,

¹²⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 19 fev. 1987, a. 74, n. 52, p. 2-3.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil



**ANAIIS DO SEGUNDO CONGRESSO
DE
HISTORIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE**

VOL. I

1937

Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

ENSAIOS ACERCA DA INCORPORAÇÃO DA PORÇÃO EXTREMO-MERIDIONAL DA AMÉRICA
PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII - PROCESSO HISTÓRICO E REMINISCÊNCIAS

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil



**ANAIIS DO SEGUNDO CONGRESSO
DE
HISTORIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE**

VOL. II

1937
Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Instituto Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul — Brasil



**ANÁIS DO SEGUNDO CONGRESSO
DE
HISTÓRIA E GEOGRAFIA
SUL RIO-GRANDENSE**

VOL. III

1937

Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

animou a fundação da povoação que originaria a grande cidade industrial e o porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul¹²⁵.

O Instituto esclarecia ainda que a comuna portuária tinha deliberado organizar uma série de atividades festivas, para celebrar “o feito” de Silva Paes, as quais contaram com ampla participação do público. Convidado para participar de tais comemorações, o Instituto passou a organizar, desde setembro de 1936, o 2º Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, estabelecendo um programa de teses adequado aos fatos que constituíam “a glória” do brigadeiro José da Silva Paes, bem como as consequências delas resultantes para o território que viria a constituir o Estado do Rio Grande do Sul. A direção do IHGRGS destacava que a iniciativa fora coroada do maior sucesso, com a realização do Congresso na mesma semana das comemorações, pois despertara o maior interesse da sociedade local, sempre presente às sessões,

¹²⁵ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 5.

acompanhando com “viva simpatia” o desenvolvimento dos trabalhos¹²⁶.

Nessa linha, a Presidência do Instituto considerava que a instituição alcançara “uma brilhante vitória”, ao promover o evento que, “sem dúvida alguma”, constituiu uma “valiosa contribuição” nas comemorações efetuadas pela cidade do Rio Grande para celebrar o bicentenário de sua fundação. Segundo tal perspectiva, a publicação dos Anais serviu para perpetuar a contribuição do Instituto, ao contar com a benemerência dos estudiosos signatários das teses e memórias, as quais atestariam aos vindouros o “valor intelectual” dos contemporâneos do bicentenário, assim como a “magnífica situação de cultura espiritual” nessa fase da vida da cidade do Rio Grande¹²⁷.

A regulamentação do 2º Congresso¹²⁸ previa as condições de participação e definia as temáticas que seriam enfocadas durante o evento, com ampla

¹²⁶ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 5-6.

¹²⁷ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 6-7.

¹²⁸ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 11-17.

predominância de assuntos concernentes ao século XVIII:

I – O território

Aspecto físico e geral (Potamografia, Linografia, Orografia, Geologia, Clima)

II – Integração do território

- a) As Bulas
- b) Os Tratados de Limites
- c) Estudos da mapoteca da época (1500-1809)

III – Ocupação do litoral

- a) Primeiras explorações
- b) Informações sobre a terra
- c) Ocupações particulares. As primeiras fazendas. A fixação dos açorianos
- d) Ocupação oficial. Fortificações. Primeiros núcleos de povoamento (1737-1809): origens do municipalismo

IV – Ocupação do interior

§ 1º – Os jesuítas

- a) As primeiras reduções fundadas
- b) As incursões dos bandeirantes

- c) A família indígena cristianizada
- d) O abandono do Rio Grande pelos loiolanos
- e) Missões Orientais

§ 2º – Paulistas, lagunenses e colonistas

V – O povo rio-grandense

- a) O indígena
- b) O elemento branco
- c) O negro

VI – O Governo Independente

§ 1º – Como foi estabelecido esse governo

§ 2º – Vida econômica do Rio Grande em 1737

- a) Geobiologia
- b) Ecologia agrícola
- c) Riquezas do subsolo
- d) Agricultura, indústria e comércio

VII – Biografias, estudos das figuras de maior atuação na vida do Rio Grande do Sul desde os seus primórdios até 1809.

Os administradores do IHGRGS garantiam que as comemorações do bicentenário revestiram-se

de “excepcional brilhantismo”, ressaltando também a “magnificência inquestionável” do 2º Congresso naquele âmbito festivo. A sessão de instalação do evento ressaltava a ação do fundador do Presídio Militar, em 1737, com a função de proteger e amparar a povoação do território sulino, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do povoado, que viria a transformar-se em vila e depois cidade¹²⁹.

Dessa maneira, na abertura do evento, a direção do Instituto especificava que o 2º Congresso servia como uma homenagem: a Silva Paes e aos “seus bravos comandados”, pioneiros da incorporação desta terra à civilização brasileira e lusitana em 1737; aos antepassados, povoadores do “belo recanto do Rio Grande”, que teriam contribuído com o seu trabalho para o progresso e desenvolvimento da obra iniciada pelo brigadeiro Silva Paes; e à geração presente, que estaria a trabalhar no sentido de melhorar a obra dos antepassados, para transmiti-la a seus filhos, “mais

¹²⁹ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 19, 22 e 24.

rica, mais civilizada e mais valiosa”, no concerto da civilização do Rio Grande do Sul e do Brasil¹³⁰.

A organização do evento enaltecia ainda os esforços despendidos, que teriam sido naturalmente compensados pela “íntima alegria da consciência cívica do dever cumprido” por parte do IHGRGS, com a “perfeita compreensão dos homens de inteligência e de ação, de cultura e de esforço” e dos “sentimentos de fraternidade estadual e de ufanía nacional”. Ressaltava ainda que as atividades comemorativas tiveram em suas hosanas a intenção de perpetuar a figura de José da Silva Paes, para “libertar da morte”, aquele que dera vida à comuna, bem como sagrar e imortalizar o nome do personagem, refletido na “grandeza imensa de sua obra”, com a criação do Rio Grande do Sul e a ampliação do Brasil. Assim, a ação do Instituto serviria para coroar as comemorações do bicentenário da “conquista imortal do imortal Silva Paes”, promovendo-as a partir das “luzes do saber e do civismo”¹³¹.

¹³⁰ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 26 e 28.

¹³¹ ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 31-32.

As sessões do 2º Congresso foram promovidas a partir da apresentação e apreciação de trinta e cinco teses¹³², envolvendo enfoques diversos, com predileção pelas temáticas atinentes aos Setecentos:

- A estrutura da Serra nas bacias do Caí e do Rio dos Sinos
- As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul
- Terra do gaúcho
- As bulas e os tratados de limites
- El Rio Grande do Sul en la Mapoteca
- A família guarani cristianizada
- A estrada da Laguna ao Rio Grande
- Expedición de Don Pedro de Cevallos al Rio Grande y Rio de la Plata
- A epopeia das fronteiras perante o direito internacional
- Justificación in extenso de algunas noticias sobre el marechal Jacques Funck
- O rincão de Pelotas

¹³² ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 33-37.

- Tropeiros
- O Rio Grande de São Pedro na visão de José da Silva Paes
- A formação do Regimento de Dragões do Rio Grande de São Pedro
- A Revolta dos Dragões do Rio Grande
- A formação dos Dragões e os primeiros Osórios do Rio Grande
- Fundação do Rio Grande
- Fortificações do canal e cidade do Rio Grande
- O Forte de Santa Tecla
- A trincheira de Castilhos (O Forte de Santa Teresa)
- La devoción de Gomes Freire de Andrade a Santa Teresa en *Jubilos da America*
- Primeiros núcleos de povoamento do Rio Grande do Sul (origens do municipalismo)
- Na Guerra Guaranítica
- As primitivas reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul (1626-1638)
- A Bandeira de Aracambi
- Os lagunistas e Silva Paes
- Aspectos da formação rio-grandense

- O povo rio-grandense
- A vegetação do atual Estado do Rio Grande do Sul no século XVIII
- Escorço biográfico de José da Silva Paes
- O governo de José Marcelino de Figueiredo no continente de São Pedro, 1769-1780
- O professor Tomaz Luiz Osório Filho, pioneiro da instrução no Rio Grande do Sul
- Vocabulário dos pescadores do Rio Grande do Sul
- A flora medicinal no herbário do Ginásio Anchieta
- Concurso das congregações religiosas para a formação cultural do povo rio-grandense

Assim, a fundação dos Institutos Históricos teve um significativo papel na realização da pesquisa histórica, além de também ter propiciado um caráter acadêmico preponderante, por vezes propenso aos trabalhos mais ornamentais e sociais, como comemorações, necrológios, elogios históricos, conferências e discursos¹³³. Ao promover o evento e a publicação dos Anais do Segundo Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, o IHGRGS

¹³³ RODRIGUES, p. 37.

exerceu um misto entre as citadas pretensões, pois, ao mesmo tempo colaborou para o levantamento de fontes e informações sobre o passado, como também estimulou a glorificação do pretérito e o enaltecimento dos indivíduos, na busca por elevá-los à categoria de heróis, bem de acordo com os princípios nacionalistas que ganhavam corpo naquela segunda metade da década de 1930. A partir desses vieses, os Setecentos foram revisitados e divulgados pelo Congresso que, em seu conjunto, se esforçou para exaltar a efeméride em pauta.

Memórias do século XVIII em pedra e metal: representação monumental do ato fundador

Os monumentos estatuários são erguidos em nome da recordação de personagens e/ou acontecimentos históricos junto à memória coletiva. O maior intento desse tipo de homenagem constitui a perpetuação em pedra e/ou metal daquele ou daquilo que se deseja venerar. A ideia fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os denominados feitos do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica. A arte estatuária possui um sentido e um alcance tamanhos, os quais a transformam em um documento de extremo valor para a interpretação do passado¹³⁴.

Tal representação artística tem, portanto, forte influência no processo de construção da memória, a qual, por sua vez, é constituída por acontecimentos vividos pessoalmente ou socialmente e pela presença de pessoas ou personagens pertencentes ao mesmo

¹³⁴ DUBBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 136-137.

espaço-tempo ou conhecidas indiretamente e, por último, pelos lugares¹³⁵. Dentre as tantas atividades propostas nas comemorações da passagem dos dois séculos de fundação do Rio Grande, uma delas foi a do erguimento de um monumento em homenagem a Silva Paes e ao ato fundador. Tal proposição de fevereiro de 1937 viria a ter a sua culminância três anos depois, com a materialização da arte estatuária. O jornalismo citadino repercutiu a inauguração do monumento, bem como refletiu sobre o seu processo de criação.

O *Tempo* estampava um retrato do brigadeiro José da Silva Paes, apresentando-o como fundador do Presídio de São Pedro, apontado como origem do Estado do Rio Grande do Sul, explicitando que o “povo altivo” da cidade marítima, em um “preito de civismo”, imortalizara o nome do militar luso na “glória perpétua” do bronze e do granito, com o “soberbo monumento” que Carpinelli criara, para o “orgulho da gleba”, que avançava para o porvir, seguindo o seu “destino glorioso”. Aparecia também uma fotografia da maquete do monumento,

¹³⁵ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p. 201-202.

considerado como uma “magnífica e impressionante concepção” do escultor¹³⁶.



¹³⁶ O TEMPO. Rio Grande, 5 mar. 1939, a. 33, n. 71, p. 1. A qualidade das fotografias no original não era boa.

Sob o título “Mais uma obra de arte para o Rio Grande”, *O Tempo* noticiava a inauguração do “bronze magnífico” que viria a perpetuar a “memória gloriosa” do brigadeiro Silva Paes, identificado como fundador do Rio Grande e patriarca do Rio Grande do Sul. A estátua era qualificada como uma “obra de arte admirável”, que serviria para tornar o Rio Grande a mais rica cidade em monumentos. O periódico descrevia os atos inaugurais, referindo-se à presença das autoridades e aos discursos proferidos e destacando que, junto ao público presente, o monumento causara “admirável impressão”, pela sua “beleza imponente”. Em conclusão, a folha dizia que a cidade portuária poderia apresentar, a partir de então mais uma “joia artística”, entre as muitas que já a ornavam¹³⁷.

O *Rio Grande* apresentava a manchete “A gratidão de um povo expressa no bronze da tradição”¹³⁸, ao destacar que, satisfazendo a sua consciência e alegrando o seu coração, a cidade estaria a saldar a sua dívida para com José da Silva Paes, apontado como o fundador do Rio Grande do Sul. A reprodução fotográfica da maquete do

¹³⁷ O TEMPO. Rio Grande, 5 mar. 1939, a. 33, n. 71, p. 4.

¹³⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1. A qualidade da fotografia no original não era boa.

monumento ilustrava a página. A folha lembrava a efeméride do 19 de fevereiro, a qual deveria trazer consigo uma “homenagem altamente expressiva” em relação à “figura ciclópica” do brigadeiro Silva Paes, que viera para o sul do Brasil para realizar a povoação de feição militar, da qual resultara a “florescente cidade, boa e bela” do Rio Grande.



Segundo a matéria do *Rio Grande*, o monumento em pauta tinha por intento homenagear aquela “figura primacial” da História do Rio Grande do Sul, pois a Paes era devida à fundação da terra gaúcha, com o ingresso do Estado sulino “no conjunto de todos os elementos constitutivos da pátria brasileira”. Era data ênfase à “obra gigantesca”, aos “dotes morais” e à “incomparável compreensão e observância do sentimento patriótico” do fundador, sendo-lhe dedicada a “mais sincera reverência à sua sagrada memória”. Também ficava exalçada a “odisseia de trabalho e de dedicação”, bem como os “dotes de inteligência, perseverança, patriotismo e amor” do “imortal Silva Paes”, o qual estaria a merecer os aplausos das diversas gerações do pretérito, do presente e do futuro.

O tom laudatório quanto ao fundador era mantido, a partir da perspectiva de que ele teria transformado “herculeamente” a areia ardente e sáfara em “terra opima e fecundante”, assim como mudara a solidão e o silêncio daquele extremo do país, na “vida tumultuosa e progressiva”, que estaria a caracterizar a cidade do Rio Grande naquele final dos anos 1930. Na mesma linha, o jornal demarcava que a ação de Silva Paes também servira para trocar

“a treva do nada pela luz forte do progresso”. Dessa maneira, segundo o periódico, Paes teria aureolado “de imortalidade” e nimbado “de glória” o seu nome, dilatando a terra vidente de Santa Cruz, impondo “potentemente à admiração do mundo inteiro a lindeza sem par do meritoso e incomparável Brasil”. Em conclusão, a folha rio-grandina exortava pela “honra” à memória e “glória” à obra de Silva Paes.

A origem do projeto da edificação de um monumento a José da Silva Paes se dera ainda em fevereiro de 1937, por ocasião dos festejos do bicentenário da fundação do Rio Grande, quando foi lançada a pedra fundamental da obra monumental¹³⁹. Para tanto, foi organizado um

¹³⁹ O jornal rio-grandino *A Luta*, de 23 de fevereiro de 1937, assim noticiava a colocação da pedra fundamental do monumento a Silva Paes: “Como se sabe, esta parte era o mais forte imperativo do bicentenário. Não se podia comemorar a chegada do emérito brigadeiro sem que se erguesse, na terra que ele visitou e defendeu a sua estátua imponente. Por ela se bateram diversos escritores e pelo seu levantamento muito trabalhou, sabemos, a denodada Comissão de Festejos da cidade. A pedra fundamental, na Praça Xavier Ferreira, parte fronteira à Prefeitura Municipal, foi assentada, solenemente, a 21 do corrente, domingo, às 18,30 horas, tendo a cerimônia reunido ali uma compacta e incalculável multidão. O ato teve, pela sua magnitude, uma significação alta, destacada, brilhantíssima e profunda, constituindo a cúspide do programa das comemorações. Por isso, na tarde domingo, ao local, no

concurso lançado para todo o Brasil, com a formação de uma comissão específica para julgar as propostas estatuárias apresentadas. Inscreveram-se oito concorrentes, dois de São Paulo, cinco de Porto Alegre e um do próprio Rio Grande. Dentre eles, os melhores colocados foram os escultores Antônio Caringi, Matteo Tonietti e Humberto Carpinelli, cabendo a vitória a este último. O vencedor teve o seu projeto avaliado como “soberbo conjunto”, tendo realizado o monumento, “em rigorosa obediência a todos os compromissos atinentes” às expectativas dos idealizadores da homenagem. Carpinelli nascera

coração da cidade, acorreu toda a multidão em festas, levando a sua homenagem de saudade ao imortal fundador do velho Presídio. O representante do Governo do Estado, Prefeito Municipal, membros do Instituto Histórico, comissão do Congresso de História e Geografia, autoridades militares, civis e eclesiásticas, comissões de instituições pias e associativas, cônsules, representações do comércio e indústria e enfim o povo, por todas as camadas, todos vieram assistir, no pagamento de uma grande dívida, ao lançamento da pedra fundamental da estátua do patriarca. (...) O ilustre orador produziu uma peça histórica eloquente emocionante e profunda, perfeitamente digna de sua erudição e do feito de Silva Paes. (...) A figura de Silva Paes, os seus feitos, a expressão modeladora da sua previdênciaria, a sua visão de administração, o sentido moral da sua empresa, surpreendente e bela, tudo veio até nós, no relevo criador de uma palavra profética, como uma redenção e como uma apoteose”. Citado nos ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, v. 1, p. 58-59.

em São Paulo e dedicara-se desde cedo à arte estatuária. Autodidata, compartilhou experiências com “artistas famosos” e confabulou “com mestres”, além de promover significativa leitura, atingindo uma prática que o levaria a conquistar certo renome em seu meio. Na cidade do Rio Grande, além do monumento a Silva Paes, foi também autor da estátua que homenageou Marcílio Dias, militar riograndino morto durante a Guerra do Paraguai¹⁴⁰.



**Maquete do Monumento a Silva Paes apresentada pelo
escultor Antônio Caringi** – Jornal *Rio Grande*, 19 fev. 1937, p. 10

¹⁴⁰ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.



Maquete do Monumento a Silva Paes apresentada pelo escultor Matteo Tonietti – Jornal *Rio Grande*, 19 fev. 1937, p. 15

A modelagem e execução da estátua foram executadas em São Paulo, sendo a fundição do bronze, considerada como “de uma nitidez e de um acabamento impecável, primando pela delicadeza das formas”. O bronze foi realizado pela Fundição Ângelo Ripamonti, de São Paulo, ao passo que a parte granítica, toda composta de pedra rósea, foi efetivada pela firma porto-alegrense Keller e Santos¹⁴¹. A composição do monumento foi

¹⁴¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 4.

concebida a partir de uma coluna de granito róseo, com 10 metros de altura, sobre sólida plataforma, enriquecida por original escadaria, em um dos ângulos, tudo apresentando “linhas modernas e apreciáveis”. O conjunto da obra de arte apresenta as dimensões de 7,50 metros de frente, por 6,50 metros de fundo¹⁴².

Ao centro do monumento fica a “imponente figura” do brigadeiro José da Silva Paes, medindo 2,50 metros. O personagem retratado apresenta uma “compostura rigorosamente militar, de absoluto respeito”, reproduzindo “com inteira fidelidade” os registros iconográficos existentes acerca de Paes¹⁴³. Na expressão estampada na estátua do fundador ficaria ressaltada “de forma prodigiosa, toda a força criadora da arte de Humberto Carpinelli”. Também chegou a ser considerado que, em tal imagem, “a alma artística do escultor se agiganta e se afirma de forma impressionante”, uma vez que, “nos mínimos detalhes”, o autor teria plasmado “com maestria, uma mistura harmoniosa de beleza e realidade, de

¹⁴² RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.

¹⁴³ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.

perfeição e elegância” e “de arte, expressão e vida”¹⁴⁴.

A parte lateral do monumento era descrita como marcada por um “formoso simbolismo” e uma “concepção de rara felicidade por parte de Carpinelli”, que poderia orgulhar-se do trabalho realizado. Tal grupo compõe-se de sete figuras de bronze, com dois metros de altura, cada uma delas carregando em si determinada simbologia¹⁴⁵. Em primeiro plano aparecem duas figuras, uma das quais recolhe armas caídas pelo chão, enquanto a outra levanta um marco no qual se vê gravada a data de 19 de fevereiro de 1737, em referência à *Fundação*. Já uma outra figura encontra-se tombada sobre a roda de um canhão, representando o *Sacrifício*, sendo a mesma amparada por outra que simboliza a *Fraternidade*. O conjunto é completo por mais três figuras, duas delas plantando uma bandeira, como alegoria à *Conquista*, enquanto a terceira aponta para

¹⁴⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 4-5.

¹⁴⁵ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.

o estandarte e com ela “cobrindo o herói numa configuração sublime” do *Patriotismo*¹⁴⁶.

Na face superior da principal coluna de pedra do monumento, acima da figura central, está gravada em baixo-relevo, garnecido de lâminas douradas, a inscrição “brigadeiro José da Silva Paes”. Já na parte lateral do bloco granitado aparece o brasão de armas do militar homenageado, cujo desenho veio especialmente de Portugal, por solicitação da Biblioteca Rio-Grandense, de maneira que, a partir do rascunho enviado, foi feita a ampliação que serviu de modelo ao que figura no monumento¹⁴⁷. A inclusão de tal brasão aparecia como um complemento do conjunto monumental e não figurara no projeto original. Ainda assim teria servido para “enriquecer a obra” e revelar, ao mesmo tempo, “o esmero, o capricho, a boa vontade, a solicitude, o desejo de agradar e o zelo profissional” do autor, o qual não teria medido sacrifícios, para

¹⁴⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 5.

¹⁴⁷ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 5.

desempenhar “de forma altamente elogiável a árdua incumbência” que lhe fora entregue¹⁴⁸.

Segundo a imprensa local da época da inauguração, o conjunto monumental viria a constituir “um dos mais flagrantes característicos da beleza material do Rio Grande”, bem como uma “expressão altamente aplaudível da elevação de sentimentos da população local”¹⁴⁹. Considerava-se ainda que a concretização de tal projeto estatuário constituía “uma pública e eterna, indestrutível e expressiva homenagem de gratidão” ao “imortal” brigadeiro Silva Paes. O monumento era apontado também como um “espontâneo testemunho de reconhecimento ao serviço de incomparável relevância” promovido “por aquele sobranceiro vulto da História à formosa e hospitaleira terra brasileira”¹⁵⁰.

Além do jornalismo citadino, tal inauguração foi apresentada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, trazendo registros iconográficos da estátua do brigadeiro, do brasão de armas de José da Silva Paes e do pronunciamento de discurso do representante do próprio Instituto,

¹⁴⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.

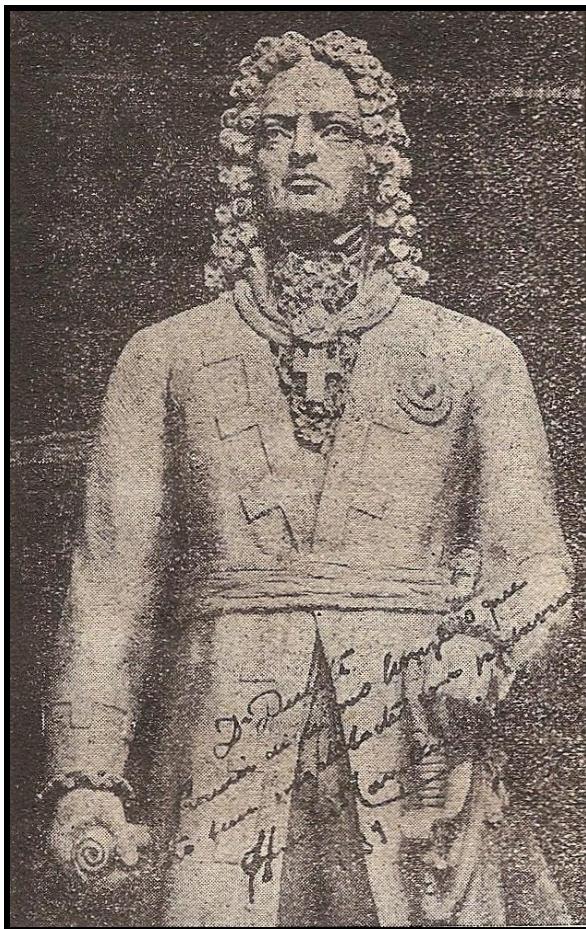
¹⁴⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 1º mar. 1939, a. 26, n. 46, p. 1.

¹⁵⁰ RIO GRANDE. Rio Grande, 3 mar. 1939, a. 26, n. 47, p. 2.

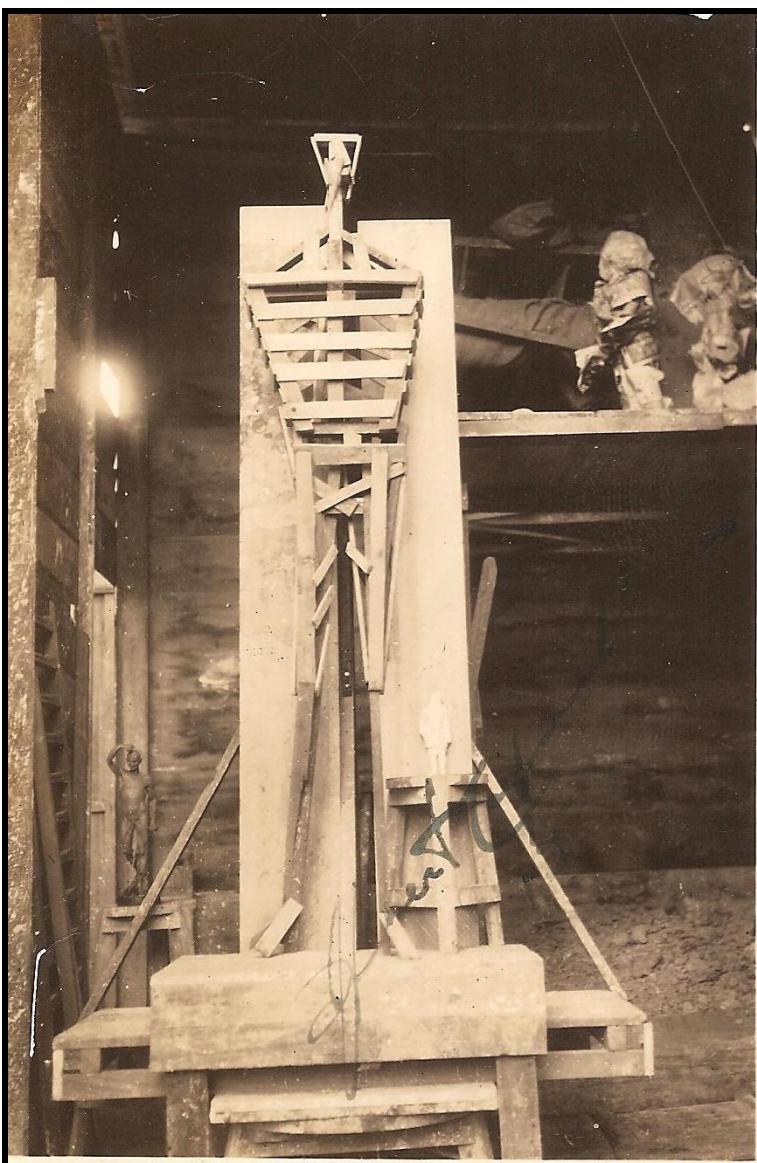
proferido diante do público, por ocasião do ato inaugural¹⁵¹. Também o escultor, Humberto Carpinelli, providenciou a realização de registros fotográficos acerca de todo o processo de construção do monumento, mostrando: os trabalhos em sua oficina, deixando-se autorretratar, assim como seus auxiliares; a maquete do monumento, vitorioso no concurso; as figuras simbólicas; e a estátua de Silva Paes, desde o molde original, até a edificação definitiva da obra¹⁵².

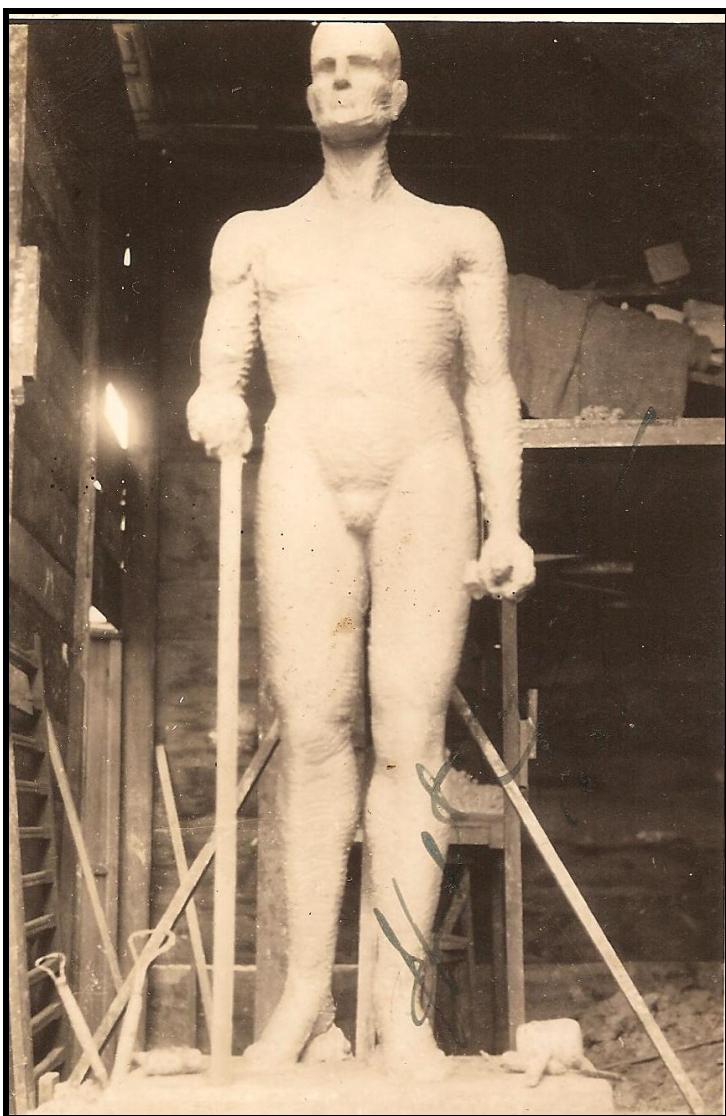
¹⁵¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. 19, 1º trim., 1939 p. 6.

¹⁵² As fotografias da edificação do monumento no ateliê de Humberto Carpinelli pertencem ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense.











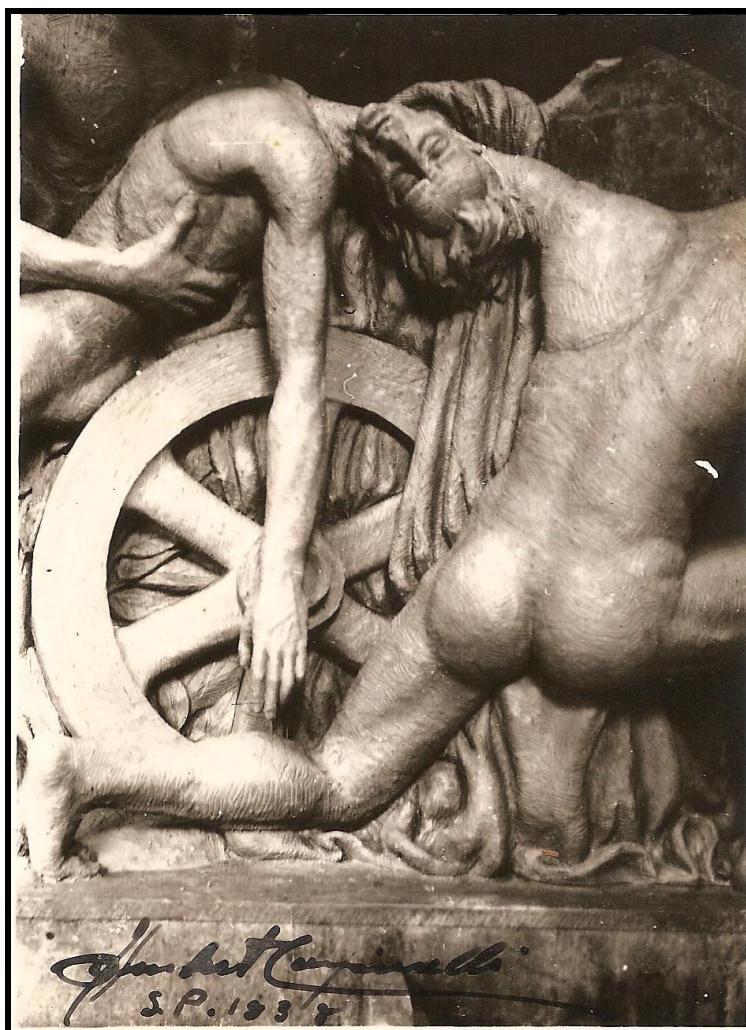




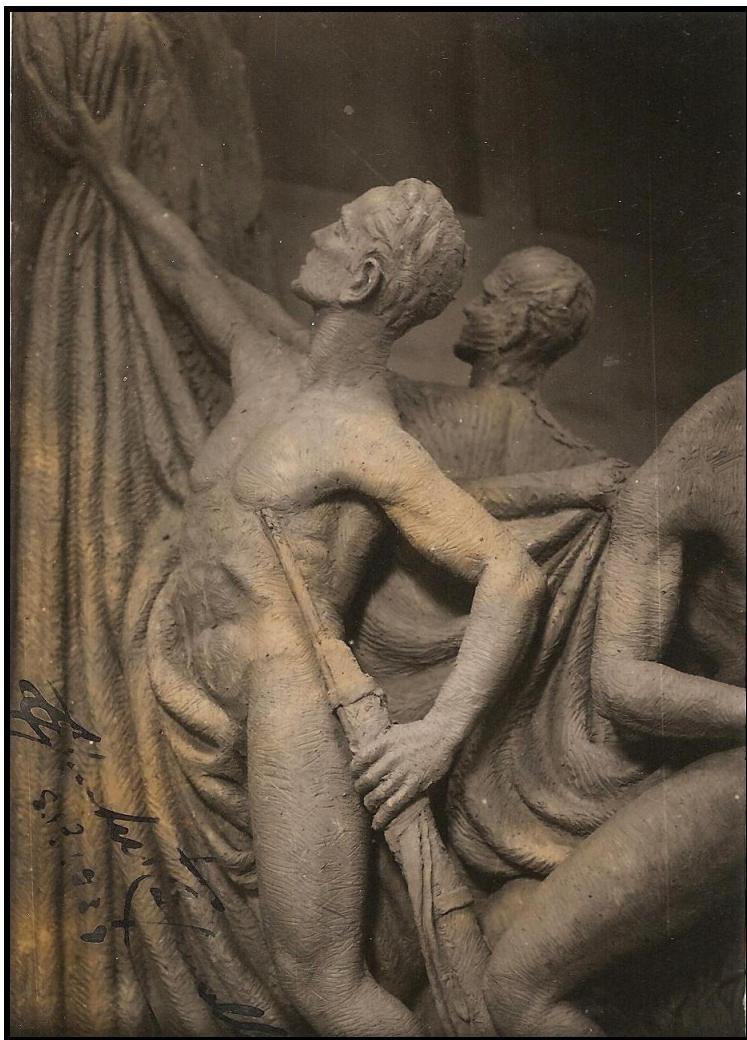




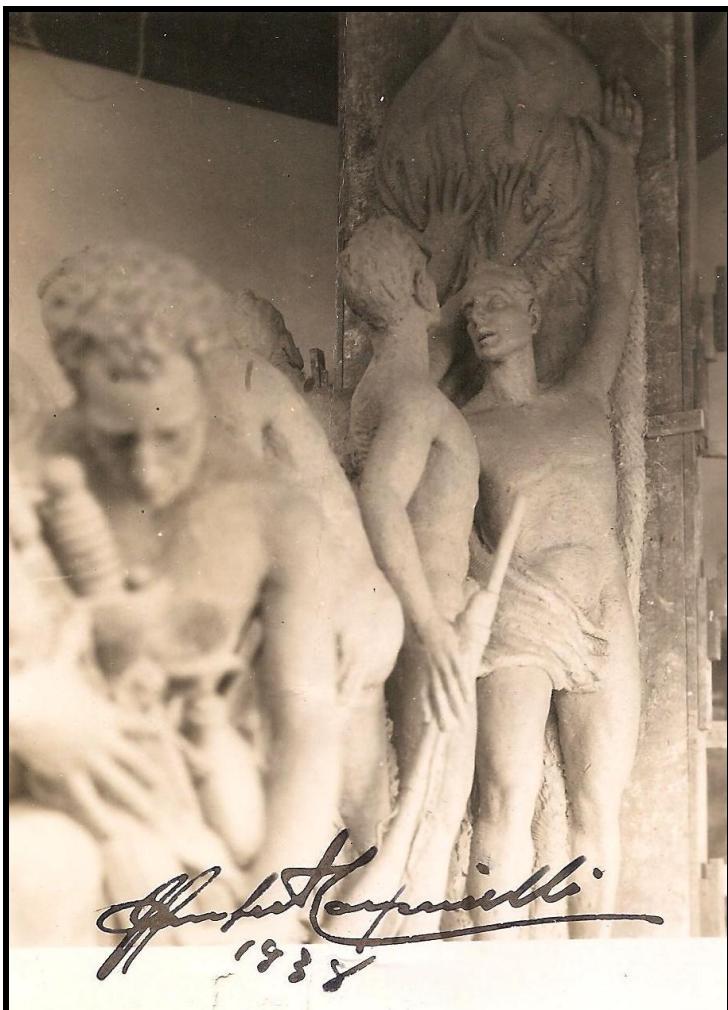




José das Neves Alves
S.P. 1938









A criação artística estatuária do monumento a Silva Paes caracteriza-se pela perspectiva da glorificação e heroicização do personagem em

destaque, mas, ao menos, também traz a presença de outras figuras, que, apesar do menor destaque, representam os contingentes populacionais que igualmente se fizeram presentes no ato fundador. A imagem do brigadeiro aparece com os trajes de oficial militar e, à mão direita, leva um documento, cujo simbolismo refere-se à escrita nele gravada, ou seja, no caso, os planos para a edificação do Rio Grande. Além disso, Silva Paes apresentava pendores intelectuais, como engenheiro e até como homem de letras. Na outra mão, o fundador domina a espada, símbolo do estado militar e de sua virtude, a bravura, bem como de sua função, o poderio¹⁵³.

O ponto mais alto do monumento, que guarda as costas e contém o nome do homenageado, a coluna, constitui um elemento essencial, servindo como suporte e representando o eixo da construção. As colunas garantem a solidez quer seja ela arquitetural, social, pessoal¹⁵⁴, ou mesmo a estatuária. Já no que tange à escada, que liga o monumento ao chão, as ideias essenciais que engloba estão vinculadas à ascensão, à gradação e à comunicação, em meio aos diversos níveis da

¹⁵³ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 392 e 683.

¹⁵⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 265.

verticalidade¹⁵⁵. Especificamente no que se refere à arte monumental que representou Silva Paes, a escadaria serve como ponto de interseção entre os transeuntes e a ascensional figura homenageada.

Já as figuras que complementam o monumento, em sua parte lateral, à esquerda da estátua principal, encontram-se nuas ou seminuas, tendo em vista as concepções artísticas e estilísticas do escultor, mas também para designar a pureza física, moral, intelectual e espiritual, trazendo ainda a perspectiva do despojamento, em alusão aos enfrentamentos para com os tantos obstáculos que se antepuseram à fixação humana em terras sulinas. As armas presentes na representação estatuária carregam em si o sentido de serem forjadas para lutar contra o inimigo e dominar o outro, além disso, podem servir como um anteparo contra um ataque e como ponto de partida para uma ofensiva, bem de acordo com o ambiente bélico da época da fundação. Podem também ser as armas um instrumento de justiça, de defesa e de conquista, materializando a vontade dirigida para um objetivo. Já a figura morta do conjunto estatuário apresenta em si o aspecto perecível e destrutível da existência, indicando

¹⁵⁵ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 227.

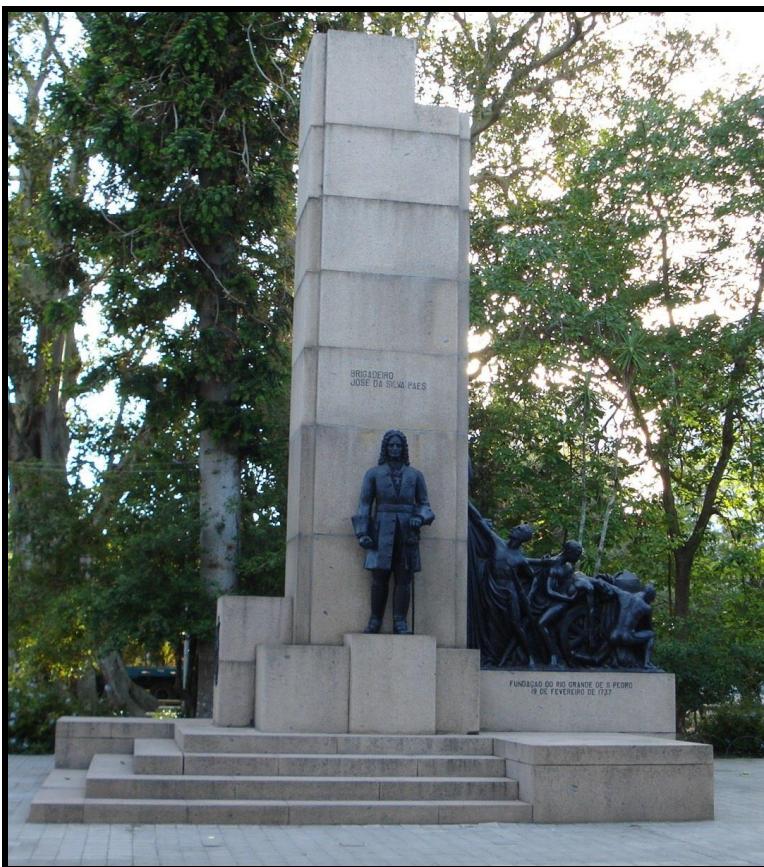
aquilo que desaparece na evolução irreversível das coisas. Um dos pontos cruciais da obra escultural era a bandeira, em analogia à nacionalidade, e como símbolo de proteção, concedida ou implorada e, uma vez erguida acima da cabeça, lança um apelo ao céu, cria um elo entre o alto e o baixo, o celeste e o terreno¹⁵⁶, aparecendo também o estandarte como signo de vitória e autoafirmação¹⁵⁷. O tom glorificador do passado e o toque de patriotismo concernentes ao monumento estavam plenamente a contento com o ideário nacionalista que ganhava cada vez maior relevância na época, estando plenamente coadunado com o espírito reinante da ditadura estado-novista.

O monumento ao ato fundador e, especificamente, em homenagem a José da Silva Paes, passou a ocupar um lugar de destaque na comunidade portuária, em uma de suas praças mais centrais, bem em meio ao centro histórico citadino, de frente para o prédio onde atua o poder público municipal. As atividades oficiais comemorativas ao 19 de fevereiro são realizadas periodicamente em frente ao conjunto estatuaríio, reavivando a memória social e retomando o olhar heroificado acerca dos

¹⁵⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 80, 118, 621 e 645.

¹⁵⁷ CIRLOT. p. 114.

tempos pretéritos. As ações do fundador e dos primeiros colonos, rememorando o século XVIII, ficaram ao alcance do público em geral, eternizadas em bronze e granito.





**Umas poucas linhas
finais**

A conjuntura de aproximações e afastamentos; acordos e desacordos; fermentações e deflagrações bélicas e negociações e afirmações de paz, característica do século XVIII foram fundamentais para a consolidação da fronteira extremo-meridional da América Portuguesa. O projeto de expansão lusa em direção à região platina encontrou ferrenha resistência de parte dos hispânicos surgindo um conflito de interesses inexorável entre os países ibéricos. A ocupação das terras ao sul do Brasil surgia então como uma alternativa para a continuidade da sustentação dos planos lusos, motivando o acirramento da resistência espanhola.

Nessa época, no intrincado quadro de inter-relações entre os países europeus, Portugal e Espanha, em linhas gerais, acabariam por ocupar posições opostas no tabuleiro de forças, ocasionando conflitos menos ou mais graves entre os dois países. Dessa maneira, os Setecentos apresentaram suas próprias leis motrizes, bem como suas próprias e muito específicas estruturas e contradições, as quais fizeram com que tal centúria se sobressaísse

claramente de épocas anteriores¹⁵⁸. Nesse sentido, os contatos entre os Estados ocorreram em função de seus respectivos interesses, havendo em tal contexto um misto de conflito, concorrência e cooperação, envolvendo paz e guerra, amizade e inimizade, além de questões como estrutura, propósito, situação e poder¹⁵⁹.

As interfaces entre os diversos países europeus ao longo do século XVIII traziam consigo as conexões e desconexões entre os vários Estados Nacionais e, de modo específico, as interações entre os povos e entre os indivíduos que compunham as coletividades humanas, levando em conta o intercâmbio de produtos e de serviços, a troca de ideias, o jogo de influências recíprocas entre as formas de civilização, e as manifestações de simpatias ou de antipatias. Na mesma linha, durante os Setecentos, outras variáveis presentes em tais inter-relações estiveram vinculadas às condições geográficas, aos movimentos demográficos, aos interesses econômicos e financeiros, aos traços da

¹⁵⁸ KIPPENDORFF, Ekkehart. *História das relações internacionais*. Lisboa: Edições Antídoto, 1979. p. 25.

¹⁵⁹ HARTMANN, Frederick H. & MOORE, Heyward. Relações internacionais. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1054-1055.

mentalidade coletiva e às grandes correntes sentimentais¹⁶⁰.

De acordo com tal perspectiva, os descompassos bélicos e diplomáticos na Europa, em geral colocaram as nações ibéricas em posições antagônicas, trazendo repercussões fundamentais para a região sul-brasileira, envolvendo fronteiras móveis, com avanços e recuos dos limites sulinos da América Portuguesa. As populações deslocadas para essas terras lindeiras, apesar de sua relevância para a legitimação da posse territorial, sofreram as tantas agruras oriundas das instabilidades políticas da Europa, convivendo com a carência de abastecimento, a incerteza quanto aos seus destinos e a insegurança no que tange à proximidade do inimigo.

Desse modo, enquanto as monarquias ibéricas moviam as peças em seu jogo de xadrez estratégico no que se refere às posses coloniais, os colonos, tal como peões, ficavam entregues à sorte das disputas, fossem as ligadas à guerra, fossem às negociações diplomáticas. As dificuldades enfrentadas pelos grupos humanos originais, durante a conquista da

¹⁶⁰ RENOUVIN, Pierre & DUROSSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 5-6.

porção extremo-meridional da América Portuguesa, ficaram evidenciadas em vários dos processos históricos que marcaram tal inserção, como foi o caso da Revolta dos Dragões e da invasão espanhola.

Ainda que longínquo no tempo, o século XVIII voltaria a ser recorrentemente lembrado em meio à comunidade sul-rio-grandense e, mais especificamente, da cidade do Rio Grande. Nesse contexto, o ato fundador e os primeiros tempos de colonização viriam a ser por diversas vezes rememorados e revisitados pelas gerações das centúrias seguintes. O debate a respeito da manutenção ou não do prédio da Matriz de São Pedro, com a vitória da perspectiva da conservação patrimonial, em detrimento da proposta modernizadora; as efemérides comemorativas do bicentenário e dos 250 anos, o papel da História no revivificar e o erguimento de um monumento alusivo, tudo relacionado à fundação do Rio Grande, foram elementos constitutivos essenciais para a continuidade dos processos históricos referentes aos Setecentos como fundamentos vivos na memória social dos sul-brasileiros.

A memória apresenta consigo a propriedade de conservar certas informações, remetendo a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o

homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas¹⁶¹. Como a memória constitui uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional, ela passa a ser, por definição, coletiva. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que são o destino de toda vida humana. Em suma, a memória constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros¹⁶². Nessa linha, o século XVIII sobreviveu ao tempo e às tantas transformações que a ele se seguiram. Em um antigo templo, em velhos jornais, em livros ou ainda em um monumento, os Setecentos se fazem sentir, ao menos como resquícios do pretérito, constituindo a memória coletiva dos herdeiros daqueles povoadores originais, perseverando, ainda que como vagas lembranças, as suas tantas fainas na construção do ato fundador.

¹⁶¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 423.

¹⁶² ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 94-95.



Sociedade
Portuguesa
Estudos
Século XVIII



ISBN: 978-65-89557-43-2

9 786589 1557432